

Diário do Legislativo de 07/05/2005

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Mauri Torres - PSDB

1º-Vice-Presidente: Deputado Rêmolô Aloise - PL

2º-Vice-Presidente: Deputado Rogério Correia - PT

3º-Vice-Presidente: Deputado Fábio Avelar - PTB

1º-Secretário: Deputado Antônio Andrade - PMDB

2º-Secretário: Deputado Luiz Fernando Faria - PP

3º-Secretário: Deputado Elmiro Nascimento - PFL

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 29ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura

1.2 - 17ª Reunião Especial da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura - Destinada a Homenagear a Embaré Indústrias Alimentícias S.A. pelo Transcurso de Seus 70 Anos de Fundação

1.3 - 16ª Reunião Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura

1.4 - 17ª Reunião Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura

1.5 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO SR. PRESIDENTE

6 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

7 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

8 - ERRATAS

ATAS

ATA DA 29ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, EM 5/5/2005

Presidência dos Deputados Rêmolô Aloise e Laudelino Augusto

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata - Correspondência: Ofícios - Questão de ordem - 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projeto de Lei nº 2.310/2005 - Requerimentos nºs 4.642 a 4.663/2005 - Requerimentos dos Deputados Fábio Avelar, Gil Pereira e Célio Moreira - Comunicações: Comunicações das Comissões de Fiscalização Financeira, de Direitos Humanos, de Assuntos Municipais, de Saúde, de Turismo, de Administração Pública e de Transporte e do Deputado Domingos Sávio - Oradores Inscritos: Discursos do Deputado Jésus Lima, da Deputada Jô Moraes e dos Deputados Paulo Piau e Gustavo Valadares - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições - Decisão da Presidência - Palavras do Sr. Presidente - Comunicação da Presidência - Leitura de Comunicações - Despacho de Requerimentos: Requerimentos dos Deputados Célio Moreira e Gil Pereira; deferimento - Questões de ordem - Requerimento do Deputado André Quintão; deferimento; discurso do Deputado André Quintão - Requerimento do Deputado Weliton Prado; deferimento; discurso do Deputado Weliton Prado - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem as Deputadas e os Deputados:

Mauri Torres - Rêmoló Aloise - Rogério Correia - Fábio Avelar - Antônio Andrade - Elmiro Nascimento - Alberto Pinto Coelho - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Andrada - Arlen Santiago - Biel Rocha - Carlos Gomes - Carlos Pimenta - Célio Moreira - Chico Rafael - Dalmo Ribeiro Silva - Dimas Fabiano - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Edson Rezende - Elisa Costa - Ermanno Batista - George Hilton - Gilberto Abramo - Gustavo Valadares - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - Jésus Lima - Jô Moraes - João Bittar - João Leite - Laudelino Augusto - Leonardo Moreira - Leonardo Quintão - Lúcia Pacífico - Luiz Humberto Carneiro - Márcio Kangussu - Maria Tereza Lara - Marlos Fernandes - Padre João - Paulo Cesar - Paulo Piau - Roberto Carvalho - Roberto Ramos - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Vanessa Lucas - Weliton Prado - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Rêmoló Aloise) - Às 14h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

- O Deputado Paulo Piau, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

- O Deputado Elmiro Nascimento, 3º-Secretário, nas funções de 1º-Secretário, lê a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Do Sr. José Carlos Machado, Deputado Federal, informando que a Comissão Especial das Bacias Hidrográficas do Semi-Árido foi criada por Ato da Presidência da Câmara dos Deputados em 1º/12/2004 e tem por finalidade efetuar estudo de projetos e ações com vistas à transposição e à integração das bacias hidrográficas do semi-árido. (- À Comissão de Meio Ambiente.)

Do Sr. Márcio Nunes, Presidente da COPASA-MG, prestando informações relativas ao Requerimento nº 3.524/2004, da Comissão de Defesa do Consumidor.

Do Sr. Ismar Barbosa Cruz, Secretário de Controle Externo do TCU, encaminhando cópia do Acórdão 134/2005 - TCU - Plenário, que trata de Relatório de Levantamento de Auditoria de Natureza Operacional realizada no Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde - INCQS - e nos Laboratórios Centrais de Saúde Pública dos Estados - LACENS. (- À Comissão de Saúde.)

Do Sr. Eustáquio Afonso Araújo, Reitor da PUC Minas, encaminhando material resultante de parceria entre o Instituto de Desenvolvimento Humano Sustentável, órgão dessa Universidade, e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD. (- À Comissão de Educação.)

Do Sr. Robinson Correa Gontijo, Diretor Regional do Serviço Social do Comércio - SESC - em Minas Gerais, solicitando que esta Casa se posicione contra as propostas recentemente formuladas de separação do território mineiro. (- À Comissão de Assuntos Municipais.)

Da Sra. Maria do Carmo Utsch Nunes, Coordenadora do Grupo Trabalho Temático Especial Rio São Francisco, do Fórum Estadual para a Construção da Agenda 21 em Minas Gerais, e outros (2), solicitando que esta Casa envie esforços a fim de que seja indeferido o pedido de licença ambiental para o projeto de transposição das águas do rio São Francisco; e encaminhe ofício ao Presidente da República manifestando-se contra o referido projeto. (- À Comissão de Meio Ambiente.)

Questão de ordem

A Deputada Lúcia Pacífico - Sr. Presidente, caros Deputados e Deputadas, lamentamos o falecimento da grande escritora Lúcia Machado de Almeida. Gostaríamos que esta Casa formulasse uma moção de pesar aos seus familiares. A professora e escritora Lúcia Machado de Almeida é tida como uma das maiores escritoras de livros infanto-juvenis.

Sr. Presidente, exponho aqui a reclamação das pessoas que me telefonam, passam "e-mail", telegrafam e mandam fax protestando contra a retirada dos aposentados e velinhos que, sem incomodar ninguém, fazem da Praça Sete espaço de lazer há mais de 30 anos. Infelizmente, a Prefeitura, por meio do Código de Posturas, concedeu o prazo de um mês para que eles arranjem outro lugar.

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, isso é um absurdo! Esse é o entretenimento de pessoas que não amolam ninguém. São poucos os que ficam lá jogando dama e xadrez. E a Prefeitura deixa as praças de Belo Horizonte entregues aos pivetes e aos bandidos. Com isso, ela não se incomoda. A Praça Professor Godoi Betônico, na Prudente de Moraes, que era para ser o jardim de Belo Horizonte e a cópia de Paris, está cheia de pivetes e de mendigos tomando banho na fonte e estendendo as roupas em cima das flores. Essa praça foi construída com o dinheiro da população de Belo Horizonte, quando da eleição do Dr. Célio de Castro. Na Rua Carvalho de Almeida, ao lado do supermercado, ficam famílias com crianças pequenas, com cachorros, bandidos e pivetes. Eles infestam esses locais, e nada é feito. Pagamos naquela região o maior IPTU de Belo Horizonte. Pergunto o que é mais importante. Não podemos deixar de olhar os velinhos aposentados, que não atrapalham ninguém. Não temos políticas para os idosos. É hora de se pensar que não estão atrapalhando nada. Isso é um desabafo, Sr. Presidente. As pessoas passam-me "e-mails", telefonam-me pedindo que a Prefeitura volte atrás e deixe aquele lugarzinho para que as pessoas possam se distrair. Muito obrigada.

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O Sr. Presidente - A Mesa passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

- Nesta oportunidade, são encaminhadas à Mesa as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 2.310/2005

Declara de utilidade pública a Augusta e Respeitável Loja Simbólica Cidadania, nº 275, com sede nesta Capital.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Augusta e Respeitável Loja Simbólica Cidadania, nº 275, com sede nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 5 de maio de 2005.

Paulo Piau - Olinto Godinho - Fábio Avelar.

Justificação: A Augusta e Respeitável Loja Simbólica Cidadania, nº 275, jurisdicionada à Grande Loja Maçônica de Minas Gerais, também denominada Loja Maçônica Cidadania, foi fundada em 1º/6/2001 pelo Decreto nº 1.443 da citada Potência Maçônica, sendo uma sociedade civil de direito privado, apartidária, sem discriminação religiosa e social.

A Loja Maçônica Cidadania é uma instituição iniciática, filosófica, progressista, filantrópica e evolucionista que tem por objetivo a prática desinteressada da beneficência e o incentivo à instrução e à cultura, pugnando pelo fortalecimento moral, social e intelectual da humanidade, pelo cumprimento do dever e investigação constante da verdade. Proclama os princípios gerais da Maçonaria expressos na Constituição da Mui Respeitável Grande Loja Maçônica de Minas Gerais.

É uma instituição filosófica, que proclama a liberdade de consciência como sacratíssimo direito humano e não impõe limite à investigação da verdade, sendo exigida de todos a maior tolerância possível como forma de atingir esta liberdade.

A maçonaria é uma instituição criada para combater tudo o que atente contra a razão e contra o espírito de fraternidade universal. Além da defesa da honra ao trabalho em suas formas honestas, dispõe sobre o dever, a que nenhuma pessoa válida pode fugir.

Diversos trabalhos são desenvolvidos pela entidade, como a Carta Aberta contra a Internacionalização da Amazônia, o programa de revitalização da Vita Sopa, aproveitando alimentos não consumidos pelo Ceasa, o Projeto Cidade dos Anjos em andamento no Município de Jeceaba, no Distrito de Santa Quitéria, localizado a 80km de Belo Horizonte, com o objetivo de abrigar maçons na terceira idade.

Mister se faz destacar os inúmeros projetos em prol da sociedade na área social, da segurança pública, do abastecimento, da distribuição de alimentos e no combate à alta carga tributária.

Em fase final de elaboração está o Lar Abrigo desenvolvido pela Fraternidade Feminina da Loja Maçônica Cidadania, onde as esposas dos maçons estarão realizando um trabalho de assistência ao necessitado do interior que estiver em tratamento médico na Capital, especialmente no Hospital São Francisco, no Bairro da Graça.

A Loja Maçônica Cidadania teve sua criação alicerçada em um pilar básico: atuar politicamente com cidadãos comprometidos em trabalhar por uma sociedade melhor, com uma postura condizente com a filosofia e moral maçônica, existindo uma discussão política de alto nível, sem conotação partidária ou ideológica, mas uma política voltada para os interesses maiores na Nação brasileira.

Sendo uma entidade que vem realizando trabalhos de suma relevância na comunidade onde atua e por apresentar todos os requisitos legais dispostos na Lei Estadual nº 12.972, de 27/7/98, alterada pelas Leis nºs 15.294, de 5/8/2004 e 15.430, de 3/1/2005, que dispõem sobre a declaração de utilidade pública, esperamos o apoio dos nobres pares para a aprovação do projeto apresentado.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 4.642/2005, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, solicitando seja formulado voto de congratulações com a comunidade do Município de Cristina pelo transcurso do 231º aniversário de sua emancipação.

Nº 4.643/2005, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, solicitando seja formulado voto de congratulações com a comunidade do Município de Pedralva pelo transcurso do 118º aniversário de sua emancipação. (- Distribuídos à Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 4.644/2005, do Deputado Olinto Godinho, pleiteando sejam solicitadas as informações que menciona ao Presidente do Tribunal de Contas do Estado acerca de notícia veiculada no jornal "Hoje em Dia", em 24/4/2005, sobre possível utilização de certificados irregulares por servidores desse órgão para conquistar promoções internas e ganhos salariais. (- À Mesa da Assembléia.)

Nº 4.645/2005, do Deputado Sebastião Helvécio, solicitando seja formulado apelo ao Governador do Estado com vistas a que seja asfaltada a estrada que liga o Município de Santa Rita de Jacutinga ao Estado do Rio de Janeiro, no Distrito de Zacarias.

Nº 4.646/2005, do Deputado Sebastião Helvécio, solicitando seja formulado apelo ao Governador do Estado com vistas a que seja asfaltada a estrada que liga os Municípios de Santa Rita de Jacutinga e Bom Jardim de Minas. (- Distribuídos à Comissão de Transporte.)

Nº 4.647/2005, do Deputado Sebastião Helvécio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Sr. Bernardino Alves Campos por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito Municipal de Paiva.

Nº 4.648/2005, do Deputado Sebastião Helvécio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Sr. Melquiades Teodoro dos Anjos por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito Municipal de Coronel Pacheco.

Nº 4.649/2005, do Deputado Sebastião Helvécio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Sr. José Marques Emerik por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito Municipal de Martins Soares.

Nº 4.650/2005, do Deputado Sebastião Helvécio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Sr. Brênio Coli Rodrigues por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito Municipal de Leopoldina.

Nº 4.651/2005, do Deputado Sebastião Helvécio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Sr. João Soares por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito Municipal de Laranjal.

Nº 4.652/2005, do Deputado Sebastião Helvécio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Sr. José Eduardo Araújo dos Santos por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito Municipal de Juiz de Fora.

Nº 4.653/2005, do Deputado Sebastião Helvécio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Sr. Francilino Ferreira da Silva por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito Municipal de Goianá.

Nº 4.654/2005, do Deputado Sebastião Helvécio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Sr. José Mauro Godinho por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito Municipal de Ervália.

Nº 4.655/2005, do Deputado Sebastião Helvécio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Sr. João Batista Duarte Abreu por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito Municipal de Barão do Monte Alto.

Nº 4.656/2005, do Deputado Sebastião Helvécio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Sr. Sebastião Valentim Cocate por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito Municipal de Astolfo Dutra. (- Distribuídos à Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 4.657/2005, da Comissão de Administração Pública, solicitando seja enviado ao Secretário de Transportes, ao Diretor-Geral do DER-MG e ao Advogado-Geral do Estado pedido de informações referentes ao Decreto-Lei nº 44.007, de 2005. (- À Mesa da Assembléia.)

Nº 4.658/2005, da Comissão de Assuntos Municipais, solicitando seja formulado apelo ao Secretário de Desenvolvimento Regional com vistas à implantação de uma unidade do PSIU na cidade de Ipatinga. (- À Comissão de Administração Pública.)

Nº 4.659/2005, da Comissão de Assuntos Municipais, solicitando seja formulado apelo ao Secretário de Defesa Social com vistas à expansão do CERESP da cidade de Ipatinga.

Nº 4.660/2005, da Comissão de Assuntos Municipais, solicitando seja formulado apelo ao Secretário de Defesa Social com vistas à implantação de uma unidade do Instituto Médico Legal na cidade de Ipatinga. (- Distribuídos à Comissão de Segurança Pública.)

Nº 4.661/2005, da Deputada Ana Maria Resende, solicitando seja inserido nos anais da Casa voto de congratulações com a UNIMONTES pela conquista do conceito máximo no curso de Medicina e vários outros obtidos no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes.

Nº 4.662/2005, dos Deputados Leonardo Quintão e Adalclever Lopes, solicitando seja inserido nos anais da Casa voto de congratulações com a Faculdade de Medicina de Ipatinga pelo desempenho máximo obtido por seus alunos no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes. (- Distribuídos à Comissão de Educação.)

Nº 4.663/2005, da Comissão de Defesa do Consumidor, solicitando seja formulado apelo às lideranças dos partidos políticos com representatividade no Congresso Nacional com vistas à instalação de CPI para apurar possíveis irregularidades no aumento de energia elétrica.

Do Deputado Fábio Avelar, solicitando seja colocada na pauta da próxima reunião da Mesa da Assembléia projeto de resolução com vistas à criação de uma Comissão Permanente dos Direitos da Criança, do Adolescente e da Juventude. (- À Mesa da Assembléia.)

- São também encaminhados à Mesa requerimentos dos Deputados Gil Pereira e Célio Moreira.

Comunicações

- São também encaminhadas à Mesa comunicações das Comissões de Fiscalização Financeira, de Direitos Humanos, de Assuntos Municipais, de Saúde, de Turismo, de Administração Pública e de Transporte e do Deputado Domingos Sávio.

Oradores Inscritos

- O Deputado Jésus Lima, a Deputada Jô Moraes e os Deputados Paulo Piau e Gustavo Valadares proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

O Sr. Presidente - Esgotada a hora destinada a esta parte, a Presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da Presidência e de Deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições

para o Grande Expediente da próxima reunião.

DECISÃO DA PRESIDÊNCIA

A Presidência, no uso da atribuição que lhe confere o inciso I do art. 83 do Regimento Interno, torna sem efeito despacho proferido na reunião ordinária realizada em 19/4/2005, referente à anexação do Projeto de Lei nº 2.257/2005, do Deputado Carlos Pimenta.

Assim sendo, a Presidência encaminha o projeto às Comissões de Justiça, de Política Agropecuária e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

Mesa da Assembléia, 5 de maio de 2005.

Rêmoló Aloise, 1º-Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência informa ao Plenário que, com a retirada de tramitação do Projeto de Lei Complementar nº 38/2003, do Tribunal de Contas do Estado, o Projeto de Lei Complementar nº 40/2003, da Comissão Especial do Tribunal de Contas, passa a tramitar nos termos da Decisão Normativa da Presidência nº 12.

Assim sendo, a Presidência encaminha a matéria às Comissões de Justiça, de Administração Pública e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 192, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

Comunicação da Presidência

A Presidência informa ao Plenário que foi recebido e aprovado, nos termos da Decisão Normativa da Presidência nº 9, o Requerimento nº 4.663/2005, da Comissão de Defesa do Consumidor. Publique-se para os fins do art. 104 do Regimento Interno.

Leitura de Comunicações

- A seguir, o Sr. Presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pelas Comissões de Fiscalização Financeira - aprovação, na 6ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura, do Requerimento nº 4.520/2005, do Deputado Doutor Ronaldo; de Direitos Humanos - aprovação, na 5ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura, do Projeto de Lei nº 2.090/2005, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, e do Requerimento nº 4.538/2005, do Deputado Paulo Piau; de Assuntos Municipais - aprovação, na 3ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura, dos Requerimentos nºs 4.362/2005, do Deputado Leonardo Moreira, 4.378, 4.379 e 4.391/2005, do Deputado Arlen Santiago, 4.380, 4.381 e 4.441/2005, do Deputado Doutor Viana, 4.447 a 4.456, 4.526 a 4.535, 4.539 a 4.548 e 4.573 a 4.582/2005, do Deputado Sebastião Helvécio, 4.477/2005, da Deputada Elisa Costa, 4.489/2005, do Deputado Gustavo Valadares, 4.557/2005, do Deputado Doutor Viana, e 4.564/2005, da Deputada Ana Maria Resende; de Saúde - aprovação, na 5ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura, dos Projetos de Lei nºs 1.642/2004, do Deputado Alencar da Silveira Jr, 1.745/2004, do Deputado Doutor Viana, 2.105/2005, do Deputado Mauri Torres, e dos Requerimentos nºs 4.523 a 4.525, e 4.559 a 4.561/2005, do Deputado Fahim Sawan; de Turismo - aprovação, na 4ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura, dos Requerimentos nºs 4.556/2005, do Deputado Doutor Viana, 4.565/2005, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, e 4.569 e 4.572/2005, da Deputada Vanessa Lucas; de Administração Pública - aprovação, na 5ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura, dos Requerimentos nºs 4.550 e 4.551/2005, da Deputada Ana Maria Resende, e 4.570/2005, da Deputada Vanessa Lucas; e de Transporte - aprovação, na 4ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura, dos Requerimentos nºs 4.446/2005, do Deputado Sebastião Helvécio, 4.464/2005, do Deputado Djalma Diniz, 4.466 e 4.467/2005, do Deputado Doutor Ronaldo, 4.475/2005, do Deputado Doutor Viana, e 4.488/2005, do Deputado Gil Pereira (Ciente. Publique-se.).

Despacho de Requerimentos

- A seguir, são deferidos pelo Sr. Presidente, cada um por sua vez, nos termos do inciso VII do art. 232, c/c o art. 140, do Regimento Interno, requerimento do Deputado Deputado Célio Moreira, solicitando que o Projeto de Lei nº 2.014/2004 seja encaminhado à comissão seguinte a que foi distribuído, uma vez que a Comissão de Justiça perdeu o prazo para emitir parecer; e, nos termos do inciso XIX do art. 232 do Regimento Interno, requerimento do Deputado Gil Pereira, solicitando a transcrição nos anais da Casa do Manifesto dos Prefeitos do Médio São Francisco sobre o Projeto de Transposição e do discurso do Prefeito Municipal de Lassance e Presidente da Associação dos Municípios do Médio São Francisco, Sr. Cristóvão Colombo Vita Filho, proferidos na audiência pública da CIPE São Francisco.

Questões de Ordem

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, solicitei a palavra para dar seqüência a um assunto que ontem foi bastante discutido nesta Casa. Como V. Exa. sabe, fui representar a Assembléia Legislativa na Comissão Parlamentar de Inquérito Mista do Congresso Nacional. Ontem, Deputados e Senadores reuniram-se na cidade de Jequitinhonha; hoje, estão em Montes Claros.

Eu, como Vice-Presidente, acompanhei essa Comissão Parlamentar de Inquérito, até porque nossa Assembléia Legislativa realizou, no ano de 2003, seminário sobre o tema "Reforma Agrária, Problematicando os Problemas Fundiários em Minas", para, assim, ajudar na reforma.

Apresentei ao relator e ao Senador Presidente o resultado do trabalho desta Assembléia para que aqueles pontos, com os quais concordassem, pudessem fazer parte do relatório da Comissão Mista Nacional da Reforma Agrária. A Comissão fez um belíssimo trabalho no Jequitinhonha, escutando lavradores. O Deputado Durval Ângelo também deu testemunho importante sobre o caso de Felisburgo, já que a Assembléia esteve presente no local após o massacre, levando solidariedade aos trabalhadores. Hoje, em Montes Claros, também foram ouvidas várias pessoas interessadas no tema da reforma agrária. Foi bastante proveitoso o encontro que tivemos tanto no Jequitinhonha quanto em Montes Claros.

Exatamente por isso, não pude participar do debate ocorrido ontem, mas recebi notícia, pelo nosso Líder, Deputado André Quintão, do acordo feito para o encaminhamento do projeto do Governo, concernente ao empréstimo.

O Governo comunicou que enviará tabela até o mês de junho, especialmente as da área de educação e de saúde. Para o Governo cumprir suas obrigações, é preciso que a Oposição esteja atenta e denuncie, e já estamos falando sobre essas tabelas há muito tempo. Desde o início do Governo Aécio Neves, foi prometido o envio dessas tabelas. Vieram apenas os planos de carreira. Mesmo assim, porque insistimos muito.

Agora, felizmente, graças à nossa insistência, pelo menos foi marcada uma data. Embora tardia, em agosto, existe uma data para as tabelas de salários dos servidores da educação e da saúde estarem nesta Casa, o que poderemos cobrar. Já adianto, Sr. Presidente e colegas Deputados, que apresentarei emenda para que essas tabelas sejam retroativas a fevereiro, porque o último acordo feito pelo Governo foi que as enviaria em fevereiro.

No entanto, serão enviadas em junho. Como a Assembléia entra em recesso em julho, só serão aprovadas no segundo semestre, provavelmente para valer no último ano do Governo Aécio Neves, ou seja, a professora continuará ganhando R\$212,00 até o fim do ano. Como isso é completamente injusto, e o combinado era outro, já anuncio que apresentarei emenda para que, independentemente da data em que a tabela for aprovada, seja retroativa a fevereiro, para que os trabalhadores possam ter seus vencimentos reajustados a partir desse mês.

Terminando, Deputado Dinis Pinheiro, lembro-me de um diálogo que tive com V. Exa. acerca desse assunto. Fiquei muito feliz por saber que em Ibirité, o Prefeito, seu irmão, paga bem acima de R\$212,00. Ele paga cerca de R\$450,00. Por ser uma cidade pobre, o Prefeito tem feito esforços para valorizar a educação, diferentemente do Governador, que continua pagando um salário de R\$212,00. O valor de R\$450,00 é alcançado quando se soma o PRS mais o abono, que é só para um cargo. Se forem dois cargos, para um deles não haverá abono, o que significa menos R\$45,00. O vencimento-base é de R\$212,00. Recebi hoje mais uma carta - aliás, recebo cartas diariamente - de uma professora aposentada por invalidez, na qual faz reclamações. Ela escreve: "Sou professora pública estadual, de 1ª a 4ª séries do Ensino Fundamental, com vencimento básico de R\$216,79". Sendo aposentada por invalidez, faz um pedido, que, infelizmente, não poderei atender. Ela pede conserto para o telhado de sua casa. Nem para isso está tendo dinheiro. Mas ela reclama que ganha apenas R\$216,79. Evidente que essa tabela está vindo por pressão nossa, mas, mesmo assim, tardiamente.

Comunico aos Deputados, aos telespectadores da TV Assembléia, em especial às professoras, aos professores, aos trabalhadores da educação e saúde e aos demais funcionários públicos que, quando as tabelas chegarem - essas vêm em agosto, mas as outras nem sabemos quando virão -, estarei apresentando emendas em todas elas para que seja retroativo ao mês de fevereiro, último compromisso que o Governador não cumpriu. Muito obrigado.

O Deputado Dinis Pinheiro - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, o envio da tabela salarial é fruto do compromisso assumido pelo Governador Aécio Neves com todos os mineiros. Num primeiro momento, S. Exa. trabalhou incansavelmente para sanear o Estado, de forma a possibilitar a realização das suas propostas e dos seus objetivos já delineados em sua campanha. Viemos aqui, mais uma vez, aplaudir a determinação do nosso Governador Aécio Neves, principalmente neste momento em que S. Exa. demonstra publicamente o carinho, o apreço e o respeito pelo funcionalismo público.

Sr. Presidente, perante os últimos acontecimentos envolvendo o Tribunal de Contas do Estado e a Assembléia Legislativa, e diante da fragilidade e da inconsistência dos argumentos apresentados pelo Tribunal de Contas, mais especificamente em uma nota de esclarecimento veiculada em diversos veículos da comunicação mineira, de utilizar esta tribuna para promover alguns esclarecimentos, mesmo diante do pronunciamento brilhante realizado pelo jovem parlamentar Gustavo Valadares, em que, com muita propriedade e sabedoria, teve a oportunidade de esclarecer aos mineiros esse triste episódio, serei bem claro e objetivo para que não paire nenhuma dúvida sobre a questão.

Há algum tempo, a ATRICON interpôs uma medida cautelar no STF, solicitando liminar para suspender a nomeação do Deputado Estadual escolhido por esta Casa.

O STF, por intermédio do Ministro Carlos Veloso, foi claro, límpido e objetivo, negando a concessão dessa liminar que poderia impedir a posse do Deputado indicado por esta Casa. Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, não existe - e é bom que os veículos de comunicação fiquem atentos ao nosso pronunciamento - nenhum óbice, entrave ou impedimento à posse do Deputado Antônio Carlos Andrada como Conselheiro do Tribunal de Contas, fruto de aprovação desta augusta Casa.

Isso é claro, límpido e transparente. Não há nenhum entrave de natureza jurídica, legal ou judiciária que possa impedir a posse do nobre Deputado. A ATRICON apresentou os seus argumentos, aqui relacionados anteriormente pelo Deputado. Dentro de sua sustentação, externou: "Existência de afronta à decisão proferida pelo Plenário do STF no julgamento da ADIN, ocorrência de ofensa à Súmula 653 e que a vaga aberta, em virtude do falecimento do Conselheiro José Ferraz, deve ser preenchida por membro do Ministério Público, e, não havendo representante do Ministério Público, ser destinada à carreira dos Auditores". Em síntese, foram esses os argumentos relacionados.

O Ministro Carlos Veloso, de forma simples e objetiva, negou essa liminar. A indicação do Sr. Antônio Carlos Doorgal de Andrada obedece à proporcionalidade prevista na Súmula 653. Com a indicação pela Assembléia do Deputado Antônio Carlos, a composição assim permaneceu: quatro Conselheiros indicados pela Assembléia e três pelo Governador.

Fico triste ao testemunhar e vivenciar total descumprimento do Tribunal de Contas do Estado, pelo qual tenho apreço e respeito por sua trajetória como órgão auxiliar desta Casa e relevantes serviços prestados aos mineiros, aos municípios, ao Estado. Sua atuação deve ser exemplar, inquestionável. É lamentável que, nesse episódio, o Tribunal procure outros caminhos que não o da lei, o da estrita observância dos mais rigorosos padrões de probidade e dos parâmetros legais, para descumprir a nomeação feita pela Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

É lamentável esse procedimento, essa atitude que recai de forma intranquila, pois aquele órgão, cumpridor da lei, dos parâmetros legais, de forma inédita e histórica, prefere desrespeitar a Assembléia Legislativa, as Constituições Estadual e Federal e a decisão externada pelo Ministro Carlos Veloso. Na nota externada pelo Tribunal de Contas, observamos sobremaneira fragilidade e muita inconsistência em outras questões já relacionadas por alguns parlamentares desta Casa.

Requerimento do Deputado Irani Barbosa questiona a duplicidade de atribuições e de funções do Sr. Edson Arges, que atua como Conselheiro do Tribunal e, ao mesmo tempo, como Auditor do Tribunal de Contas, o que é ilegal, inadequado, incorreto e imoral. Como pode esse homem, pelo qual tenho muito respeito, ao mesmo tempo, auditar as contas e julgar as contas por ele auditadas? Quem audita não julga; quem julga não audita. É lamentável esse procedimento do Sr. Edson. É entristecedora a atitude do Tribunal de Contas. A nota de esclarecimento não traz nenhum item, nenhum fundamento, nenhum embasamento que possa eliminar essa ilegalidade que afronta os parâmetros legais.

Ater-me-ei a um ponto plenamente debatido e externado pelos Deputados Gustavo Valadares, Irani Barbosa e por outros parlamentares desta Casa. O Tribunal de Contas tem o controle das admissões nos municípios e no Estado. Nós só podemos imaginar que o Tribunal tenha uma atitude exemplar, como controlador das admissões nos municípios e nos Estados.

Mas, diante dessa nota de esclarecimento proferida pelo Tribunal de Contas, observamos, de forma clara, que ele está procurando subterfúgios para descumprir uma vontade externada pela Assembléia Legislativa por meio da Emenda à Constituição nº 69, que determina a necessidade de realização de concurso público para o ingresso de auditor nesse egrégio órgão. A nota é simples e eivada, a meu ver, de irregularidades. Demonstra morosidade e falta de vontade para cumprir disposição legal aprovada por esta Casa. O prazo para realização desse concurso vence agora, salvo engano, no dia 11, e até agora o Tribunal não se dignou a fazê-lo. Limita-se, única e exclusivamente, a tomar uma medida simples e insignificante, que demonstra morosidade e falta de respeito com a lei, com a Constituição e com a Assembléia. Nessa nota, ele simplesmente informou: O Presidente, tão logo tomou posse, fez publicar, no órgão oficial do Estado, em 12/2/2005, a Portaria nº 19, que institui comissão

do mais alto nível para elaborar minuta de edital de concurso público para provimento das vagas ao cargo de Auditor. Agora, eu pergunto, Sr. Presidente: aquele que é realmente bem intencionado, que quer cumprir a lei e obedece a emenda à Constituição deixa para realizar concurso faltando apenas cinco ou seis dias para expirar o prazo? Ora, está havendo desinteresse, desrespeito e vontade explícita de descumprir a emenda, o que é lamentável. Esperamos que o Tribunal se redima dessas atitudes duvidosas e coloque em questionamento essa sua trajetória pautada pela seriedade, pela correção, pela observância das leis e, sobretudo, pela importância do controle das admissões nos municípios e no Estado.

Por último, Sr. Presidente, nos últimos meses, percebemos uma luta incessante do Presidente da República, do nosso Governador Aécio Neves e do Presidente desta Casa, além do clamor do povo mineiro e brasileiro, que sugeriu, estimulou e alentou para que o País e o Estado aprovassem o subteto, eliminando os ganhos excessivos e as figuras já tão conhecidas dos marajás. E assim foi feito.

Em 2003, aprovou-se a Emenda à Constituição Federal nº 41, oriunda desse clamor, da esperança do Brasil e da responsabilidade dos políticos de Minas e do Brasil. Aqueles que se movem pelo sentimento de responsabilidade e pelo cumprimento da legislação se adequaram. A Assembléia Legislativa, junto com seu Presidente, e o nosso Governador assim o fizeram. Lamentavelmente, diante da nota expedida pelo Tribunal de Contas, parece que não há muita vontade, nem muita disposição ou intenção em obedecer à Emenda Constitucional Federal nº 41.

Prestem atenção nessa leitura. (- Lê:) "A respeito do estabelecimento de teto remuneratório para os servidores do Tribunal de Contas, cumpre aclarar que tal matéria está normatizada, desde 1990, por meio do art. 3º da Lei nº 10.292, de 2/10/1990. Mas o Tribunal de Contas respeitará, como sempre o fez, o que deliberarem os Poderes constituídos."

Ora, não sei o que pleiteia o Tribunal de Contas nem qual é o seu objetivo quando se refere a uma legislação de 1990. Com advento dessa emenda constitucional, fica muito clara a necessidade de os órgãos dos Poderes se adequarem e se adaptarem ao subteto. Até hoje, o Tribunal de Contas, diante dessa nota, não se curvou à necessidade legal imposta por essa emenda.

Sr. Presidente, esse episódio e essa situação envolvendo o Tribunal de Contas e a Assembléia Legislativa nos deixa angustiados e tristes, porque Minas é vanguarda dos acontecimentos, o seio das grandes decisões e serve de exemplo e de referência para os outros Estados. Ao nos depararmos com essa situação exposta pelo Tribunal - que, aliás, vivenciamos -, põe-se na retaguarda. Certamente o Tribunal de Contas ainda terá oportunidade de promover uma reflexão e de estudar de maneira isenta e imparcial esse episódio e esses acontecimentos, para se retratar e empossar o Deputado Antônio Carlos Andrada, indicado por esta Casa.

Isso não diminui a nossa disposição e o nosso intento de homenagear o Tribunal de Contas, por meio do seu Presidente, na próxima solenidade de condecoração, na qual esta Casa terá a oportunidade de conceder-lhe uma medalha, como deferência e homenagem. Conhecemos a sua trajetória, o seu passado e os seus ideais. Não será uma medida infeliz, que certamente será revista, que diminuirá o nosso ânimo, estímulo e otimismo de presentear-lo com uma condecoração desta augusta Casa.

Portanto, Sr. Presidente, entendo, mesmo diante do brilhante e efusivo pronunciamento do Deputado Gustavo Valadares, que é minha obrigação apresentar-me nesta tribuna para auxiliar esta Casa a promover as elucidações necessárias diante dos últimos e graves acontecimentos envolvendo o Tribunal de Contas e a Assembléia Legislativa.

Tenho certeza absoluta de que a Assembléia é a Casa do povo, é a guardiã dos anseios e das manifestações dos mineiros e, acima de tudo, respeita de forma sagrada a legislação. Assim vamos proceder, lutando, incansavelmente, para que o Tribunal de Contas possa se retratar e fazer tão-somente o que manda a lei. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado André Quintão, solicitando a palavra pelo art. 70 do Regimento Interno. A Presidência defere o requerimento e fixa ao orador o prazo de 60 minutos. Com a palavra, o Deputado André Quintão.

- O Deputado André Quintão profere discurso, que será publicado em outra edição.

O Sr. Presidente (Deputado Laudelino Augusto) - Vem à Mesa requerimento do Deputado Weliton Prado, solicitando a palavra pelo art. 70 do Regimento Interno. A Presidência defere o requerimento e fixa ao orador o prazo de 10 minutos. Com a palavra, o Deputado Weliton Prado.

- O Deputado Weliton Prado profere discurso, que será publicado em outra edição.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a reunião especial de logo mais, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 17ª REUNIÃO ESPECIAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, EM 5/5/2005

Presidência do Deputado Rêmolo Aloise

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Destinação da Reunião - Execução do Hino Nacional - Palavras da Deputada Maria Olívia - Palavras do Sr. Haroldo Antônio Antunes - Palavras do Senador Eduardo Azeredo - Exibição de Vídeo - Entrega de Placa - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem as Deputadas e os Deputados:

Rêmolo Aloise - Alberto Pinto Coelho - Antônio Júlio - Dalmo Ribeiro Silva - Jô Moraes - Maria Olívia - Paulo Cesar - Weliton Prado.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Rêmolo Aloise) - Às 20h3min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

- O Deputado Antônio Júlio, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomarem assento à mesa os Exmos. Srs. Senador Eduardo Azeredo; Antônio Divino de Miranda, Prefeito Municipal de Lagoa da Prata; Haroldo Antônio Antunes, Diretor-Superintendente da Embaré Indústrias Alimentícias S.A.; Deputadas Maria Olívia, autora do requerimento que deu origem a esta homenagem, e Jô Moraes; e Deputados Alberto Pinto Coelho, Dalmo Ribeiro Silva e Paulo Cesar.

Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião a homenagear a Embaré Indústrias Alimentícias S.A. pelo transcurso de seus 70 anos de fundação.

Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos os presentes a ouvirem o Hino Nacional.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Palavras da Deputada Maria Olívia

Exmos. Srs. Deputado Rêmoló Aloise, 1º-Vice-Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, representando o Exmo. Sr. Deputado Mauri Torres, Presidente desta Casa; Dr. Haroldo Antônio Antunes, Diretor-Superintendente da Embaré Indústrias Alimentícias S.A.; Deputado Alberto Pinto Coelho, Líder do Governo; Deputado Paulo Cesar; Deputada Jô Moraes; Vereadores, senhoras e senhores, meus amigos de Lagoa da Prata e demais autoridades.

Sr. Presidente, senhoras e senhores, peço vênias para usar a tribuna da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, neste momento solene, não como Deputada, mas como cidadã, como filha de Lagoa da Prata, que falará em nome de uma população de 40 mil habitantes, que também aqui os representa.

Por considerar a gratidão a primeira virtude do ser humano, posso afirmar que o povo de minha terra é grato à empresa que ora homenageamos. Não escolhi Lagoa da Prata como minha terra natal. Quem a escolheu foram meus pais. Digo às senhoras e aos senhores que tenho a maior honra e o maior orgulho de ser lagopratense. Quando lá nasci, era uma cidade de apenas oito anos de emancipação política. Apesar de nova, já se impunha como uma cidade progressista: tinha dois hotéis, cinema, hospital, pequenas indústrias e um bom comércio. Ao nascer, Lagoa da Prata já era um local diferente: uma cidade avançada e atrevida para a época. Cresci com a minha cidade e Deus nos deu mais do que pedimos e mais do que merecemos.

Naquela época, já existia próximo à praça um pequeno laticínio. Os pioneiros foram o Sr. Joaquim Batista Neves, nosso querido Sr. Quinzico, e nosso saudoso José Vital, meu tio, meu padrinho e meu ídolo político, um homem de visão e um dos maiores benfeitores de Lagoa da Prata. Morávamos na praça da matriz e, pela manhã, ficava a assistir a passagem dos carros de boi, das carroças e dos burros transportando para aquele pequeno laticínio o leite produzido nas fazendas, sítios e retiros do nosso município. Durante muitos anos o Sr. Gastão Bernardes foi o gerente do então laticínio, que foi se tornando a cada dia uma pequena indústria, produzindo leite em pó e a famosa manteiga camponesa.

Em 1961, Lagoa da Prata foi escolhida, entre todas as cidades brasileiras, para ser a sede da empresa Produtos Alimentícios Embaré. A já conceituada indústria saiu de Taubaté, no Estado de São Paulo, e, numa fusão com a Laticínios Lagoa da Prata, instala-se na nossa terra, com o nome de Embaré Indústrias Alimentícias, gerando a cada dia mais emprego e renda.

Lembro-me de que numa noite, ao passar pela sala de minha casa, dois senhores conversavam com meu pai. Vendo que minha mãe estava na cozinha preparando um café especial, deduzi que eram pessoas muito importantes. Tratava-se do Dr. Haroldo e Dr. Schmidt, os senhores que haviam acabado de comprar o nosso laticínio. E a Embaré chegou para ficar. Trouxe consigo dias melhores para a nossa Lagoa da Prata. Hoje, com muita humildade, estou nesta tribuna para falar em nome de todos os mineiros. Obrigada, Embaré, por ter deixado o Estado de São Paulo, a cidade de Taubaté, e ter-se instalado em nossa Minas Gerais, especialmente na cidade do sol e dos canaviais, na minha Lagoa da Prata.

Obrigada Embaré, em nome dos lagopratenses, principalmente daqueles que têm o privilégio de trabalhar numa indústria humanitária que não visa somente ao lucro, mas ao bem-estar de seus empregados. Quando chego a minha Lagoa da Prata e deparo, na Av. Brasil, com a potente Embaré, sinto-me muito orgulhosa de ser lagopratense. Olhando pela janela de meu carro, vou encontrando trabalhadores deixando ou se dirigindo ao trabalho, portando suas vestes brancas e um largo sorriso nos lábios. É o meu povo trabalhando com dignidade e segurança para a produção e exportação dos produtos Embaré.

São milhares de empregos diretos e indiretos, são milhares de pessoas e famílias vivendo com dignidade, são centenas de mães trabalhadoras que acabaram de deixar ou de buscar seus filhos na Creche Arlete Antunes. Quando estive à frente da LBA, construí, equipei e reformei mais de mil creches no Estado. Conheço centenas delas, mas a Creche Arlete Antunes, construída e mantida pela Embaré, é, sem dúvida, referência não só pela sua área física, mas também pelo seu corpo de funcionários competentes e treinados para cuidar dos filhos das mães que trabalham na empresa.

A Associação Recreativa dos Colaboradores da Embaré - ARCE - é o lugar onde os funcionários têm seus momentos de lazer. Ao ser criada, sempre teve e continua tendo o apoio da empresa. Seu clube campestre é considerado um dos melhores da região. Sinto-me feliz e recompensada ao entrar na ARCE, pois tive a oportunidade de colaborar com sua construção, repassando recursos públicos. Uma das obras, a iluminação do campo de futebol, foi uma liberação de nosso Governador à época, Eduardo Azeredo, que se faz presente nesta homenagem. Foi a ARCE a grande responsável pela descoberta do nosso conterrâneo Gilberto Silva, hoje conhecido no mundo inteiro por seu talento e sua humildade.

Transitando pelo meu Estado, sempre cruzo ou passo por caminhos com o logotipo Embaré. Nesses momentos sinto o meu coração mais acelerado e penso: "O que seria de Lagoa da Prata sem a Embaré?". Ela, sim, é o coração que pulsa naquela cidade; ela é a responsável pelo seu crescimento e desenvolvimento. Uma empresa sólida e eficiente, que possui um parque industrial esplêndido, com o que há de melhor e mais moderno no mundo. Ao abrir o "site" da Embaré, encontramos a primeira frase: "Uma história com sabor de sucesso". O reconhecimento pela trajetória de sucesso não poderia ser outro. Os certificados ISO 9001 e ISO 14001 premiaram com orgulho uma empresa que é incansável na busca pela qualidade dos produtos e serviços.

A Embaré fechou o ano de 2004 contabilizando resultados positivos. Os últimos 12 meses foram de intensa atividade produtiva. O faturamento da empresa cresceu 20,94%, em comparação ao ano de 2003.

O resultado operacional continua evoluindo na mesma proporção.

No cenário internacional, por exemplo, a Embaré conseguiu consolidar posições alcançadas nos anos anteriores, conquistando novos mercados e clientes, com aumento das exportações em 49,47%.

Neste ano, a meta da empresa é incrementar ainda mais a linha de produção, com lançamento de novos produtos e consolidação das exportações.

Já no mercado interno, a Embaré também teve brilhante desempenho. No segmento de laticínios, a empresa alcançou a sua plena capacidade produtiva, atingindo um crescimento de 8,81% durante 2004.

A Embaré tem recebido vários prêmios como uma das melhores empresas na gestão de pessoas, pelo desempenho setorial brasileiro. Os quesitos que têm levado a Embaré a receber tanto reconhecimento são: gestão financeira, recursos humanos, desenvolvimento social, meio ambiente e inovação.

Sr. Presidente, senhoras e senhores, agradeço neste momento às Deputadas e aos Deputados, que foram também signatários do requerimento que proporcionou esta reunião especial para homenagear os 70 anos da nossa Embaré.

Eu, em nome de minha querida Lagoa da Prata, orgulho-me de ocupar a tribuna da Assembléia Legislativa e agradeço, em nome de todo o povo de Minas Gerais. Obrigada, Embaré, por você existir.

São 70 anos de sucesso, e temos a certeza de que muitos anos virão, trazendo dignidade a milhares de pessoas e levando o nome da minha cidade, a minha Lagoa da Prata, pelo mundo inteiro.

Agradeço a todos que nos prestigiaram com sua presença a esta solenidade. Muito obrigada a todos e feliz 70 anos da nossa querida Embaré!

Palavras do Sr. Haroldo Antônio Antunes

Boa-noite a todos. Exmos. Srs. Deputado Rêmolo Aloise; Senador Eduardo Azeredo; Prefeito Antônio de Brito de Miranda; Deputada Maria Olívia, minha diletta amiga; Deputado Alberto Pinto Coelho; Deputado Dalmo Ribeiro Silva; Deputada Jô Moraes; Deputado Paulo Cesar, demais autoridades, senhoras e senhores: quero agradecer a esta Casa, em meu nome, em nome dos demais Diretores da Embaré e dos nossos colaboradores em geral, esta reunião, requerida pela Deputada Maria Olívia, em comemoração dos 70 anos da nossa empresa.

Não posso ocultar a satisfação e o orgulho de todos nós, da Embaré, por recebermos esta homenagem.

Fundada em 1935, na cidade de Taubaté, Estado de São Paulo, a Embaré foi adquirida em 1963 por mim e pelo meu sócio e amigo, Sr. Herbert Schmidt; antes, em 1961, já havíamos comprado uma pequena indústria de laticínios na cidade de Lagoa da Prata, no interior do nosso Estado.

Esse foi o início da nossa integração com o Estado de Minas Gerais e com o povo mineiro.

Em 1969, transferimos para Lagoa da Prata a fábrica de caramelos Embaré, descontinuando as nossas atividades industriais no Estado de São Paulo. Em 1998, foi a vez da nossa sede administrativa ser transferida do Rio de Janeiro para a cidade de Belo Horizonte.

Assim, encerramos em São Paulo e no Rio de Janeiro, em favor de Minas Gerais, todas as nossas atividades industriais e administrativas. Hoje, aqui trabalhamos e aqui residimos, eu e meus três filhos, que, comigo, dirigem e administram a empresa.

Noel Rosa, famoso poeta popular da minha cidade de nascimento, o Rio de Janeiro, numa de suas famosas composições, disse: "São Paulo dá café; Minas dá leite". Neste momento, na presença dos representantes do povo de Minas Gerais, e após tantos anos de convívio com a gente mineira, posso afirmar que Minas, além de leite, dá também sua generosa hospitalidade, seu carinho e sua firme e entusiasta colaboração aos que aqui chegam com o propósito de trabalhar, desenvolver e ampliar os seus negócios, colaboração que nos permitiu, na administração da Embaré, saltar da captação de 10 mil litros de leite por dia, nos idos de 1961, para 1.100.000 litros de leite por dia nos dias atuais, para a fabricação de leite em pó, leite condensado, manteiga, creme e doce de leite.

Colaboração e empenho que permitiram aos nossos caramelos de leite Embaré, líder de vendas no Brasil, atravessar nossas fronteiras e estar presente em mais de 40 países nos cinco continentes.

Hoje a mineira Embaré está classificada entre as nove principais compradoras de leite do País. Foi distinguida, em 2004, em pesquisa da revista "IstoÉ Dinheiro", como a melhor empresa do Brasil no setor de alimentos. Foi incluída, em 2003 e 2004, em pesquisa da Hay Group patrocinada pela revista "Valor Carreira", entre as melhores empresas do Brasil na gestão de pessoas, galardão que muito nos orgulha, porque ligado à assistência social, na administração de nossos colaboradores.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, reitero os meus agradecimentos por esta reunião especial. Declaro que crescer sempre e sempre, expandir de modo contínuo e criar novas oportunidades de trabalho têm sido sempre os nossos objetivos na direção da Embaré.

Nos últimos 12 anos, o crescimento médio anual da nossa empresa foi de 18% ao ano, percentual que achamos difícil de se encontrar em empresas do nosso ramo. E vamos continuar assim, colaborando sempre para o crescimento industrial do nosso Estado, para que Minas Gerais aumente, cada vez mais, a sua importância no concerto dos Estados do nosso País. Muito obrigado.

Palavras do Senador Eduardo Azeredo

Deputado Rêmolo Aloise, Vice-Presidente desta Casa, representando o Deputado Mauri Torres; Sr. Haroldo Antônio Antunes, Diretor-Superintendente da Embaré; Prefeito Antônio Divino de Miranda, de Lagoa da Prata; Deputada Maria Olívia, autora do requerimento que deu origem a esta solenidade; Deputado Alberto Pinto Coelho, Líder do Governo na Assembléia; Srs. Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Jô Moraes, Paulo Cesar; senhoras e senhores, gostaria de cumprimentar a Embaré, pelos seus dirigentes e funcionários, e também a cidade de Lagoa da

Prata. Sem dúvida, poder comemorar os 70 anos de uma empresa que dá empregos, paga impostos e colabora com a economia da cidade, da região e do Estado é um motivo de comemoração. Foi-se o tempo em que era o Governo que tinha de gerar todos os empregos para a população. Hoje isso não é mais assim. O Governo cuida da parte fundamental, segurança, educação e saúde, e a atividade privada é a responsável pela geração dos empregos, cabendo ao Governo criar as condições para que a atividade privada seja exercida corretamente.

Por tudo isso, vejo com muita satisfação a expansão da Embaré. Impressiona saber que ela saiu de 10 mil litros para mais de 1 milhão de litros de leite por dia, utilizando a sua capacidade e incentivando a nossa pecuária. Minas é, e sempre foi, um Estado forte na área leiteira; no entanto empresas fortes, como a Embaré, garantem a continuação dessa atividade, que gera muitos empregos a Minas Gerais.

Lagoa da Prata é uma cidade à qual me acostumei desde pequeno. Sou Brandão Azeredo e, pelo lado Brandão, a minha origem é exatamente a região de Santana do Monte e Lagoa da Prata. A família Bernardes, de Lagoa da Prata, é uma família que está nas origens da minha família. Portanto pude conhecer essa cidade quando ela ainda era pequenininha. A cidade era bem menor do que é hoje. Ela cresceu muito, tornando-se uma cidade-pólo, com grande capacidade de crescimento e com uma população que dispõe de qualidade de vida.

Pude conhecer a Embaré quando ainda era Governador e testemunhei a sua expansão. É uma atividade que dá gosto conhecer. Correndo a fábrica, pude ver sair aquela enorme quantidade de chocolate para fazer caramelo, o que dá até vontade de saboreá-lo. O Haroldo nos mostrou que esses caramelos já estão em mais de 40 países, quer dizer, é o Brasil tendo empresas que são multinacionais.

Nós nos acostumamos tanto com empresas multinacionais vendendo no Brasil - os McDonald's da vida - que ficamos felizes quando sabemos de empresas brasileiras vendendo lá fora e trazendo recursos para nós.

Deputada Maria Olívia, foi feliz sua iniciativa de homenagear os 70 anos da Embaré, que, tenho certeza, continuará sendo uma empresa de excelência, perfeita conhecedora de sua responsabilidade social. Toda empresa que quer crescer tem de entender que precisa proporcionar um ambiente em que as pessoas trabalhem com gosto e também qualidade de vida à comunidade que a acolhe. É esse o caso da Embaré.

Parabéns a todos vocês. Muito obrigado.

Exibição de Vídeo

O locutor - Convidamos os presentes a assistirem ao vídeo institucional da Embaré.

- Procede-se à exibição de vídeo.

Entrega de Placa

O locutor - Neste instante o Deputado Rêmoló Aloise, representando o Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Mauri Torres, juntamente com a Deputada Maria Olívia, autora do requerimento que deu origem a esta homenagem, farão a entrega ao Sr. Haroldo Antônio Antunes de placa alusiva à mesma, com os seguintes dizeres: (- Lê:) "Atuante desde 1935, a Embaré Indústrias Alimentícias sempre se guiou pelos princípios da ética e da busca incessante pela qualidade de seus produtos. Utilizando tecnologia moderna, mão-de-obra qualificada e excelente matéria-prima, a empresa é expoente no ramo alimentício em todo o País, além de se destacar pela preocupação com o bem-estar social e com o meio ambiente. A homenagem e o reconhecimento da Assembléia Legislativa à Embaré, pelo sucesso que vem conquistando há 70 anos."

- Procede-se à entrega de placa.

Palavras do Sr. Presidente

Exmos. Srs. Senador Eduardo Azeredo; Diretor-Superintendente da Embaré Indústrias Alimentícias, Haroldo Antônio Antunes; Prefeito de Lagoa da Prata, Antônio Divino de Miranda; Deputada Maria Olívia, autora do requerimento que deu origem a esta homenagem e minha amiga há alguns anos nesta Casa Legislativa; colega e amigo, Líder do Governo nesta Casa, Deputado Alberto Pinto Coelho; meu querido amigo do Sul de Minas, Deputado Dalmo Ribeiro Silva; minha querida amiga, Deputada Jô Moraes; Deputado Paulo Cesar, meus senhores, minhas senhoras, fica muito difícil falar em último lugar. Tantas coisas foram ditas, que nos perderíamos se comentássemos sobre todas elas.

Peço permissão apenas para falar sobre três pontos fundamentais desta noite, nesta Casa Legislativa. Começarei por minha fraterna amiga. Nossa amizade nasceu de um olhar há 15 anos e hoje está reservada no lugar mais singelo do corpo humano, que é o coração. Tive a felicidade de conhecer Maria Olívia nesta Casa há quatro mandatos. Ela deixará uma saudade imensa nos corredores desta Casa, por sua honradez, dignidade, por seu respeito a todos os mineiros e, principalmente, aos seus eleitores.

Segui sua caminhada política como a minha. Disputamos votos no meu querido Sul de Minas. Maria Olívia sempre me dizia: "Olha Reminho, estou indo a Itamoji arranjar votos". Falei a ela para ficar à vontade, porque lá também é nossa terra. Disse que iria a Arceburgo, Guaranésia, e que passaria por Piumhi, mas deixaria a sua terra natal, sua querida São Sebastião do Paraíso, para ela fazer política. Isso não se esquece.

Em uma de suas últimas viagens, disse a ela que não abria mão de que ela se hospedasse em meu hotel. Ela, com sua simplicidade, me deu a honra de ficar no melhor apartamento do meu hotel. Quando foi pagar a conta, alguém lhe disse: "Aqui é sua casa". A amizade é tão grande, que a saudade será maior se acaso ela deixar esta Casa.

Maria Olívia, falar da sua terra natal me dá inveja. Se o Dr. Haroldo, por acaso, ou seus filhos amanhã, precisarem de uma nova opção para uma filial, minha querida São Sebastião do Paraíso, onde já existe a manteiga Viação e é uma bacia leiteira, está totalmente à disposição. Quando se vê a beleza do complexo industrial aqui mostrado para nós, mineiros, o orgulho cresce, e a vontade de trabalhar é muito maior.

Imaginem a idéia de um carioca, que passou por São Paulo e materializou a maior ação nesse chocolate caramelado que a Maria Olívia disse que vai mandar para o meu gabinete amanhã, pela manhã.

A creche da D. Arlete Antunes é uma beleza de trabalho. Sou médico, D. Arlete, e me emociono quando vejo o sorriso daquelas crianças, vem um carinho não só familiar, mas também do local de emprego de seus familiares. Tudo nos traz um orgulho muito grande, porque é uma empresa organizada.

Ali se viu tudo, vimos água descontaminada, e vi uma coisa importante que me deixou invejoso, vi uma chaminé. A única chaminé. Em minha

terra natal, lamentavelmente, não há chaminé.

Esta Casa, Maria Olívia, Dr. Haroldo, demais Deputados, nosso querido e brilhante Senador, ex-Governador deste Estado, esta Casa é maior hoje pela beleza que aqui vimos e conhecemos.

Então, Haroldo, seu sonho, sua idéia, seu projeto, se materializou. Tenho a certeza absoluta de que Minas Gerais se torna bem maior e de que Lagoa da Prata fica bem mais representativa quando se traz ao Plenário desta Casa essa maravilha de empresa. Deputada Maria Olívia, espero os chocolates caramelados amanhã em meu gabinete. Minha irmã me disse que não abrirá mão deles.

Dr. Haroldo, Deputada Maria Olívia, demais membros desta Mesa, família embareense e todos de Lagoa da Prata, recebam o obrigado da Assembléia e de todos os Deputados, que tiveram o prazer e o dever de subscrever a homenagem aos 70 anos dessa indústria mineira. Muito obrigado.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta às autoridades e demais convidados seus agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a reunião especial de segunda-feira, dia 9, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 16ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, EM 3/5/2005

Presidência do Deputado Mauri Torres

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata; discurso do Deputado Adalclever Lopes; aprovação - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Discussão e Votação de Pareceres: Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 439/2003; aprovação - 2ª Fase: Discussão e Votação de Proposições: Requerimento do Deputado André Quintão; discursos dos Deputados Antônio Júlio, André Quintão e Ivair Nogueira; questão de ordem; suspensão e reabertura da reunião; votação do requerimento; aprovação - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.008/2004; aprovação com as Emendas nºs 1 a 4; declarações de voto; questão de ordem; declarações de voto - Questões de ordem - Existência de quórum para discussão - Prosseguimento da discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.830/2004; apresentação dos Substitutos nºs 2 a 4 e da Emenda nº 1; encerramento da discussão; encaminhamento do projeto com os substitutos e com a emenda à Comissão de Fiscalização Financeira - Questões de ordem - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem as Deputadas e os Deputados:

Mauri Torres - Rêmolo Aloise - Rogério Correia - Fábio Avelar - Antônio Andrade - Luiz Fernando Faria - Elmiro Nascimento - Adalclever Lopes - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Jr. - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Andrada - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Biel Rocha - Carlos Gomes - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Dimas Fabiano - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Doutor Viana - Edson Rezende - Elisa Costa - Ermano Batista - George Hilton - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Gustavo Valadares - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - Jesus Lima - Jô Moraes - João Leite - José Henrique - Laudelino Augusto - Leonardo Moreira - Leonardo Quintão - Leonídio Bouças - Lúcia Pacífico - Luiz Humberto Carneiro - Márcio Kangussu - Márcio Passos - Maria Olívia - Maria Tereza Lara - Marlos Fernandes - Miguel Martini - Olinto Godinho - Padre João - Paulo Cesar - Pinduca Ferreira - Ricardo Duarte - Roberto Carvalho - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Vanessa Lucas - Weliton Prado - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Mauri Torres) - Às 20h11min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Luiz Fernando Faria, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior.

O Sr. Presidente - Em discussão, a ata. Com a palavra, para discutir, o Deputado Adalclever Lopes.

O Deputado Adalclever Lopes - Sr. Presidente, pela leitura do Deputado Luiz Fernando Faria, não consta na ata o pedido do Deputado André Quintão para adiamento da discussão do Projeto de Lei nº 1.830/2004.

O Sr. Secretário - Deputado Adalclever Lopes, lerei novamente a parte da ata relacionada à questão suscitada por V. Exa.

- Procede-se à releitura de parte da ata.

O Deputado Adalclever Lopes - Sr. Presidente, queria alertar novamente que, ao final da reunião, o Presidente constatou que o requerimento do Deputado André Quintão ficou prejudicado, por não haver quórum.

O Sr. Secretário - Novamente este Secretário fará a leitura da outra parte da ata, já lida anteriormente, para atender a V. Exa.

- Procede-se à releitura de parte da ata.

O Sr. Presidente - Não havendo retificação a ser feita na ata, dou-a por aprovada.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência passa à 2ª Parte da reunião, em sua 1ª Fase, com a apreciação de pareceres e de requerimentos.

Discussão e Votação de Pareceres

O Sr. Presidente - Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 439/2003, do Deputado Luiz Humberto Carneiro, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Indianópolis o imóvel que especifica. Em discussão, o parecer. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o parecer. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À sanção.

2ª Fase

O Sr. Presidente - Esgotada a matéria destinada à 1ª Fase, a Presidência passa à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado André Quintão, solicitando a inversão da pauta desta reunião, de modo que o Projeto de Lei nº 2.008/2004 seja apreciado em primeiro lugar e que a Proposta de Emenda à Constituição nº 35/2003 seja apreciada em segundo lugar. Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Antônio Júlio.

O Deputado Antônio Júlio* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, queremos encaminhar a votação de uma forma bastante clara. Na verdade, o requerimento visa protelar a votação dos empréstimos do Governo do Estado. Não estamos entendendo por que o Projeto de Lei nº 2.008 tem de ser modificado, no seu parecer, já que está no quarto lugar de votação, excetuando-se as propostas de emenda à Constituição.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos vendo que o Projeto de Lei nº 2.008 tem que ser modificado no seu parecer, já que está em quarto lugar para votação, não se considerando as propostas de emenda à Constituição. Estão acontecendo várias negociações apenas com o PT. Será que nesta Casa só o PT está mandando? Será que não há liderança de outros partidos que possam se envolver na discussão do que vamos votar ou deixar de votar? Essa é a nossa indignação. Não estamos contra o PT, ele está agindo de forma correta; mas existem outros partidos nesta Casa que têm interesse nas matérias e que querem ser ouvidos. A Liderança do Governo, a Liderança desta Casa, o Presidente, só fazem reuniões com a Liderança do PT, esquecendo que aqui também existe o PMDB. Também queremos discutir, porque estamos participando das decisões nas comissões, estamos compondo o quórum diariamente; mas na hora de definir o que vai ou não ser votado, não é mais o Presidente que toma a decisão. Vamos encaminhar a votação de todos os projetos, porque não estamos concordando com a forma com que as coisas estão sendo conduzidas. No Salão Vermelho e no cafezinho as pessoas ficam reclamando, mas não querem se manifestar e nós, do PMDB, estamos nos manifestando para mostrar a nossa angústia, o nosso descontentamento com relação à pauta a ser votada nesta Casa. Por que votar o Projeto de Lei nº 2.008 em primeiro lugar? Por que não votar o Projeto de Lei nº 2.004, que está causando toda essa polêmica, relativo aos R\$170.000.000,00 que o Governo vai pegar emprestado sem definir onde vai gastar? O Subsecretário da Secretaria de Fazenda, de Desenvolvimento Urbano, disse muito claramente que o Governo precisa dos R\$170.000.000,00 para um projeto programático, como o PT está fazendo em Brasília, para investir em projetos a serem definidos "a posteriori". O Governo tem 13 projetos estruturantes e, entre eles, vai definir onde vai gastar esse dinheiro - se ele chegar, porque há oito anos estamos votando esse projeto, que vai e vem. Os governos passados faziam apenas marola, dizendo que estavam correndo atrás de empréstimo, que o recurso iria chegar. Às vezes, fico achando que a Assembléia Legislativa está segurando. Queremos participar das negociações. Não concordamos com a inversão da pauta. O PMDB quer que a pauta seja votada de acordo com a decisão do Presidente, com a Proposta de Emenda à Constituição nº 78 em primeiro lugar, depois com a de nº 35 e, a seguir, com os Projetos de Lei nºs 2.004, 2.006, 2.007, 2.008, 2.178 e 1.830. Concordamos com essa votação; com o que não concordamos é que haja manobra para a inversão da pauta para que os projetos que estão aqui não sejam votados. Com certeza, havendo a inversão da pauta, logo após a votação do Projeto de Lei nº 2.008 não haverá quórum. Todos irão embora e com isso paramos a votação e vamos encaminhar apenas aquilo que foi decidido entre um partido e a Presidência da Casa.

Queremos deixar claro que o PMDB também quer participar do processo da elaboração da pauta, daquilo que iremos votar ou não. Nós também precisamos ser ouvidos. Será que nesta Casa só há um partido com 17 Deputados e o resto não vale nada? Será que apenas eles irão definir o que vai ser votado?

Quem deve definir a pauta é a base do Governo, da qual fazemos parte. Também queremos discutir. Não seremos submissos nem omissos nas discussões desses projetos. Nosso encaminhamento foi bastante claro. Definimos, nas comissões, que, se não fosse a participação do PMDB, esse projeto estaria enrolado no Plenário. Não poderíamos votar. Iríamos votar o Projeto de Lei nº 2.004, o mais agarrado nas discussões com a Oposição, já que queriam engessar o Governo, que teria autorização legislativa para contrair o empréstimo. Entretanto não teria como gastar o dinheiro, tendo em vista que teria de mandar projetos a esta Casa e, para cada tostão a ser gasto, teria de pedir autorização à Assembléia Legislativa. Então é como dar e não entregar.

Deputado Adalcleber Lopes, o PMDB está marcando sua posição. Também queremos ser ouvidos. Não podemos concordar com o requerimento do Deputado André Quintão, que, temos de reconhecer, desempenha corretamente o papel de Líder do PT. Reafirmo que queremos ser ouvidos. Também fazemos parte desta Casa. Não estamos fazendo número para votar, apenas discutimos os projetos. Aliás, participamos de todas as comissões. Todavia, na hora de votar, não somos ouvidos. Apenas um partido defenderá o que será votado, ou, então, a base do Governo poderá ir embora. O que fazemos aqui? O PT resolverá. Na semana passada, o PT criou uma resolução e uma Comissão de Cultura. O PT está assumindo o papel da Situação.

Volto a dizer, Deputado André Quintão, você está correto, embora não concordemos. A base do Governo, o PSDB, aceita o jogo. Não sei até que momento isso dará certo. Haverá uma hora em que as coisas mudarão de rumo. Em setembro, começa o processo pré-eleitoral. Será que aceitarão toda essa marola, de que não participamos de negociação, de que apenas somos obrigados a constituir quórum? E o PMDB tem constituído quórum tanto nas comissões quanto no Plenário. Portanto queremos ser ouvidos na definição de pauta.

Conclamamos os Deputados a votar contrariamente ao requerimento - não contrariamente ao PT - para que sigamos a pauta de votação. Queremos também votar as Propostas de Emenda à Constituição nºs 78/2004 e 35/2003, enfim, toda a matéria constante na pauta, sem levar em conta a nossa permanência até 2 horas da madrugada e a nossa volta amanhã, às 9 horas. Queremos que a pauta seja respeitada e que esse requerimento não seja votado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado André Quintão.

O Deputado André Quintão - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, apresentamos requerimento solicitando a votação, em primeiro lugar, do Projeto de Lei nº 2.008/2004, fruto de entendimento entre os Líderes do Governo, o bloco de sustentação do Governo e a Oposição. Do conjunto dos projetos de empréstimos, o Pró-Acesso é muito importante. Minas Gerais tem 224 municípios sem ligação asfáltica. Quem vive no município pequeno conhece a importância do asfalto para garantir o escoamento da produção, para garantir o transporte dos doentes, o atendimento de saúde de média e alta complexidade e o transporte das crianças da zona rural para as escolas mais distantes. Felizmente o Brasil, com a possibilidade e as taxas de crescimento econômico, tem propiciado o aumento da arrecadação do ICMS, e, com a CIDE, uma maior transferência de recursos para o Governo Estadual na área de recuperação e manutenção das estradas. Agora, o Governador envia a esta Casa uma solicitação de empréstimo de US\$100.000.000,00 para executar o Pró-Acesso.

Como Líder do Bloco PT-PCdoB, que faz oposição construtiva nesta Casa, fico à vontade para dizer que esse é um projeto importante. Aliás, dos projetos de empréstimo, é o mais importante. Seria injusto para com o povo de Minas Gerais permitirmos que o Projeto nº 2.004, que é polêmico e necessita de muitos aperfeiçoamentos, que deverá ser debatido vinculado também à melhoria das condições de remuneração do servidor público e que merece emendas de monitoramento, de acompanhamento da execução orçamentária e da aplicação desse recurso - arrasta-se e trave a pauta em relação aos projetos que já têm consenso nesta Casa. Qual Deputada ou Deputado é contra o asfaltamento dos 224 municípios?

O PT não quer definir a pauta da Assembléia, até porque por enquanto somos apenas 17 Deputados no Bloco PT-PCdoB. Ainda não temos essa força majoritária para definir a pauta nesta Casa. Estamos sintonizados com o desejo do povo mineiro e dos pequenos municípios, que querem o asfaltamento. Apresentamos uma emenda a esse projeto que obriga a remessa do contrato com o BID 30 dias após a sua celebração. Vamos fiscalizar, de fato, o cronograma de execução das obras. No ano passado, discutimos, nas várias comissões, critérios de aplicação desse recurso para que também não haja favoritismo na escolha dos municípios. Queremos que as obras iniciadas sejam concluídas, que as obras de maior relevância sejam realizadas em primeiro lugar. Mas, se há consenso, na base do Governo - o Líder do Governo e o Líder do Bloco de Governo estavam presentes -, nada mais justo do que a Assembléia votar, prioritariamente, esse projeto que é mais importante. Os outros projetos de eletrificação rural para o Noroeste de Minas também terão o nosso apoio: US\$10.000.000,00, porque sabemos da sua importância para o Estado.

O Presidente Lula lançou o programa Luz para Todos e queremos ampliá-lo com a aprovação da eletrificação rural no Noroeste mineiro, até porque o projeto estruturador de eletrificação naquela região teve 0% de execução orçamentária no ano passado. Aprovaremos os US\$10.000.000,00 para a empresa mineira competitiva. Precisamos apoiar na gestão, na logística, no treinamento, no assessoramento, as pequenas e médias empresas mineiras. Não há dúvida quanto a esses projetos, só quanto ao Projeto nº 2.004, para o qual queremos um prazo maior e discutir o aperfeiçoamento para a sua vinculação aos projetos estruturadores. Queremos fazer o debate com a justa valorização do servidor público. O outro Projeto nº 2.178, o PRODETUR, também deverá ser objeto de maior debate. Muitas cidades do médio e do baixo Jequitinhonha não estão sendo contempladas com esses recursos. Acharmos importante a valorização do Projeto Estrada Real. Sabemos que o recurso é importante nesse sentido.

Mas por que não compatibilizar o investimento na Estrada Real com as obras de melhorias nos aeroportos, de saneamento, infra-estrutura, obras sociais e capacitação de recursos humanos na área do turismo no médio Jequitinhonha, no baixo Jequitinhonha, no Norte e no Mucuri, regiões que têm, no turismo, um alto potencial para o crescimento econômico com geração de emprego e renda, em especial para as famílias mais empobrecidas? Isso é possível. O rio Jequitinhonha tem um potencial e, associado à dimensão cultural daquele povo, pode gerar atrativo turístico, a beleza cênica, os festivais e os encontros de cultura. O Projeto nº 2.178 também será objeto de debate. Estamos construindo um amplo consenso na Assembléia para aprovarmos os projetos.

Tive notícia de que o Senador Eduardo Azeredo criticou o PT hoje, em Brasília, dizendo que estamos com má vontade com o Governo Estadual, que o Presidente Lula não quer autorizar o empréstimo para o Governador. Estamos respondendo aqui. O Bloco PT-PCdoB está firme para votar a autorização de empréstimo do Pró-Acesso, porque fazemos uma oposição responsável. Quando o interesse de Minas está colocado, consideramos que isso está acima de qualquer divergência político-partidária. Nesse sentido, defendemos, sim, e pedimos o voto de cada Deputado e de cada Deputada, que a Assembléia vote, em primeiro lugar nesta noite, a autorização de empréstimo do Pró-Acesso, que não é mais um projeto só do Governador. Esta Casa - todos os Deputados e Deputadas, de todos os partidos - votou, em 2003, no Plano Plurianual, a prioridade de asfaltamento para 224 municípios. O Pró-Acesso é uma prioridade do Plano Plurianual, discutido aqui inclusive em audiências públicas coordenadas pela Comissão de Participação Popular. Portanto, o Pró-Acesso é uma conquista também da Assembléia Legislativa e, como tal, precisa ter os instrumentos para sua realização, porque é isso que espera a população de 224 municípios mineiros. Portanto, o Bloco PT-PCdoB defende prioridade para a votação do Pró-Acesso. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Ivair Nogueira.

O Deputado Ivair Nogueira - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, o objeto da discussão é a inversão da pauta. Não há nenhuma dúvida sobre o que o Deputado André Quintão disse. Há um compromisso de todos os Deputados da Bancada do PMDB de permanecer nesta reunião pela madrugada afora para votar os projetos do Pró-Acesso. Ninguém seria irresponsável de votar contra o projeto do Pró-Acesso, sabedores que somos da necessidade de interligação dos municípios com as principais rodovias do Estado de Minas Gerais. Se liberados os recursos do Pró-Acesso, se o Governo Federal tiver a boa vontade de liberar os recursos da CIDE, que é um recurso obtido com cada litro de combustível pago pelo consumidor, transformaremos, em curto espaço de tempo, a malha rodoviária do Estado de Minas Gerais. É preciso deixar bem claro que a Bancada do PMDB já se comprometeu com a votação em peso dos nove Deputados, que votarão favoravelmente ao empréstimo do Pró-Acesso. Sr. Presidente, o que a Bancada do PMDB não aceita, neste momento, é a inversão da pauta.

Estamos questionando por esse motivo. Podemos, da tribuna, discutir, debater e aprimorar todos os projetos existentes. Se necessário, estamos dispostos a ficar aqui até de madrugada para votar.

O PMDB não concorda, de forma alguma, em jogar o projeto para o final, e o Deputado Antônio Júlio disse muito bem: o PT sabiamente soube articular para ter o peso que tem hoje na Assembléia Legislativa. O Colégio de Líderes precisa ser ouvido; não só o PMDB, mas também os demais partidos.

Sugiro, Sr. Presidente, que esta reunião seja suspensa por 15 minutos para que tenhamos reunião do Colégio de Líderes e, assim, possibilidade de ajustar a votação da pauta desta noite.

Por parte do PMDB, não haverá qualquer dificuldade na votação favorável aos projetos que incluem os processos, mesmo porque nós, que somos votados no interior, sabedores do teor do projeto do Governador Aécio Neves, que possibilitará o escoamento da produção do interior de Minas Gerais, estamos amplamente favoráveis à sua votação.

O diálogo entre os líderes dos diversos partidos desta Casa precisa ser restabelecido, para que possamos buscar acordo para votação. A pauta não deve ser invertida. Se mantida, o PMDB não fará obstrução e votará os projetos de interesse do Governo conforme prometido.

Questão de Ordem

O Deputado Ivair Nogueira - Sugiro a suspensão da reunião por 15 minutos. Nesse intervalo, o PMDB estará discutindo com os líderes de outros partidos e buscando o entendimento. Se possível, votaremos, na noite de hoje, os projetos importantes para Minas Gerais.

Suspensão da Reunião

O Sr. Presidente - A Presidência, em atenção à questão de ordem suscitada pelo Deputado Ivair Nogueira, vai suspender a reunião por 30 minutos para entendimentos entre as Lideranças. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O Sr. Presidente - Estão reabertos os nossos trabalhos. Em votação, o requerimento. Os Deputados e as Deputadas que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.008/2004, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a contratar financiamento externo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID -, e a oferecer garantias e dá outras providências. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 a 3, que apresentou. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 a 3, da Comissão de Justiça. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira, que opinou pela aprovação da Emenda nº 4. Em votação, o projeto, salvo emendas. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, as Emendas nºs 1 a 4. As Deputadas e os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovadas. Fica, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 2.008/2004 com as Emendas nºs 1 a 4. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Declarações de Voto

O Deputado Weliton Prado - Ficou claro o posicionamento do Bloco PT-PCdoB. Votamos o Projeto de Lei nº 2.008/2004, tão importante. Sinto-me feliz e orgulhoso, tendo em vista a nossa vigorosa luta, antiga, de milhares de pessoas de todos os grotões de Minas Gerais. São pessoas que clamam pela ligação asfáltica há muitos e muitos anos. Fico feliz por contribuir e ajudar nesse importante projeto. Ajudamos no processo de negociação, na inversão da pauta, para que o projeto fosse votado nesta noite, o que me enche de orgulho. Isso é uma resposta para o Senador Eduardo Azeredo, que hoje falou bobagem no Senado Federal. Mostramos o nosso posicionamento votando a favor da ligação asfáltica de mais de 224 municípios de Minas Gerais. Tal projeto facilitará o desenvolvimento do Estado, produzirá renda e emprego. Muitas empresas não se interessavam em instalar-se em municípios como Douradoquara, tendo em vista as dificuldades de acesso. Com a ligação asfáltica, essas cidades podem crescer, desenvolver-se, gerar empregos e renda, facilitar o atendimento à saúde e humanizar o acesso à escola, fatores tão importantes para o cidadão e os mais necessitados.

Como Deputado, sinto-me realizado por contribuir para esse processo e por ter votado favoravelmente ao projeto, em se que autoriza o Governo a contratar financiamento de US\$100.000.000,00, quase R\$300.000.000,00, para, depois de anos de luta, as pessoas mais humildes de 224 municípios terem dignidade.

Deixo o nosso posicionamento e o nosso questionamento em relação ao Senador Eduardo Azeredo, que, quando foi Governador, poderia ter feito, e não fez. O que fez foi acabar com o ensino técnico profissionalizante em várias escolas de Minas Gerais. Além disso, saiu e não pagou o décimo-terceiro aos servidores, entretanto pagou em dia à empreiteira. Agora fala bobagem em Brasília. O nosso voto é favorável ao desenvolvimento, ao progresso de Minas Gerais e ao Pró-Acesso. Se o Senador tucano não queria ver o Pró-Acesso nas cidades mineiras, graças ao nosso posicionamento e empenho na Casa, os mais de 224 municípios terão ligação asfáltica.

O Deputado Domingos Sávio - Sr. Presidente, o nosso voto, como o de todos os Deputados da unanimidade desta Casa, ficou cristalino para o povo mineiro. Antes de justificar o nosso voto, torna-se necessário, por questão de justiça, não mais que isso, pronunciar-me sobre essa manifestação absolutamente descabida e sem propósito contra o ex- Governador Eduardo Azeredo.

Com certeza, todos que ouviram o Deputado Weliton Prado gostariam que alguém falasse que não é bem assim, que isso não tem cabimento, após a votação de um projeto que o Governador Aécio Neves, do PSDB, encaminhou a esta Casa, após o esforço do Governo para criar condições adequadas para que o Estado de Minas Gerais se habilite a ter crédito num organismo internacional, numa agência bilateral, no BID.

O Governo de Minas, que é do PSDB, e é tão criticado, faz um esforço, viabiliza isso e, de repente, alguém vem dizer que se o ex-Governador Eduardo Azeredo não quisesse o asfalto, se isso ou aquilo... Ora, seria absolutamente desnecessário fazer a defesa do Senador Eduardo Azeredo, mas é absolutamente necessário fazer a defesa desta Casa, do sentido das coisas, da verdade, da ética, da justiça. É inaceitável esse tipo de argumento de forma absolutamente vazia, sem fundamento, sem sentido, depois que acabamos de aprovar um projeto que atende ao interesse de todos os mineiros, que por uma maneira justa e correta tem o apoio de todos os Deputados desta Casa e que foi exaustivamente debatido, passou na Comissão de Fiscalização Financeira, da qual tenho a honra de ser o Presidente. Tive a oportunidade de ser o relator do projeto e acolher uma emenda do Deputado André Quintão, que assegura que a cópia do convênio seja enviada a esta Casa, para que haja transparência no acompanhamento da execução do contrato com o Banco Interamericano de Desenvolvimento. Não tem cabimento misturar as coisas, pois o Senador Eduardo Azeredo é um homem que tem uma história limpa, que dá uma contribuição exemplar no Congresso Nacional, que tem tido diálogo com o Governo Lula naquilo que é importante para o País, e que já votou vários projetos do interesse do País, ao lado da Bancada do PT no Congresso Nacional. Com certeza, o Senador Azeredo está feliz porque Minas Gerais dá um passo adiante sob o comando de um companheiro de partido, o Governador Aécio Neves. Mas nós, Deputados, em particular a base do Governo, que acolheu esse projeto, que fez reuniões extraordinárias e buscou, no diálogo e no respeito com a Oposição, construir o consenso, ficamos extremamente felizes.

Parabenizo os Deputados Alberto Pinto Coelho, Líder do Governo e André Quintão, Líder da Oposição nesta Casa, por terem tido a competência de construir mais do que o consenso, mas a unanimidade em torno de um projeto bem concebido pelo Governador Aécio Neves e que atende ao interesse do povo mineiro, liberando recursos para que cidades, que ainda não têm acesso nem asfalto pavimentado, possam vir a ter. Isso é o que importa.

Mas a minha declaração de voto tinha que trazer também esse desagravo a uma figura pública séria, respeitada, que muito trabalhou e que continua trabalhando por Minas Gerais, que é o ex-Governador e hoje Senador Eduardo Azeredo. Muito obrigado.

O Deputado Carlos Pimenta - Sr. Presidente, Srs. Deputados, hoje a Assembléia Legislativa de Minas Gerais, independente de partido ou posição, deu uma demonstração de maturidade. Acabamos de votar, em 1º turno, talvez um dos projetos mais importantes para o povo mineiro. Não vou relevar as declarações do Deputado Weliton Prado, porque foram cunhadas de insinuações e de agravos ao Senador Eduardo Azeredo. Acho que essas posições têm de ser separadas. Estamos aqui para cumprir uma missão, para analisar com responsabilidade o projeto, como foi analisado.

Cumprimento o Deputado André Quintão, Líder do Partido dos Trabalhadores, que foi muito responsável e sério em sua fala. As questões políticas menores precisam ficar de lado. É importante lembrarmos que o projeto Pró-Acesso é o mais importante de Minas Gerais nos últimos anos. É um projeto que trará benefícios, progresso e desenvolvimento para o nosso Estado, principalmente para as cidades do Norte de Minas e do vale do Jequitinhonha. Somente quem trabalha politicamente nessas regiões pode avaliar quanto nossa posição é importante e quanto tem de ser valorizada. O Governador Aécio Neves está coberto de razão, é um projeto que não tem nenhuma participação política. O Deputado Jésus Lima esteve em Varzelândia, assistindo a uma audiência pública em que se discutiam questões relativas ao BIRD, juntamente com o DER. Houve uma igualdade de tratamento, não houve nenhuma discriminação de nenhum Deputado. Foi uma reunião séria, e é dessa forma que o Governador Aécio Neves tem tratado nosso Estado, diferentemente do descaso do Governo Federal com nossas estradas. Ainda ontem houve um acidente fatal nas proximidades do trevo de Engenheiro Navarro, em que morreu um jovem de pouco mais de 19 anos. As obras de recuperação dessa estrada foram iniciadas, mas hoje não há mais nenhuma máquina, todas as empreiteiras saíram do local porque o Governo Federal voltou suas costas para as estradas federais em nosso Estado. Não quero descer ao nível político, fazer deste momento um embate político, porque meu partido já deu uma resposta ao Presidente Lula. Ajudamos a eleger o Lula no 2º turno e, graças a Deus, o PDT deixou de apoiar o Governo Federal, em Brasília, porque entendeu que o Governo Federal não tem cumprido suas palavras, suas promessas e compromissos com o povo brasileiro.

Se quiserem discutir a relação do Governo Federal com o povo brasileiro, que discutam em qualquer outro momento, mas, neste momento, quero apenas ressaltar a importância do Pró-Acesso. São US\$100.000.000,00 de recursos extremamente importantes para levarmos esse programa adiante. Amanhã mesmo teremos o processo licitatório da estrada Taiobeiras-Indaiabira-São João do Paraíso, um grande sonho daquele povo. Essa estrada foi prometida várias vezes, iniciada no papel, mas nunca foi levada a cabo. Amanhã teremos esse grande momento do Norte de Minas, como também a licitação da estrada Taiobeiras-Rio Pardo de Minas e Ubaí - São Francisco. São projetos importantes que serão desenvolvidos amanhã.

Em meu nome e em nome do PDT quero dizer da nossa satisfação. Espero votarmos esse projeto em 2º turno, rapidamente, se possível na próxima semana. Será a grande resposta do Poder Legislativo a um programa sério do Governador Aécio Neves, que vai, efetivamente, verdadeiramente e sem demagogia, transformar este Estado, trazendo desenvolvimento e progresso principalmente ao Norte de Minas e ao vale do Jequitinhonha. Muito obrigado.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Sr. Presidente, serei breve. Quero manifestar nossa alegria e nosso contentamento em votar, em 1º turno, o importante projeto do Pró-Acesso. Não queremos fazer deste momento um palanque eleitoral. Ouvimos o Deputado Weliton Prado falar como se toda essa iniciativa e tramitação fossem dele e do seu partido, buscando, quem sabe?, com todo o respeito, para si e para sua bancada, tão-somente, a aprovação de um projeto que é do Governador Aécio Neves desde que assumiu o Governo de Minas Gerais.

A história realmente não mente. Desde que assumiu o Governo, Aécio Neves tem buscado recursos para o asfaltamento nos municípios que não foram contemplados com a via asfáltica.

Posso falar pelo meu Sul de Minas. Vários municípios já estão incluídos nesse processo. Com a aprovação no 1º turno e, amanhã ou na próxima semana, no 2º turno, as nossas esperanças serão dobradas não somente para o Sul de Minas, mas também para todo o Estado de Minas Gerais.

Enquanto o Governador encaminha esse projeto de alto alcance, que hoje conta com a maturidade política de todos os parlamentares da Casa, independentemente de cor partidária, as nossas rodovias federais continuam intransitáveis, sem absolutamente nenhuma providência por parte do DNIT.

Há esse entendimento plural. Parabênizo a Assembléia neste momento de grandeza, ao entender a mensagem do Governador, que traz a esta Casa seu sentimento maior, buscando e resgatando o desenvolvimento dos nossos municípios.

Também gostaria de falar sobre as considerações feitas sobre o nosso Senador Eduardo Azeredo, homem correto, sério, que durante seu Governo, dentro de seus princípios morais e de governabilidade, tratou Minas Gerais com seriedade. E não faz bem para a política buscar sentimentos da história, trazendo discussão para ferir quem quer que seja. Não estamos neste momento fazendo insinuações, porque queremos entendimento limpo e transparente.

Nosso Governador manifestou-se em defesa de nosso Estado, de nossas estradas e de nosso povo. Quero que o PT seja convidado para que continue aprovando as mensagens do Governador Aécio Neves, as quais já foram aprovadas por todas as comissões temáticas. É importante ouvir as mensagens e as discussões favoráveis da parte da Bancada do PT, garantindo que o que o Governador está mandando para esta Casa é o correto, é o certo, não merecendo reparos.

Sem dúvida alguma, este é um momento de grande alegria. Com certeza, brevemente teremos a retomada da liberação desses recursos para as nossas rodovias. Obrigado.

O Deputado Jésus Lima - Presidente Mauri Torres, é um prazer poder estar aqui declarando meu voto favorável ao Pró-Acesso, afinal 224 estradas serão pavimentadas e asfaltadas, gerando riqueza principalmente para o Norte de Minas, o vale do Jequitinhonha e o vale do Mucuri.

Quando as Lideranças de todos os partidos se unem ao Governo do Estado e ao Governo Federal, com certeza o Estado e todos nós ganhamos. É isso que está acontecendo neste momento.

Só me inscrevi para falar quando ouvi alguns Deputados criticarem injustamente o Governo Federal, dizendo que as estradas federais estão piores que as estaduais. Isso não é verdade, haja vista o próprio Pró-Acesso, em que constam 224 estradas em estado de calamidade no Estado de Minas Gerais.

Tenho andado por nossas estradas. Viajei neste fim de semana para Bonito de Minas. De Almenara até Mata Verde está um caos. Não existe estrada. Há um caminho beirando um rio, onde é necessário carro com tração nas quatro rodas para se chegar. As estradas estaduais estão um caos. Não é verdade dizer que as estradas federais estão piores que as estaduais.

Há várias estradas federais ruins, mas estão sendo melhoradas. O Governo do Estado assumiu recentemente 6.000km de estradas federais, recebeu o dinheiro e agora quer devolvê-las. Trata-se de 6.000km de 11.000km de estradas federais que estão em nosso Estado. Não concordo com o que alguns Deputados disseram aqui. As estradas estaduais estão um caos. É bom que se fale também que o Pró-Acesso já conta com um aval tácito do Governo Federal. Recentemente, o Ministro Antônio Palocci esteve aqui. O Governador solicitou-lhe que aprovasse o Pró-Acesso, que aprovasse esses empréstimos; depende, portanto, do aval do Governo Federal. Ou seja, depende de um projeto da Casa Civil, que deverá ser encaminhado ao Senado Federal. Assim sendo, o Governo Federal dará seu aval e enviará o projeto ao Senado para aprovação. Em seguida, o recurso será liberado. Então, para se fazer a obra dessas estradas, é necessário o apoio de todos os atores, tanto dos federais quanto dos estaduais.

Aqui, não se está dando a César o que é de César. Por isso me inscrevi. É importante que todos os atores, nós, Deputados, lideranças, Governo Estadual, Governo Federal, unamo-nos para alavancar este Estado. Obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado João Leite - Obrigado, Sr. Presidente. Votamos favoravelmente. Acompanhamos essa luta do Governo do Estado. Acompanhamos os primeiros dias de Governo, o planejamento feito para que acessos importantes do Estado fossem asfaltados. Sem dúvida, com planejamento é possível conseguirmos essas vitórias. O Governo de Minas trabalhou com planejamento. Esse projeto se tornou um projeto estruturador e está dentro dos 31 mais importantes. Sobre eles o Governo trabalha com seus gerentes. O Dr. Ramon, gerente do programa, está de parabéns. Ele trabalha com uma grande equipe e leva adiante esse importante projeto para o povo mineiro.

A própria Assembléia Legislativa acompanha, na revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental, a execução desse importante programa. Enxergamos a meta, a visão que tem o Governo de transformar Minas Gerais no melhor Estado do Brasil para se viver. Está crescendo, cada vez mais, essa possibilidade, esse sonho. Minas Gerais cresce; cresce mais que o Brasil. Agora, está alcançando recorde na exportação, apesar de não termos ainda a contrapartida. Ou seja, isso acontece apesar de o Estado deixar de receber os recursos que deveriam advir da exportação. Todavia, agora, com esses acessos sendo viabilizados, teremos cada vez mais possibilidades de ver o nosso Estado crescer. Isso está sendo possível, pois temos um Governo que cumpriu uma austeridade fiscal rigorosíssima. Planejou e, agora, contando com o apoio maciço, unânime, da Assembléia Legislativa, que demonstrou maturidade neste momento, consegue ver aprovado em 1º turno esse empréstimo.

Ressalto a importância dos entendimentos que ocorreram esta noite, aqui, mas lamento o ataque gratuito ao Senador Azeredo. Recentemente, esse Senador encaminhou autorização de empréstimo para a Prefeitura de Belo Horizonte. Esse fato não foi lembrado aqui, mas foi ele que encaminhou pela aprovação desse empréstimo no Senado. Os belo-horizontinos reconheceram o esforço do Senador Azeredo, que se manteve acima da questão partidária. Lamento que se use a tática de repetir o nome das pessoas para desqualificá-las. É o que fazem com um Senador da República. Isso é lamentável. Creio que fica na mente dos mineiros, dos belo-horizontinos, a lembrança do grande Senador, que, independente de partido, encaminhou autorização de empréstimo para a Prefeitura de Belo Horizonte.

Neste final, gostaria também de conclamar todos os Deputados a cobrar do Executivo de Minas Gerais, do Governador Aécio Neves. Não podemos permitir que o Governo do Estado receba essas estradas federais. Não podemos permitir que o Estado receba essa malha rodoviária federal nessas condições. Sabemos das dificuldades do Governo de Minas, do que foi feito em nosso Estado, do rigor fiscal imposto ao Governo do Estado e a todos os mineiros. Agora, receber essa malha destruída, acabada, que está matando cidadãos mineiros? Não podemos permitir isso. Esta Assembléia tem de estar contra a possibilidade de se entregar a Minas Gerais esse presente de grego. Nosso Estado não pode aceitar essas estradas. Elas têm de ser recuperadas, para que o Estado, depois, possa aceitá-las. Mas aceitaremos da maneira em que se encontram, como em Uberaba, Uberlândia, BR-135, Norte de Minas? O mineiro não pode aceitar algo assim. Esperamos que o Governo Federal nem tente devolver essas estradas. Recupere-as, primeiro, depois Minas as receberá. Dessa maneira, estradas totalmente destruídas, matando pessoas, Minas não deverá recebê-las. Espero que esta Assembléia se posicione para não recebermos essa malha destruída, esse verdadeiro presente de grego, que o Governo Federal quer dar a Minas Gerais.

Esperamos investimentos. Os Governos Federais passados, o Governo Itamar Franco, o Governo Fernando Henrique Cardoso, fizeram a duplicação da Fernão Dias até São Paulo. O que foi feito agora? Absolutamente nada, e querem entregar 6.000 km de estradas que não existem mais, pois estão destruídas. Minas Gerais não aceitará isso. Muito obrigado.

A Deputada Elisa Costa - Sr. Presidente, componentes da Mesa, povo de Minas Gerais, deixo o registro do nosso voto favorável ao projeto. Tivemos a oportunidade de participar de discussões na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, da qual somos membro efetivo e onde realizamos debate durante um dia inteiro. Fizemos várias reuniões, e o projeto pôde ser aperfeiçoado. Houve emendas, ou seja, o Poder Legislativo cumpriu a sua função de analisar e de cuidar para que um projeto da ordem de quase R\$300.000.000,00 recebesse o voto desta Casa.

Registro também a importância do programa Pró-Acesso para os municípios mineiros, especialmente para os pequenos e médios e para as comunidades rurais, que têm dificuldade de acesso, de desenvolvimento, de escoamento dos seus produtos, de transporte escolar, enfim, de possibilitar qualidade de vida, direito da nossa população mais empobrecida, principalmente a do Norte de Minas, do vale do Rio Doce, da qual fazemos parte, do Mucuri e do Jequitinhonha. Trata-se de cidades e de municípios que precisam ser interligados pelo asfalto para retomarem o seu crescimento sustentável, garantirem a circulação de mercadorias, enfim, para que tenham o mesmo desenvolvimento por que passa o Brasil.

Registro ainda a parceria do Governo do Estado com o Governo Federal, até porque o Governo Lula tem o compromisso de repassar recursos da CIDE para que essas estradas sejam asfaltadas. Reconhece-se que essa parceria madura e democrática em relação a projetos dessa natureza fará que se tornem realidade.

Quero dizer ao Deputado João Leite que esse acordo em relação às estradas federais foi feito nos Governos Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso. Claro que deve ser feita uma avaliação a respeito dos problemas das estradas, e o próprio Presidente Lula disse claramente que herdou problemas sérios de infra-estrutura das estradas federais e sabe das dificuldades para recuperá-las em vista dos recursos, mas está trabalhando com muito empenho para garantir que seja feito. A prioridade da pauta da agenda de 2005 do Governo Federal é a infra-estrutura. Nosso País, que cresce e se desenvolve, e Minas Gerais que também está nesses ares de crescimento, sabe que infra-estrutura é fundamental. A política ativa de auto-estima do Presidente Lula, abrindo mercados internacionais, está possibilitando que a produção mineira da carne bovina, do aço, do minério, do café, etc., conquistem espaço em novos mercados internacionais. A partir daí, Minas Gerais poderá até se transformar na 2ª economia brasileira. Essa parceria histórica é fundamental.

Quero fazer um elogio às negociações da nossa liderança, na pessoa do Deputado André Quintão, para fazer avançar esse importante projeto de asfaltamento para os 224 municípios de Minas Gerais. E penso que o projeto referente aos US\$170.000.000,00 também deveria caminhar nessa perspectiva de aperfeiçoamento e transparência para que possamos votá-lo com tranquilidade nas próximas reuniões. Nosso voto é favorável porque é o voto de Minas Gerais e o voto pelo Brasil.

O Deputado Adalclever Lopes - Sr. Presidente, a Assembléia, por meio de um projeto de lei do Governador do Estado, votou com muita propriedade o Pró-Acesso. O PMDB é um partido dos grotões e do interior e grande parte das suas cidades não têm nem sequer um acesso com pavimentação asfáltica. Em nosso programa de televisão, tratamos do tema das estradas. Poderemos aproveitar a oportunidade e apresentar um requerimento, sugerindo que Brasília não permita venda de nenhum carro que não seja 4X4, porque para se andar nas estradas esburacadas do Brasil e com tantas pontes caídas, somente com esse tipo de carro! E hoje, o maior problema não são os que faleceram nas estradas, mas os mortos-vivos, caminhoneiros que estão morrendo porque estão quebrando. Sua situação financeira morreu. Seu caminhão quebra todo dia e, sem condições de reformá-lo e trocar peças, cada viagem custa o dobro e suas famílias vão passando necessidade. São milhões de caminhoneiros, os mortos-vivos.

O maior problema é que o Presidente da República tem andado muito pouco de carro, porque não levanta o traseiro do "Aero Lula" e anda para lá e para cá, viajando dia e noite. Talvez preocupado com o mercado internacional, mas esquecendo que milhões de brasileiros morrem nas estradas por falta de assistência.

E Minas Gerais, cuja malha rodoviária é a maior do País, sofre dia a dia.

Para finalizar, temos de mostrar ao Brasil que o seu maior problema são os mortos-vivos, essas pessoas que dependem da estrada para fazer escoar a produção e ganhar recursos para sustentar sua família, sempre atrás de um volante. Vamos cuidar dos mortos-vivos. Obrigado.

O Deputado Irani Barbosa - Sr. Presidente, não sei o que aconteceu, se foi a persuasão de V. Exa. ou se foi o discurso que fiz hoje à tarde, quando disse que meu partido tem um pé no Governo do Estado e outro no Governo Federal. Há partidos nesta Casa que primeiramente criam dificuldades para depois vender facilidade e mostrar que estão fazendo uma coisa maravilhosa, concedendo a Minas Gerais o direito de retirar empréstimo nos Bancos internacionais. Será que foi algum recado de Brasília, vindo por intermédio do ocupante do "Air Squid", dizendo que são sócios do BID ou de algum outro, por isso podem arrancar dinheiro de lá, porque vão ganhar alguma coisa? Mas, impressionam-me essas pessoas que criam apenas dificuldade. Algumas Lideranças passaram a manhã - aliás, não pude despachar com V. Exa. - realizando acordos - não sei se bons ou maus para o Estado - para deixar votar aquilo que é importante para a população.

Ora, Sr. Presidente, temos de parar com demagogia nesta Casa. O que pode acontecer a quem viaja apenas de avião nessa nova empresa, a "Air Squid"? Obviamente, terá mais aeronaves de grande porte, quem sabe até mesmo o A380 ou os jatos de porte pequeno que a EMBRAER fabricará. A EMBRAER não poderá, porque é uma empresa nacional e não terá direito de vender avião aqui; mas quem sabe poderão comprar sucata da Rússia e de Cuba para que os companheiros passem por aí.

Esse pessoal não conhece estrada. Pela primeira vez, assumiram o Governo e a única coisa que fizeram foi engordar banqueiros. Agora, aqui, fazem festa com o carnaval dos outros. Como querem participar de um projeto? Será que participarão do caracu, em que uns entram com a face e outros com o restante? Isso não pode.

V. Exa. tem de entender que é o Presidente da base do Governo. Doravante, acredito que essas questões não poderão ser mais discutidas para acertar algumas coisas que não estão às claras para a população. Hoje, por exemplo, o dia ficou tumultuado no gabinete de V. Exa., por causa dos acertos com quem estava criando dificuldades para votação dos projetos.

Portanto, gostaria que V. Exa. nos ajudasse. Faça parte da base do Governo e quero continuar a apoiá-lo, mas sem esses acordos que não podem ser contados para todos. Obrigado.

O Deputado Antônio Júlio - Sr. Presidente, Deputadas e Deputados, minha declaração de voto foi bastante clara. Ouvi atentamente o PT. O Líder André Quintão conduziu com muita tranquilidade a pauta de votação dessa matéria. Eles fizeram um discurso como se as coisas já estivessem resolvidas. Na verdade, nada está resolvido; votamos o projeto em 1º Turno.

Portanto apelo ao Deputado André Quintão para permitir que essa matéria, o Projeto de Lei nº 2.008/2004, volte o mais rápido à pauta para justificar o seu discurso.

Já que foi o PT que propiciou ao Governo fazer o empréstimo de 170 milhões, que também tivesse sensibilidade para acertar a pauta de amanhã ou da semana que vem e que essa matéria estivesse incluída nela. Fazemos um apelo ao Líder do PT, para que permita algumas matérias do PMDB na pauta, pois isso é importante para nós, e que não seja votada, como está acontecendo hoje, só matéria do Governo e do PT.

O mais importante e que não foi discutido, Deputado Alencar da Silveira Jr., é que não se trata apenas desse projeto de empréstimo. Esse é o mais demagógico, porque o Governo noticiou há dois anos que estava iniciando o maior projeto de asfaltamento de Minas Gerais, quando seriam feitas 224 estradas. Parece que foram feitas 4, com muito sacrifício; só faltam 220. Dá para fazer, com certeza, até o final do ano, depois que o Senado aprovar o empréstimo.

Existem outros projetos, então, e o Governo necessita de empréstimos. O PT poderia deixar a matéria ser votada. Já que ele está tão bonzinho com o 2.008, já que é o pai do 2.008, já que é ele que está permitindo ao Governo fazer 224 pró-cessos, Deputado Leonídio Bouças, que o Governo permitisse - e aí, nós, da base do Governo, que não somos ouvidos quando é feita a pauta - a votação da matéria na comissão amanhã ou na quinta-feira, e que ela retornasse na terça-feira, para que pudéssemos definir a votação do 2.008; senão, ficamos só no discurso. Já estamos em maio, daqui a 50 dias entraremos em recesso. Da forma que está, não vamos votar. O Governo depende de que a matéria seja enviada ao Senado, para que ele aprove esses empréstimos.

Essa é a minha declaração de voto. Pedimos ao PT que permita algumas matérias do PMDB na pauta, que permita que esse projeto seja votado o mais rápido possível e que votemos os outros projetos. Ou os demais projetos não são importantes para o Governo? Só o 2.008 é importante? Fica até o questionamento para amanhã, quando, mais uma vez, o pessoal do Governo virá discutir o projeto dos 170 milhões. Ficou muito claro para mim, na reunião da Comissão de Fiscalização, quais são os objetivos do empréstimo. O Governo foi claro, e tem de ser dessa forma mesmo. Mas e os outros empréstimos? Nós, da base do Governo, vamos esperar o dia em que o Líder do PT quiser votar? Não podemos concordar com isso. Ou somos da base ou não. Senão, não é preciso ficarmos aqui para que haja quórum. Todos sabemos que, quando há acordo, não é preciso haver quórum qualificado. Ou vamos deixar que o PT venha e vote no dia que quiser? Hoje vamos votar o 2.006, amanhã o 2.007 ou não vamos votar. Assim não será preciso ficar aqui até altas horas apenas para cumprir o que foi determinado pelo PT.

Esse é o meu posicionamento, pois há outras matérias importantes do Governo, que precisamos votar. O Governo tem pressa, Deputado Alencar da Silveira Jr., porque o pedido ainda vai para o Senado. Conversando com o Hélio Costa, ele disse que a tramitação vai levar no mínimo seis meses. Só vai sair no início do ano que vem. Aí vem a burocracia da assinatura de contrato, e fica para o final do Governo no próximo ano. Aí vem a eleição, e as coisas não vão acontecer por nossa culpa, por deixarmos as coisas continuarem da forma como PT deseja.

O Deputado Dinis Pinheiro - Sr. Presidente, num primeiro momento, quero parabenizar esta augusta Casa pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.008, de grande alcance social e que vai dar oportunidade a milhões de mineiros de realizarem um sonho, sonho esse que já fazia parte do programa anunciado pelo então candidato Aécio Neves. Hoje a Assembléia tem oportunidade de compartilhar dessa grande conquista de todos os mineiros, sob a liderança do nosso Governador Aécio Neves.

Quero aproveitar a oportunidade, Sr. Presidente, pois sei do critério, do cuidado e do zelo de V. Exa. ao elaborar a pauta desta Casa do povo.

Questão de Ordem

O Deputado Dinis Pinheiro - Pude observar alguma coisa do Projeto de Lei nº 1.830, do Deputado André Quintão, que é um projeto muito bom e visa a destinar os recursos oriundos de infrações por ventura praticadas por tabeliões, para o Fundo de Assistência Social. É um projeto maravilhoso mas, neste momento, necessitava de um cuidado especial por parte de V. Exa., haja vista o substitutivo apresentado na Comissão de Fiscalização, que praticamente distorce e diferencia esse Projeto de Lei nº 1.830, colocando-o na condição de Frankenstein.

Sr. Presidente, o senhor que tem essa trajetória bonita, que se move pela austeridade, pela correção e pela lisura deveria debruçar-se com mais cautela sobre esse projeto que, a meu ver, não poderia ser colocado como prioridade nesta Casa, sobretudo diante da rigidez de V. Exa. ao elaborar uma pauta. Observo que temos, nesta Casa, Deputado Irani Barbosa, um projeto de lei que trata da distribuição do ICMS, que ajudaria muito os municípios pobres, entre eles Ribeirão das Neves. Ficamos preocupados, e por isso faço essa questão de ordem. Gostaria que, posteriormente, a assessoria respondesse se a Presidência pode acolher esse projeto, ao qual já apresentei algumas emendas.

Fiquei surpreso, Deputado Irani Barbosa, porque esse substitutivo apresentado pela Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, que teve como relator o Deputado Jayro Lessa, acolheu uma sugestão do Deputado Antônio Júlio, nobre parlamentar, combativo, o fiscalizador nato da Assembléia Legislativa, que acompanha atentamente as matérias fiscais. No mês de dezembro, esse dispositivo apresentado pelo Deputado Antônio Júlio dava condição de se promover o reajuste dos emolumentos do Estado de Minas Gerais. E, de forma estranha, aproximadamente 60 dias depois, por sugestão do Deputado Antônio Júlio, parece que a Assembléia Legislativa busca revogar esse preceito inserido. Acho, Deputado Dilzon, que em momento algum isso deveria ter sido apresentado. Essa é a humilde opinião deste parlamentar. Não deveria ter ocorrido esse aumento no mês de dezembro. Regimentalmente, esse substitutivo se coloca na situação de Frankenstein. Precisamos discutir com mais cautela, com mais exatidão, com mais rigidez, seja na Comissão de Administração Pública, seja numa comissão especial. Vamos discutir com profundidade, chegando a um entendimento que a Assembléia Legislativa saberá determinar.

Sr. Presidente, faço essa questão de ordem por entender que se trata de um substitutivo Frankenstein. Sei que V. Exa. se encontra atarefado, mas seria necessária uma análise mais cuidadosa desse projeto do Deputado André Quintão, de grande interesse social, mas que se encontra distorcido e com esse equívoco apresentado pela comissão.

Declarações de Voto

O Deputado Alencar da Silveira Jr. - Constatando que, quanto mais fico aqui, menos aprendo. Como dizia Kafunga, o errado é o certo. Estamos discutindo um projeto que visa ao financiamento para ligação asfáltica. Se demorarmos muito para aprová-lo, daqui a pouco, não dará para fazer nada com o dinheiro; não existirá Estado, porque tudo estará um caos.

Quando um colega diz que o PSDB aprovou isso e aquilo e o PT ajudou, lembremos que partido é uma instituição falida. Estão aqui os homens de Minas Gerais, eleitos independentemente de partido. Muita gente vota no Irani Barbosa não por causa do seu partido, já que o partido vai virar saci pererê. Se tem uma perna no Governo Federal e outra no Governo Estadual, daqui a pouco terá de ficar com uma perna só - ou lá em cima ou aqui embaixo - e se tornará um partido saci pererê.

Ao se falar sobre partido, lembremos que precisamos de reforma partidária. Quero lembrar ao povo de Minas e a esta Casa que o Deputado Alencar criou, há dez anos, a TV Assembléia, para mostrar o trabalho desta Casa. Se estamos conseguindo o empréstimo é porque o Governo de Minas tem credibilidade. O Governo de Minas acertou as suas contas. O Governo de Minas, no comando do Governador Aécio Neves, acertou. Por que os outros Governos não tomaram empréstimo? Estivemos aqui, ao seu lado, Sr. Presidente, ao lado do Reminho, do Miguel Martini. Porque, naquela época, não havia jeito. Entretanto atualmente o Estado está redondinho. Então, pergunto ao primeiro Deputado que lembrou o ex-Governador Eduardo Azeredo: Por que o Piauí não consegue empréstimo? Por que o Acre não consegue empréstimo? Por que o Mato Grosso do Sul não consegue empréstimo? Por que não têm administração séria e correta, como a de Minas Gerais.

O Deputado do PT deveria dizer ao Governador desses Estados: Vão a Minas Gerais para verem como se administra um Governo. A realidade é crua e é essa. Estamos buscando esse empréstimo, para o qual a Assembléia dá o aval, porque o Governo tem credibilidade, porque o Governador pisou o freio e acertou o Estado. Acertando-se o Estado, temos condição de buscar empréstimos.

Agradeço a esta Assembléia, como também ao Governo, a credibilidade. Credibilidade e confiança não se impõem. Adquirem-se. Não é necessário imposição. Agradeço ainda, em nome das populações de Santo Antônio do Itambé, que nunca viu asfalto, de Alvorada, que nunca viu asfalto, de Serra Azul de Minas, que também nunca viu asfalto. Do Serro em diante, só existe terra e poeira. Não adianta perguntar por que não ir de avião, já que nem sequer aeroporto lá existe.

Foi por essa população sofrida e por mais de 200 cidades que precisam de uma ligação asfáltica que votei. Votamos porque o Governo tem credibilidade e condições de buscar os empréstimos. Assim o Governador Aécio Neves o fez. Podem falar o que quiserem, mas o Estado está redondinho, buscaremos esse ou outro empréstimo com o aval do Senado, da Presidência da República, porque este Governo tem credibilidade.

O Deputado Gilberto Abramo - Sr. Presidente, quero reforçar as palavras do Deputado Antônio Júlio, que pediu que o PMDB permita que o Projeto nº 2.008 seja votado em 2º turno com a mesma facilidade com que hoje foi votado em 1º turno. Isso nos comove e mexe com o nosso coração. Impressiona-nos a disposição e o carinho do PT para com a população de Minas Gerais.

Solicito ao Bloco PT-PCdoB e ao Líder do Governo um pouco de misericórdia para que projetos de outros partidos, como os dos Deputados Leonídio Bouças e Irani Barbosa, entrem na pauta. Projetos de suma importância estão em tramitação, só aguardando o parecer do Plenário.

O Deputado Leonídio Bouças - Não poderia deixar de registrar a nossa alegria em ver aprovado esse projeto que permite que o Governo de Minas faça a ligação asfáltica daquelas cidades que ainda só se comunicam com o mundo por meio de estradas empoeiradas, na época da seca, e cheias de lama, no período das chuvas. Ficamos felizes de ver que essa novela das estradas não asfaltadas que ligam pequenos municípios de Minas vai acabar. Já vi muita campanha de Governador neste Estado, para pequenos municípios que não têm ligação asfáltica, dizendo que fará essa ligação. Foi assim várias vezes em cidades como Douradoquara, Grupiara, Pirajuba, que conheço tão bem. Tenho a convicção de que Minas mudou. Numa reunião ocorrida há poucos dias na Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais, com a presença de vários Deputados, como o Líder do Governo Alberto Pinto Coelho, constatei que só não vê quem não quer, porque o clima em Minas Gerais mudou. Falávamos da grande tranquilidade que vive hoje o povo mineiro em saber que não temos apenas uma perspectiva de desenvolvimento, mas uma realidade.

Deputada Jô Moraes, quero repetir neste Plenário uma coisa que falei naquela noite: torcemos para que o Presidente Lula acerte, como tem acertado em muitas coisas. Queremos que o Bloco PT-PCdoB esteja sempre torcendo para que o Governador Aécio Neves acerte também, como tem acertado tanto. Alguns Deputados ficam o tempo todo falando do Governador Aécio Neves, e outros falam do Governo Federal. Isso é considerar que o povo é imbecil, porque estão sempre jogando na paridade, ou seja, um dia cansam do lado de cá e correm para lá, outro dia cansam de lá e correm para cá. Algumas pessoas criticam tudo que o Governo do Estado faz. Do ponto de vista eleitoral, isso é uma beleza, é fácil demais atirar pedras a todo instante.

Por isso ficamos felizes vendo o Pró-Acesso tornar-se realidade em Minas. Ainda teremos de votá-lo em 2º turno, há um longo percurso e a aprovação no Senado, mas é importante sentirmos que esse clima de desenvolvimento que se instalou em Minas é bem diferente do clima de alguns anos atrás que aqui vivi, quando Minas era um Estado acabado, jogado no chão, que só falava em déficit, sem dinheiro nenhum para investimento. Hoje vemos uma realidade diferente. O jornal notícia que Minas gastará 2 bilhões para assumir as estradas. Quero fazer um apelo e dizer que virei todos os dias à tribuna para falar das estradas federais. Ouvi o Deputado João Leite falar sobre a ligação entre Uberlândia e Uberaba. Até ele, que é da região metropolitana, que foi candidato a Prefeito de Belo Horizonte, já está sabendo da situação de calamidade entre duas cidades prósperas e desenvolvidas, as que mais contribuem com este Estado, que são as duas metrópoles do Triângulo

mineiro. Além disso, há a BR-365, uma rodovia acabada, que liga o Norte de Minas a Goiás e Mato Grosso, também passando por Uberlândia.

Sr. Presidente, quero me despedir desses momentos que V. Exa. me concedeu dizendo da minha alegria em sentir que Minas vive momentos diferentes. Parabenizo o Governador Aécio Neves pela condução que faz à frente do nosso Estado, com o apoio desta Assembléia Legislativa, que está representando tão bem os anseios do povo mineiro. Muito obrigado.

Questões de Ordem

O Deputado Weliton Prado - Sr. Presidente, hoje o Bloco PT-PCdoB deu uma lição de cidadania e democracia nesta Casa. Nosso Bloco fez política com pé maiúsculo, com alto nível. O Bloco PT-PCdoB colocou o Estado de Minas Gerais acima das picuinhas partidárias e dos problemas menores. Garantimos a aprovação do Projeto nº 2.008, que é do Pró-Acesso, que possibilitará a ligação asfáltica em mais de 224 municípios de Minas Gerais, uma reivindicação antiga da população dos pequenos municípios e dos grotões. E Mário Lago já dizia, em sua canção: "Uma cidade parece pequena se comparada com um País, mas é na minha, na sua cidade, que se começa a ser feliz".

Hoje temos o Pró-Acesso, garantindo recursos. Se fizéssemos oposição por oposição, haveria dificuldades para aprovação desse projeto; no entanto, negociamos com o Líder do Governo nesta Casa. Eu contribuí, aliás, nem utilizei meu tempo para fazer encaminhamento para que pudéssemos votar de forma rápida e não perder o quórum nesta Casa.

Fico muito feliz. Poderei, amanhã, olhar nos olhos de meus filhos, quando visitar um pequeno município, que já clama por asfalto há muitos e muitos anos, e dizer, do fundo de meu coração, que como Deputado Estadual ajudei, com meu voto, na ligação asfáltica em mais de 224 municípios de Minas Gerais, o que levará cidadania e dignidade a todos, facilitando o acesso dessas pessoas, que conquistarão direitos. Também facilitará a vida das crianças que estudam na zona rural e precisam caminhar quilômetros para chegar às escolas. Quando está chovendo nem é possível estudar. Às vezes, há problema de doenças pela existência de poeira. Com certeza haverá facilidade para se ter acesso às escolas com o Pró-Acesso.

Além disso, essas cidades terão a possibilidade de receber empresas. Já há muitos e muitos anos, esses municípios não têm nenhum investimento, justamente por causa da dificuldade ocasionada pela ausência de asfalto.

Vimos o posicionamento firme do Bloco PT-PCdoB, uma verdadeira demonstração de amor por Minas Gerais. Hoje demonstramos como se faz política. Votamos no projeto, ajudamos no encaminhamento e fizemos inversão de pauta.

Será que está havendo alguma briga entre o Governador Aécio Neves e o Senador Eduardo Azeredo? Sabemos que o Senador Eduardo Azeredo não queria ser candidato pelo Estado, mas sim ao Governo do Estado de Minas Gerais e abriu mão para o Governador Aécio Neves concorrer ao cargo. Será que estão brigados? O que aconteceu?

Hoje o Senador fez pronunciamento muito duro no Senado Federal. Será que ficou com ciúme porque não saiu em seu Governo a ligação asfáltica, que sairá no Governo de seu colega do mesmo partido? A conjuntura hoje é outra.

Um Deputado disse aqui muito bem: "Hoje há a possibilidade de o Estado fazer esses empréstimos". A realidade do Estado é outra, porque temos um Presidente que se preocupa com o nosso País. Depois de 500 anos de miséria, de opressão, de discriminação, de mau uso do dinheiro público, temos um Governo das classes populares, que repassa o recurso da CIDE, o que ajudará muito na ligação asfáltica nesses municípios.

Estou muito feliz. Repito, no futuro, quero visitar cada um desses 224 municípios. Falarei em todos eles sobre nossa participação importante na aprovação pela autorização desse empréstimo de US\$100.000.000,00, quase R\$300.000.000,00. Firmo aqui um compromisso: visitarei cada município, passarei em cada trecho asfaltado. Desafio os Deputados a fazer o mesmo. As pessoas às vezes não têm noção do que isso significa na vida de cada cidadão que sofre há anos em virtude de não ter asfalto.

Agradeço-lhe, Sr. Presidente. Mais uma vez falo da felicidade, da minha alegria de estar aqui contribuindo neste momento histórico para a aprovação do financiamento, que ainda será votado e terá a aprovação do Senado Federal para que haja a ligação asfáltica em 224 municípios de Minas Gerais.

O Deputado Irani Barbosa - Sr. Presidente, o que me trouxe a esta tribuna novamente foram as palavras do Deputado Dinis Pinheiro. Eu não poderia deixar de fazer aqui uma observação. Quando o PSDB assumiu a Presidência do País, os petistas o tacharam de neoliberal.

Os petistas, por sua vez, assumiram o Governo. Poderia batizá-los agora de "neocaras-de-pau". Vou falar um negócio, Sr. Presidente: V. Exa. se reuniu durante toda a manhã com essa turma para negociar aspectos que não são do interesse do povo mineiro. Agora, esse pessoal ocupa a tribuna para dizer que está fazendo o Pró-Acesso. Afirmando-lhe: se V. Exa. se reunir com esse pessoal para fazer acordos espúrios, não conte mais com o meu voto na base do Governo. Esta Casa merece respeito. Se aqui há uma base de apoio ao Governo Aécio Neves, ela merece respeito. Os "neocaras-de-pau" não podem assumir responsabilidades, pois, a não ser engordar Bancos, não estão fazendo absolutamente nada por Minas Gerais. O FMI, com juros altos, massacra o povo brasileiro. Abriam empréstimos nos Bancos não para beneficiar os aposentados, mas para extorqui-los e beneficiar os banqueiros. O dinheiro é retido na fonte, no contracheque do cidadão; por isso comunico a V. Exa. que, caso haja acordo com os "neocaras-de-pau", não conte com o meu voto na base do Governo.

Sr. Presidente, o Deputado Dinis Pinheiro fez uma questão de ordem para falar da emenda do Deputado Antônio Júlio. Gostaria de parabenizá-lo, Deputado Antônio Júlio, pela sua lucidez, ao retirar de uma lei o aumento anual automático para os cartórios. Não entendo como, em algumas comissões, projetos que beneficiarão o povo com relação a transporte, por exemplo, não andam. Até parece que há uma daquelas represas que castor faz, onde nada passa. Nada que seja contra o empresário de ônibus passa nesta Casa. Com relação a cartórios, também não passa nada que venha beneficiar o povo. Sr. Presidente, pergunto a V. Exa., e o faço como uma questão de ordem. Como se pode aumentar tarifas de cartórios todos os anos, não existindo uma planilha de custos? V. Exa. sabe que as tarifas dos cartórios, as taxas escorchantes cobradas pelos cartórios não têm uma planilha de custos? Por que projetos que estão nesta Casa, que foram votados há mais de 10 anos e beneficiam a população, dividindo os cartórios em cidades com mais de 100 mil habitantes não são aplicados? Acredito que não se trata disso; nosso País não pode ter esse tipo de corrupção. Será que é porque é onde corre dinheiro mais fácil, chega mais fácil a uma turma que tem acesso ao poder? Será que é por isso que não andam?

Sr. Presidente, veja o tamanho do absurdo. Parabenizo o Deputado Antônio Júlio pela sua lucidez. Vamos lutar agora nem que seja... Não sei se na justiça. Se bem que, salvo honrosas exceções, também não podemos... Ela também sabe que não existe uma planilha de custos e beneficia os aumentos escorchantes, sem que exista uma planilha. Para tudo nessa vida é preciso existir uma planilha, principalmente para as taxas. Todavia, os cartórios não têm uma planilha.

Sr. Presidente, com todo o respeito que lhe tenho, cada vez que houver nesta Casa um acordo com a bancada "neocara-de-pau", a base do

Governo não contará mais com o meu voto. Nesse caso, V. Exa. pode pedir a bancada neo cara de pau para votar os projetos. Eles não contribuíram em nada para Minas Gerais. Pelo contrário, trata-se de acordo espúrio feito com gabinete trancado, porque não poderia ser feito na vista do povo. Obrigado.

O Sr. Presidente - A Presidência responde ao Deputado Irani Barbosa que não se reúne para tratar de assuntos que não sejam do interesse do Estado de Minas Gerais. Diante disso, continuará se reunindo com a Oposição e com a Situação nesta Casa para tratar dos interesses do povo mineiro, não permitindo que sejam ditas palavras sobre o que não aconteceu e que jamais acontecerá em reunião presidida por este Presidente. Esclareço a V. Exa. que a reunião tratou de projetos importantes para o Estado de Minas Gerais. A Presidência verifica, de plano, que não há quórum para votação, mas que há para a discussão das demais matérias constantes na pauta.

Prosseguimento da discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.830/2004, do Deputado André Quintão, que altera dispositivo da Lei nº 13.438, de 30/12/99, que altera dispositivos da Lei nº 12.727, de 30/12/97, que dispõe sobre contagem, cobrança e pagamento de emolumentos por serviços extrajudiciais, institui o selo de fiscalização e dá outras providências. A Comissão de Justiça perdeu prazo para emitir parecer. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há outros oradores inscritos.

- Vêm à Mesa:

SubstitutivoS ao Projeto de Lei nº 1.830/2004

SUBSTITUTIVO nº 2

Altera dispositivo da Lei nº 15.424, de 30 de dezembro de 2004, que dispõe sobre a fixação, a contagem, a cobrança e o pagamento de emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro, o recolhimento da taxa de fiscalização judiciária e a compensação dos atos sujeitos à gratuidade estabelecida em lei federal e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - O § 4º do art. 30 da Lei nº 15.424, de 30 de dezembro de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 30 -

§ 4º - A multa prevista no "caput" deste artigo será destinada ao Fundo Estadual de Assistência Social, na forma de receita corrente ordinária e recolhida pelo infrator no prazo de cinco dias contados da data do trânsito em julgado da decisão."

Art. 2º - Fica revogado o art. 50 e seu parágrafo único da Lei nº 15.424, de 30 de dezembro de 2004.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 3 de maio de 2005.

Bloco PT-PCdoB

SUBSTITUTIVO Nº 3

Altera dispositivo da Lei nº 15.424, de 30 de dezembro de 2004, que dispõe sobre a fixação, a contagem, a cobrança e o pagamento de emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro, o recolhimento da taxa de fiscalização judiciária e a compensação dos atos sujeitos à gratuidade estabelecida em lei federal e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - O § 4º do art. 30 da Lei nº 15.424, de 30 de dezembro de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 30 -

§ 4º - A multa prevista no "caput" deste artigo será destinada ao Fundo Estadual de Assistência Social, na forma de receita corrente ordinária e recolhida pelo infrator no prazo de cinco dias contados da data do trânsito em julgado da decisão."

Art. 2º - O art. 50, da Lei nº 15.424, de 30 de dezembro de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 50 - Os valores constantes no texto e nas tabelas que integram o anexo desta lei serão atualizados anualmente pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, calculado pelo IBGE, ou de outro índice que vier a substituí-lo, devendo a Corregedoria-Geral de Justiça publicar as respectivas tabelas sempre que ocorrerem alterações."

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 3 de maio de 2005.

Bloco PT-PCdoB

SUBSTITUTIVO Nº 4

Altera dispositivo da Lei nº 15.424, de 30 de dezembro de 2004, que dispõe sobre a fixação, a contagem, a cobrança e o pagamento de emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro, o recolhimento da taxa de fiscalização judiciária e a

compensação dos atos sujeitos à gratuidade estabelecida em lei federal e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - O § 4º do art. 30 da Lei nº 15.424, de 30 de dezembro de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 30 -

§ 4º - A multa prevista no "caput" deste artigo será destinada ao Fundo Estadual de Assistência Social, na forma de receita corrente ordinária e recolhida pelo infrator no prazo de cinco dias contados da data do trânsito em julgado da decisão".

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 3 de maio de 2005.

Bloco PT-PCdoB

EMENDA Nº 1 AO PROJETO DE LEI Nº 1.830/2004

A nota III da Tabela nº 4 da Lei nº 15.424, de 30 de dezembro de 2004, passa a ter a seguinte redação:

"Nota III - Os emolumentos devidos pelo registro de cédulas de crédito industrial, de crédito rural e de produto rural no livro 3, corresponderão a 1/4 dos valores dos emolumentos constantes na alínea "e" do nº 5 desta tabela. Os emolumentos devidos pelas averbações decorrentes desses títulos, no livro 3, serão correspondentes a 10% do valor cobrado pelo registro. Os registros e as averbações previstos nesta nota ficam isentos de taxa de fiscalização e do fundo previsto no art. 40."

Sala das Reuniões, 3 de maio de 2005.

Dinis Pinheiro

Justificação: Os registros indicados, historicamente, em razão de sua finalidade, que é a de beneficiar a produção, são tratados de forma diferenciada e são reduzidos. As legislações específicas vedam acréscimo aos emolumentos devidos pela prática de tais atos. A referida nota encontra-se em consonância com a Lei nº 10.169, de 2000, que trata de regras gerais para a cobrança de emolumentos nos serviços notariais e de registros públicos.

O Sr. Presidente - Encerra-se a discussão. A Presidência informa ao Plenário que no decorrer da discussão foram apresentados ao projeto três substitutivos, sendo dois do Deputado Ricardo Duarte, que receberam os nºs 2 e 3, e um do Deputado André Quintão, que recebeu o nº 4, e uma emenda do Deputado Dinis Pinheiro, que recebeu o nº 1, e que, nos termos do § 2º do art. 188 do Regimento Interno, encaminha o projeto com os substitutivos e a com a emenda à Comissão de Fiscalização Financeira para parecer.

Questões de Ordem

O Deputado Gil Pereira - Sr. Presidente, Deputados, Deputadas, vi a vontade de todos os parlamentares de aprovar esse projeto. Quero ir além. Sugiro - aqui está o Deputado Weliton Prado, que concordou com a idéia - constituir-se uma frente parlamentar pró-acesso de Minas Gerais. Todos os Deputados assinariam, e levaríamos isso ao conhecimento do Presidente Renan Calheiros, para que esse projeto, quando chegar ao Senado, seja tratado com prioridade, em nome de Minas Gerais. É essa a sugestão que gostaria de apresentar. Que essa frente parlamentar seja constituída tão logo seja aprovado esse projeto em 2º turno.

Essa é a minha sugestão. Espero que a Presidência conduza essa frente parlamentar pró-acesso de Minas Gerais e que seja pedido ao Senador Renan Calheiros que o projeto, chegando lá, seja tratado com prioridade e colocado em primeiro lugar na pauta.

O Deputado Weliton Prado - Apenas gostaria de parabenizar o Deputado Gil Pereira. Isso é fundamental para que, com a autorização do Senado Federal, seja votado o mais rápido possível, e as obras comecem no interior.

O Deputado Antônio Júlio - Sr. Presidente, Deputados, quero apenas esclarecer ao Deputado Dinis Pinheiro que o que sugerimos ao Projeto de Lei nº 1.830/2004 não é Frankenstein. O projeto do Deputado André Quintão perdeu o objetivo porque citava uma lei que foi revogada por aquela citada no projeto. Então é pertinente, porque fala sobre os emolumentos. Qual o nosso posicionamento? Ano passado, com muita discussão nesta Casa, votamos. Apesar de eu ter ajudado muito na tramitação dos projetos dos cartórios, chegamos à conclusão de que não pode ser essa a forma de se conduzir o sistema cartorário em Minas Gerais. V. Exa. já deixou bem claro que aprovamos uma comissão para estudar a situação dos cartórios, não para fiscalizá-los. Esse não é o objetivo. Devemos discutir a situação dos cartórios e também a razão de o Tribunal de Justiça não aplicar a legislação que os redistribui em Minas Gerais.

O PMDB tomou uma decisão de bancada - inclusive fizemos uma campanha na televisão - de não votar mais propostas de aumento de impostos, taxas ou o que quer que seja. Como já está aprovado o aumento, antecipadamente, a partir do ano que vem, sugerimos que o primeiro passo do nosso projeto seja o de não votar aumento de impostos para o próximo ano e que possamos revogar o aumento já, nesse projeto de emolumentos. Depois de analisarmos com bastante calma e tranqüilidade, consideramos o aumento abusivo, pois o índice usado pela Secretaria de Fazenda é justamente o mais cheio de todo o processo atualmente utilizado no reajuste das tarifas públicas, o IGP-DI.

Queremos discutir e suspender o aumento para o próximo ano. Que, dentro da proposta da Comissão, façamos uma análise das taxas cobradas pelos cartórios. Apresentaremos uma sugestão mais definitiva para os próximos anos, cobrando do Tribunal de Justiça a não-aplicação da legislação que aprovamos a respeito da redistribuição dos cartórios. Fizemos alguns contatos em São Paulo e no Rio de Janeiro, onde há mais cartórios que em Minas. Aqui se tornou um monopólio.

Deputado Dinis Pinheiro, queremos discutir e não criar dificuldade. Por isso apresentamos essa proposta, que não é matéria estranha ao projeto do Deputado André Quintão. O Deputado Jayro Lessa aproveitou a proposta do Deputado André Quintão, que citava duas leis revogadas pelo projeto dos cartórios, e fizemos a sugestão. O Deputado Jayro Lessa apresentou um substitutivo tirando o que o Deputado André Quintão estava propondo, porque perdeu o objetivo. É assim que funciona o Regimento e, talvez por isso, andou mais rápido. Mas o objetivo da nossa

proposta é impedir, já para o ano de 2006, qualquer aumento de impostos ou taxas na vida do cidadão mineiro.

O Deputado Dinis Pinheiro - Prefiro acreditar nos argumentos, mas causou-me espécie que o Deputado Antônio Júlio tenha trabalhado incansavelmente ao lado dos ilustres parlamentares, na aprovação desse dispositivo que determinava o reajuste automático dos emolumentos aos cartórios do Estado de Minas Gerais e, 90 dias depois, tenha tomado a iniciativa de revogar esse dispositivo. Lógico que a vida é muito dinâmica, estamos sempre evoluindo e o Deputado Antônio Júlio é muito sábio e capaz de acompanhar atentamente essas questões fiscais do Estado, pois detém grande conhecimento. Mas reitero mais uma vez que se trata de um substitutivo "frankenstein". No ano passado apresentei emendas a alguns projetos semelhantes, e a Assembléia considerou matéria estranha ao corpo do projeto, mas não tenho dúvida de que seja uma emenda "frankenstein". Trata-se de um tema complexo que demandará uma discussão intensa, portanto, nada melhor que discuti-lo em uma comissão especial em outro momento, talvez até mesmo para impedir o reajuste dos emolumentos durante 10 ou 20 anos, algo que seja razoável. Mas reitero minha posição, é "frankenstein", vamos apresentar emendas, vamos protelar e promover uma grande discussão. Fica registrado nosso pensamento contrário às manifestações dos Deputados Antônio Júlio e Irani Barbosa.

O Deputado Antônio Júlio - Esclareço ao Deputado Dinis Pinheiro que poderia achar que foi "frankenstein" quando foi apresentada a sugestão na Comissão de Fiscalização Financeira. A partir do momento em que foi feito um substitutivo que só trata da revogação do art. 50 e seu parágrafo único, não é "frankenstein", porque não tem mais nada a ser tratado. Poderia até justificar que é "frankenstein", mas a partir da tramitação, da forma dada pela Comissão de Fiscalização Financeira, era um projeto simples, revogação de um artigo da lei que aprovamos no ano passado, que ajudei aprovar e hoje quero redimir-me da falha que cometemos quando criamos mecanismos de aumentos anuais para certos setores. Não é apenas este, apresentaremos outras matérias da mesma forma.

O Deputado Dinis Pinheiro - Trata-se de um substitutivo de um artigo mais complexo, haja vista seu grande alcance. Recomendo, com todos os conhecimentos que V. Exa. tem, que discutamos esse tema em outro cenário, especificamente em outra comissão. Suscitei essa questão de ordem e gostaria que a assessoria da Presidência a ela respondesse amanhã.

O Deputado Gilberto Abramo - Obrigado, Sr. Presidente. Serei rápido. Quero parabenizar o nosso Governador pelo Projeto nº 2.008/2004. Temos dados do "Jornal do Comércio" que mostram os números de Minas Gerais: o PIB de US\$55.000.000.000,00 em 2004 e os investimentos de R\$66.000.000.000,00 entre 2003 e 2010. Isso mostra a competência do Governador e a sua preocupação para com o Estado de Minas Gerais. Nós torcemos para que cada projeto se concretize. Obrigado.

O Deputado Leonardo Moreira - Sr. Presidente, serei breve. Desde já, agradeço a compreensão de V. Exa. e de todos os companheiros. Quero deixar clara a nossa satisfação e alegria pela forma como sempre somos recebidos no Gabinete da Presidência, desse incansável trabalhador pelas causas e pelos interesses maiores do Estado de Minas Gerais.

Neste momento, solidarizo-me com o Deputado Dinis Pinheiro no que diz respeito ao projeto, brilhantemente apresentado pelo Deputado André Quintão. Esclareço que o Deputado Leonardo Moreira, Líder do PL, também não está convencido da urgência dessa matéria, uma vez que, há poucos meses, esse projeto foi aprovado neste Plenário e passou pelas comissões.

Ao sermos solidários com o Deputado Dinis Pinheiro, gostaríamos de entender as questões relevantes para que essa matéria seja apreciada no Plenário, nesta noite. Obrigado.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para as reuniões extraordinárias de amanhã, dia 4, às 9 e às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a reunião ordinária também de amanhã, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada. Levanta-se a reunião.

*- Sem revisão do orador.

ATA DA 17ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, EM 4/5/2005

Presidência dos Deputados Mauri Torres e Luiz Fernando Faria

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Palavras do Sr. Presidente - Votação de Proposições: Inexistência de quórum especial para votação de proposta de emenda à Constituição - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.006/2004; aprovação com as Emendas nºs 1 a 4; declarações de voto - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.007/2004; aprovação com as Emendas nºs 1 a 5; declarações de voto - Questão de ordem - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem as Deputadas e os Deputados:

Mauri Torres - Rêmolo Aloise - Rogério Correia - Fábio Avelar - Antônio Andrade - Luiz Fernando Faria - Elmiro Nascimento - Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Jr. - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Andrada - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Biel Rocha - Carlos Gomes - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Chico Rafael - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Dimas Fabiano - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Doutor Ronaldo - Doutor Viana - Durval Ângelo - Edson Rezende - Elisa Costa - Ermano Batista - Fahim Sawan - George Hilton - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - Irani Barbosa - Jayro Lessa - Jésus Lima - Jô Moraes - João Bittar - João Leite - José Henrique - Laudelino Augusto - Leonardo Moreira - Leonardo Quintão - Leonídio Bouças - Lúcia Pacífico - Luiz Humberto Carneiro - Márcio Kangussu - Márcio Passos - Maria Olívia - Maria Tereza Lara - Marlos Fernandes - Miguel Martini - Olinto Godinho - Padre João - Paulo Cesar - Paulo Piau - Pinduca Ferreira - Ricardo Duarte - Roberto Ramos - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Vanessa Lucas - Weliton Prado - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Mauri Torres) - Às 9h14min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Luiz Fernando Faria, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

2ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência informa ao Plenário que fez retirar da pauta da reunião o Projeto de Lei nº 2.008/2004, apreciado na reunião extraordinária realizada ontem, à noite, bem como o Projeto de Lei nº 1.830/2004, que na mesma reunião recebeu substitutivos e emenda e foi devolvido à Comissão de Fiscalização Financeira, para parecer.

Votação de Proposições

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, que não há quórum especial para votação de proposta de emenda à Constituição, mas que há para a apreciação das demais matérias constantes na pauta.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.006/2004, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a contratar financiamento externo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID - e a oferecer garantias e dá outras providências. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 a 3, que apresentou. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 a 3, da Comissão de Justiça. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira, que opina pela aprovação da Emenda nº 4. Em votação, o projeto, salvo emendas. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, as Emendas nºs 1 a 4. As Deputadas e os Deputados que as aprovam permaneçam com se encontram. (- Pausa.) Aprovadas. Fica, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 2.006/2004 com as Emendas nºs 1 a 4. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Declarações de Voto

O Deputado André Quintão - Sr. Presidente, prosseguindo o acordo e o entendimento realizados nesta Casa, o Bloco PT-PCdoB votou favoravelmente ao Projeto de Lei nº 2.006/2004, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito até o limite de US\$10.000.000,00 destinado ao programa de eletrificação rural no Noroeste mineiro. Sabemos que a eletrificação rural é uma necessidade hoje urgente em todos os municípios brasileiros e objeto de um importante programa federal, o Programa Luz para Todos. O Presidente Lula, logo que assumiu o Governo, estabeleceu uma meta de, até o ano de 2007, conseguir levar energia elétrica para todas as propriedades rurais que ainda não tiveram acesso a esse benefício. A energia elétrica é importante para o conforto das pessoas; é importante para a adoção de mecanismos mais avançados na produção, na geração de renda, na questão da economia. Portanto, assumir a eletrificação rural como prioridade foi um grande avanço que o Brasil conseguiu com o Presidente Lula.

Infelizmente, em Minas, o trabalho não vem tendo o êxito que esperávamos, por questões vinculadas à gestão do Governo do Estado. Houve uma série de licitações canceladas, problemas no acerto de prioridades para o Estado. O próprio Deputado Jésus Lima fez um excelente trabalho junto ao programa Luz para Todos, empenhou-se muito para intensificar em Minas esse trabalho. Mesmo assim, infelizmente, o Bloco PT-PCdoB, por intermédio dos Deputados Rogério e Jésus, solicitou uma audiência pública para discutir por que o Luz para Todos em Minas está tão atrasado.

Fazemos a nossa parte; o Governo Lula está liberando recursos para esse programa; e a Assembléia Legislativa, nessa mesma linha de coerência, junto ao Bloco PT-PCdoB, está aprovando esse projeto que autoriza a contratação de US\$10.000.000,00 junto ao BID para que 19 cidades do Noroeste mineiro possam ter eletrificação.

Sabemos que o Governo Estadual tem um projeto estruturador de eletrificação no Noroeste. Até o denominávamos de "Noroeste no Escuro", porque a execução orçamentária no ano passado foi de zero por cento; porém, com o apoio da Assembléia Legislativa, autorizando esse empréstimo de US\$10.000.000,00, acredito que o Governo do Estado poderá intensificar as ações de eletrificação no Noroeste mineiro e nas demais regiões, agilizando o Programa Luz para Todos.

A baixa eficiência dos projetos estruturadores não ocorreu apenas com o projeto de eletrificação no Noroeste mineiro: 17 dos 31 projetos estruturadores do Governo Estadual têm execução orçamentária inferior a 50%.

Não votaremos o Projeto de Lei nº 2.004/2004 porque estamos em entendimentos para que se especifique melhor e se permita melhor acompanhamento da aplicação dos US\$170.000.000,00, e esperamos que o Estado também se sensibilize quanto ao envio das tabelas remuneratórias dos servidores públicos. Entendemos que a modernização da gestão passa fundamentalmente pela valorização do servidor público estadual.

Nesse sentido, reiteramos os pedidos, as reivindicações de todos os partidos da Assembléia - tenho certeza - para que o Governo Estadual rapidamente estabeleça um cronograma e envie as tabelas remuneratórias para esta Casa. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, é claro que votamos favoravelmente, mas gostaríamos de repetir o que dissemos ontem, à noite: isso é planejamento, e planejamento traz a possibilidade de viabilizar os programas, os projetos planejados.

O Governo de Minas Gerais planejou, e, naqueles projetos em que faltavam condições para serem executados, o Governador e os gerentes dos projetos estão trabalhando para viabilizá-los. Recentemente, ouvimos o Governo Federal dizer que chegou sem o projeto para o Brasil, ao contrário de Minas Gerais. O Governador Aécio Neves tem um projeto. A Assembléia Legislativa tem a oportunidade de acompanhar a execução dos projetos estruturadores a partir do Plano Plurianual de Ação Governamental. O Governo caminha certo, e a Assembléia Legislativa o acompanha, apoiando esse grande planejamento realizado pelo Governo de Minas Gerais.

Esse empréstimo está viabilizando a eletrificação do Noroeste de Minas. Empréstimo é só para quem tem crédito. E o Governo de Minas demonstra credibilidade tanto em nível nacional quanto em nível internacional. Portanto, pode viabilizar esses empréstimos e manter um

diálogo internacional. A Assembléia Legislativa participa desse desenvolvimento de Minas Gerais, Estado que cresceu mais do que o Brasil e que quebra recorde de exportação. Minas Gerais cresce tanto que, muitas vezes, faltam equipamentos e produtos para a CEMIG cumprir seus compromissos.

Tive a oportunidade de acompanhar um grande programa do Governo do Estado, o Campos de Luz, desenvolvido com grandes parceiros, o qual a CEMIG leva não apenas para a Região Metropolitana de Belo Horizonte como para todo o Estado. Na primeira etapa serão iluminados 300 campos de futebol no Estado de Minas Gerais, sendo que aproximadamente 60 campos de futebol amador na RMBH estão iluminados. Dados da Polícia Militar apontam que, nas regiões onde esses campos foram iluminados, as ocorrências criminais foram reduzidas em 70%. Além de darem oportunidade para as crianças e para os jovens jogarem futebol à noite, esses espaços geram renda nos finais de semana, quando mulheres armam barracões para vender produtos feitos a mão. Esse programa teve de sofrer interrupção porque faltavam equipamentos para a CEMIG, em virtude do crescimento do Estado. A CEMIG não conseguia adquirir alguns equipamentos para a iluminação dos campos, assim como para atender a algumas demandas decorrentes do crescimento de Minas Gerais. Neste momento, Minas Gerais tem de comemorar. E a Assembléia Legislativa faz parte desse esforço ao votar unanimemente o entendimento de que o Governo de Minas Gerais deve receber esse empréstimo, que deverá ser utilizado em algo tão importante, priorizado pelo Governador Aécio Neves - tanto que colocou a eletrificação rural do Noroeste de Minas como um dos projetos estruturadores. Quem planeja, colhe. Durante esse período, o Governo deverá acertar o que, de alguma forma, pode impedir a execução dos programas. Muitas vezes, a execução orçamentária não representa que o físico não tenha sido realizado. Muitas vezes, os gestores dos programas não precisam gastar dinheiro para executar, o que aconteceu em um projeto estruturador do qual eu estava à frente. Cumprimos o esperado do ano, nos centros públicos de promoção de trabalho, com parcerias, sem necessidade de gastar os recursos públicos. Aqueles que verificam a execução orçamentária devem ter atenção porque muitas vezes não houve execução financeira, mas houve execução física. Muito obrigado.

O Deputado Jésus Lima - Sr. Presidente, é muito importante essa aprovação, que tem o nosso apoio. Esse empréstimo de US\$10.000.000,00 representa R\$30.000.000,00. O que o Governo Federal está implantando em Minas Gerais, na área de eletrificação rural, significa algo em torno de R\$600.000.000,00. Esse é o volume de recurso que o Programa Luz para Todos está implantando em Minas Gerais. Esse empréstimo é importante, mas representa apenas 5% do que o Governo Federal está implantando em Minas Gerais na área de eletrificação rural. Essa Região Noroeste de Minas realmente precisa dessas redes de transmissão para que o Programa aconteça lá.

Sr. Presidente, quero aproveitar o momento para dizer que o Programa Luz para Todos está atrasado. Nós, do Governo Federal, já depositamos nas contas da CEMIG R\$58.000.000,00, ou seja, existe dinheiro para fazer o Programa, mas não se faz por causa de dois problemas. O primeiro é uso eleitoral do Programa nas eleições passadas. Quem determinou que cada Prefeito iria ganhar 60 ligações, não foi o PT, foi a Presidência da CEMIG, foi o Governo do Estado por intermédio da Casa Civil. Foram definidas 60 ligações para cada Prefeito, que poderia decidir qual roça ganharia 10, 20 ou 30. Não houve capacidade operacional da CEMIG em executar 60 ligações espalhadas em cada município. Um município no Sul de Minas, que precisava de 60 ligações, ganhou 60, mas um município no Norte de Minas, como São Francisco, que precisa de 4 mil ligações, ganhou 60. Cada Prefeito fez um clientelismo eleitoral muito grande, e, conseqüentemente, a CEMIG não teve capacidade operacional para operar o Programa. Dinheiro existe.

O outro problema é a questão do custo. O custo inicial seria de R\$3.600,00, agora a CEMIG quer R\$9.060,00. Com que objetivo? Esses são os problemas que estão acontecendo com o Programa Luz para Todos. Precisamos conversar com o Governo do Estado para que esse Programa deslanche. O Governo já depositou o dinheiro na conta da CEMIG mas o programa não anda. É importante aprovarmos o que é bom para o Estado, mas é importante que os órgãos que gerenciam os recursos públicos não façam clientelismo com o dinheiro do Tesouro Federal ou do Governo do Estado. Queremos regras claras e transparentes para que todos saibam para onde vai o dinheiro. Muito obrigado.

O Deputado Weliton Prado - Sr. Presidente, quero, mais uma vez, reafirmar o posicionamento do Bloco PT-PCdoB. Estamos dando uma verdadeira lição de cidadania, de democracia. Estamos fazendo política com "P" maiúsculo, preocupados com as mudanças que o nosso Estado precisa. Dessa forma firme e combativa, o Bloco PT-PCdoB ajudou no processo de negociação e votação do Projeto de Lei nº 2.006, que possibilitará a eletrificação rural no Noroeste de Minas. Vale lembrar o ex-Deputado Estadual Almir Paraca e o Vereador Ragus, de Paracatu, que, durante o Governo Azeredo, tanto brigaram por melhorias e eletrificação rural no Noroeste de Minas.

Infelizmente, o Governo tucano não liberou nada para aquela região. Aliás, no final do mandato, não pagou o décimo-terceiro e os salários dos servidores, mas as empreiteiras, estas sim, receberam em dia até o dia 31 de dezembro. Isso consta em documento oficial do Estado.

E, agora, o Bloco PT-PCdoB, em demonstração clara de civismo, ajudou o processo de negociação e votou favoravelmente, de forma ágil, o projeto autorizando o Governo do Estado a fazer o financiamento de US\$10.000.000,00 junto ao BID, quase R\$30.000.000,00, o que é pouco em relação aos R\$600.000.000,00 investidos pelo Governo Federal.

Outro assunto: foi dito aqui que a CEMIG, coitadinha, não tem dinheiro para investir em todos os projetos. Estamos morrendo de dó da CEMIG. Ora, R\$1.385.000.000,00 foi o lucro da CEMIG em 2004, e a empresa ainda teve a coragem de prejudicar a população de Minas Gerais com o reajuste de 23% na conta de energia elétrica.

No dia 9 de abril, saiu no "Minas Gerais", órgão oficial, um contrato entre a CEMIG e a empresa Adservis Serviços Ltda., no valor de R\$25.000.000,00, para acompanhar o processo legislativo no Congresso Nacional. Quero que o próximo Deputado da base de Governo nos explique esse contrato. A Adservis Serviços Ltda. é uma empresa de limpeza. Como uma empresa com essa finalidade acompanhará o processo legislativo no Congresso Nacional? Apresentamos requerimento. Até agora, ninguém se pronunciou; o Governo não deu resposta. Por que não deu? Porque Minas Gerais já tem um escritório em Brasília e gasta mais de meio milhão de reais nesse escritório. O Sr. Hargreaves é responsável pelo escritório. A CEMIG tem ótimos advogados e um excelente corpo técnico e administrativo. Por que necessitaria contratar uma empresa de limpeza para acompanhar processo legislativo no Congresso Nacional? E mais: os Senadores mineiros não poderiam ajudar no acompanhamento do processo? Os Deputados Federais de Minas Gerais também não poderiam ajudar? Lógico que sim.

Aí vêm aqui dizer que a CEMIG não tem recursos para fazer tudo. Ora, R\$1.385.000.000,00 não é dinheiro para a CEMIG? Não significaram aumento de receita os 23% a mais nas contas de energia elétrica das pessoas humildes e dos pequenos e médios comerciantes, que não agüentam a carga tributária já pesada no País, e mais pesada ainda no Estado de Minas Gerais, que é maior que em 22 Estados da Federação juntos? Isso é ilógico.

O Bloco PT-PCdoB não fica com picuinha pessoal, partidária. Pensamos no Estado inteiro e nos projetos de inversão de prioridade. Empenhamo-nos e lutamos para aprovar cada projeto que chega a esta Casa e que pode favorecer o povo. Esse foi o caso, por exemplo, do Projeto de Lei nº 2.006, que pedia ao BID empréstimo de US\$10.000.000,00 para eletrificação.

Parabenizo, mais uma vez, o ex-Deputado Estadual Almir Paraca e o Vereador Ragus, de Paracatu, que tiveram papel fundamental na luta pela liberação dos recursos. Graças à boa situação econômica do País, com certeza o Congresso votará favoravelmente a essa autorização. Vamos, aliás, lançar aqui uma frente parlamentar para acompanhar a ligação asfáltica de 224 municípios mineiros.

O Deputado Carlos Pimenta - Inicialmente, quero dizer, plagiando o Ministro de Lula, ao Deputado que me antecedeu que não sou menino de recado. Se ele quiser conversar com a CEMIG, vá à Av. Barbacena, marque uma audiência com o Presidente e terá todas as informações que

precisar. Não estou aqui representando a CEMIG nem dela tenho delegação para falar em seu nome. Se a CEMIG está ou não fazendo isso, é problema dela, e não cabe a mim, como Deputado Estadual, levar qualquer recado ao Presidente da CEMIG.

Outra coisa é que a CEMIG tem feito um trabalho fantástico em todo o Norte de Minas, no Jequitinhonha e, agora, no Noroeste do Estado, com a aprovação desse projeto. Trata-se de um projeto de U\$10.000.000,00, que devem corresponder, considerando o dólar a R\$2,50, a R\$25.000.000,00, e que certamente farão com que seja rasgada uma promissória social que Minas Gerais tem com aquela região. Uma região que hoje tem praticamente 65% das propriedades rurais sem eletrificação rural; uma região que, independentemente do partido que esteja na Prefeitura - se PT, PSDB ou qualquer outro -, precisa de investimentos, da mesma forma que a região do Norte de Minas.

Mas o que estamos observando, Presidente, é uma ação política como jamais se viu em torno de um projeto de eletrificação que, embora tenha participação do Governo Federal, tem 65% de seus recursos - é bom que se diga - provenientes do Governo do Estado e contraídos por empréstimo, que será pago pela CEMIG, um órgão do Governo do Estado. Há uma ação tão política que, como presenciei, fotografei e filmei, em uma reunião do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural realizada em Riacho dos Machados, apareceram os fiscais do Lula! Estão aí, por toda a região do Norte de Minas, participando de todas as reuniões de associações rurais; por menores que elas sejam, sempre aparece lá um sujeito se denominando fiscal de Lula e dizendo que está ali fiscalizando, para saber se o dinheiro e se os recursos do Governo Federal estão sendo bem aplicados. Estive lá, debati com esse cidadão de nome Carlão - que não é o daqui da Assembléia -, cuja base é em Salinas, e fiquei sabendo que vão, sim, às associações. E devem ir, mesmo porque o dinheiro do povo, independentemente se do Governo Federal, Estadual ou Municipal, tem de ser fiscalizado. Mas eles estão ali única e exclusivamente para fazer política, e uma política que agride a região norte-mineira. O "Estado de Minas" de hoje, Sr. Presidente, mostra que entre as dez cidades em maior dificuldade no Estado sete estão localizadas no Norte de Minas e no vale do Jequitinhonha. O jornal, que o companheiro Dalmo me passa às mãos neste momento, mostra claramente a miséria e a falta de investimento naquela região, com cidades excluídas da cidadania, excluídas de ações do Governo. Isso é histórico. E o Governador Aécio Neves, pela primeira vez, apresenta um projeto de recuperação do Norte de Minas e do vale do Jequitinhonha. Se há dificuldades para levar a cabo o projeto de eletrificação, são dificuldades técnicas, porque o Governo do Estado de Minas Gerais tem agora o compromisso com o Noroeste de tirar a desvantagem que essa região tem em relação à rica cidade de Betim, do meu companheiro e amigo Jésus Lima e ao Triângulo. E estamos passando por dificuldades jamais vistas. O projeto de eletrificação rural não é e não pode ser um projeto político. Temos de nos dar as mãos, como fizemos hoje, para ajudar o Governo do Estado e o próprio Governo Federal a investir nessas regiões, promovendo a cidadania e trazendo tranquilidade e respeito ao povo mineiro. Chega desses fiscais! Chega dessas pessoas que só pensam na política, que só aparecem para dar palpite errado, que não acompanharam a luta e a dificuldade do Norte de Minas e do vale do Jequitinhonha. Parabenizo esta Casa. Parabenizo todos os Deputados. Espero que possamos promover ações de cidadania que ajudem nosso povo, e não essa conversa política fiada de que o povo brasileiro está cheio.

O Deputado Domingos Sávio - Sr. Presidente, Srs. Deputados, é óbvio que toda esta Casa apoiou o Governador Aécio Neves, o Governo do Estado e o povo mineiro, numa proposta como essa que acabamos de votar. Não foi diferente a posição deste Deputado na Comissão de Fiscalização Financeira e no Plenário. É importante termos clareza. Já que estamos falando de eletrificação e iluminação, é bom que desça uma luz sobre todos nós para que a verdade prevaleça. É importante darmos condições ao Governador e ao Governo do Estado de implementar um programa que o Governo de Minas está fazendo com competência e de forma a ser copiado pelo resto do Brasil.

É bem verdade que há uma parceria entre o Governo Federal e o Governo do Estado. É preciso esclarecer como é essa parceria. O Governo do Estado entra com 60% do Programa Luz para Todos, e o Governo Federal entra com 40%. O Governo do Estado entra com recursos da CEMIG e do próprio Governo, abrindo mão de arrecadação do ICMS, colocando dinheiro do imposto do povo de Minas Gerais e até contraindo empréstimo para viabilizar um programa dessa importância. O Governo Federal entra com 40%. De onde vem esse dinheiro? Quem está nos assistindo, eu e qualquer outro cidadão mineiro pagamos, na conta de luz, uma taxa que vem incluída em sua conta todo mês e que vai para um fundo federal. Esse fundo é justamente para a universalização da energia elétrica, foi criado no Governo anterior ao atual Governo Federal. Esse dinheiro, que só em Minas Gerais, já nos dois primeiros anos, passa bem mais de R\$1.000.000,00, tem retornado, nesse programa, na ordem de 30% aproximadamente. Ou seja, para cada R\$3,00 pagos por meio de uma taxa exclusivamente para melhorar a energia elétrica no País, o Governo Federal devolve 1/3 para Minas e, depois, vem nos dizer que está fazendo o programa de eletrificação para todos em Minas.

Pior do que isso, Sr. Presidente, ouvimos, no passado, de forma raivosa e insistente, falar em neoliberais. Na verdade, não concordamos com o liberalismo que não respeita o lado humano e a importância de uma sociedade mais justa e fraterna. Apenas não vivemos a realidade daqueles que mantêm práticas neoliberais na condução da política econômica. Assustadoramente vemos o surgimento do neopopulismo e, pior, da neodemagogia. Parece que a TV Assembléia tem alcançado uma boa audiência, e assistimos a verdadeiros teatros aqui. Algumas pessoas, de forma raivosa, xingam o Governador Aécio Neves, desmerecendo tudo de bom que ele faz. No momento em que se aprova um projeto que não tem como ser criticado, em que pese à base do Governo ter cerca de 60 votos nesta Casa, alguém quer chamar para si e para um determinado grupo que é radicalmente contra o Governo o mérito de aprovar o projeto de eletrificação rural. Ora, isso é brincar com a inteligência do telespectador e, pior que isso, desrespeitar esta Casa. É querer dizer que está dando lição, mas uma lição que não é de ética nem de respeito ao próximo - portanto, não é uma política com pê maiúsculo. É preciso esclarecer que, nesta Casa, cada Deputado desempenha um papel. O cidadão que nos assiste e que nos colocou aqui dentro quer, no mínimo, coerência e ética. É claro que, se o projeto é bom, estamos todos unidos para aprová-lo. Isso é extremamente louvável. Volto a parabenizar os Líderes da Oposição e da Situação, que articulam, dialogam, procuram buscar o entendimento para que prevaleça o interesse do povo mineiro. Mas fazer demagogia sobre um programa bom, a respeito de uma empresa de todos os mineiros, séria, que está aplicando de forma eficiente os recursos do programa Luz para Todos? Já atendemos cerca de 30 mil famílias no primeiro e segundo anos do Governo Aécio Neves. É mais do que o Governo anterior fez em quatro anos. É preciso, portanto, valorizar quem de fato está trabalhando por Minas, e esse alguém tem nome: Governador Aécio Neves. A CEMIG está de parabéns.

A Deputada Maria Tereza Lara - Sr. Presidente, como o nobre colega que me antecedeu disse que o que importa é a verdade, gostaria de refletir sobre os dados de que dispomos. Primeiramente, votamos favoravelmente ao projeto, porque o nosso bloco é de oposição, mas já dissemos que é uma oposição propositiva, que quer contribuir para o Estado de Minas Gerais, apresentando até emendas para aperfeiçoar o projeto.

Quanto ao fato de um membro do Governo Federal estar acompanhando o Luz para Todos, isso é o que todos defendemos, é o controle social. Um membro do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, representante do Governo Federal, acompanha o projeto não só em Minas Gerais, mas em todo o País. É preciso ficar registrado que, de fato, é o que defendemos, a fim de que os recursos públicos sejam empregados sem nenhum desvio ou clientelismo.

Com relação aos recursos do Luz para Todos, 10% seriam oriundos do Governo do Estado, em dinheiro; e 34% de financiamento da ELETROBRÁS, com juros negativos. É realmente um recurso que a ELETROBRÁS está disponibilizando para o Estado, um investimento que não havia anteriormente. E 16% são de custeio da CEMIG. Temos de pôr o dedo na ferida. O que aconteceu no ano passado, que é preciso corrigir? O Governador solicitou emendas parlamentares. Recebemos até ofícios para que intervíssemos junto aos Deputados Federais para apresentar emendas. Elas foram apresentadas abarcando todo o Estado, mais de 800 municípios. Em vez de a CEMIG assumir, por exemplo, a região Norte e terminar todo o processo de eletrificação rural, ela dividiu o trabalho por todos os municípios mineiros, não otimizando os recursos. Na época, a questão foi discutida, argumentamos com técnicos. Isso aumentou o custo e causou dificuldades. Se a CEMIG tivesse implantado uma frente de trabalho só no Norte e depois fosse para as outras regiões, isso não teria acontecido. Foi uma falha, que tem de ser corrigida. O que é problema e que está trazendo prejuízo à sociedade mineira tem de ser corrigido. São essas coisas que temos de dizer, que a verdade seja dita. Houve recursos de parlamentares, mas dificultou-se a implantação do projeto.

Um nobre colega disse que o Governo Federal não tem projeto, o que não posso admitir. Temos vários projetos em implantação. O Bolsa-Família, por exemplo, é prioridade na região semi-árida, no Norte de Minas, no vale do Jequitinhonha. Milhares de famílias recebem o auxílio e

contam com acompanhamento. O Governador criou até uma secretaria especial para acompanhar o projeto do Governo Federal.

Além disso, quero dar um informe sobre o PROUNI. Hoje é o último dia para jovens e adultos que terminaram o ensino médio há mais tempo e que querem concorrer a uma vaga nas universidades particulares se inscreverem, pela Internet, para fazer a prova do ENEM e concorrer a uma bolsa. Queria aproveitar a oportunidade para divulgar essa informação pela TV Assembleia. O próximo dia 6 será o último dia para inscrição pelos Correios. Você, jovens e adultos de Minas Gerais, que terminaram o ensino médio em anos anteriores e que querem pleitear uma bolsa de estudo nas universidades particulares, deverão fazer sua inscrição pela Internet até hoje. Procurem os órgãos competentes, as Secretarias de Educação, os parlamentares de suas cidades, as Câmaras Municipais, os Governos municipais, os órgãos federais, para obter mais informações. É só entrar na Internet ou ir a uma agência dos Correios para fazer sua inscrição. Ao fazer essa prova, você poderá concorrer a uma bolsa de estudos. O PROUNI, que é um projeto do Governo Federal, do Presidente Lula, distribuirá mais de 120 mil bolsas em todo o País. Não podemos, de forma alguma, admitir que se fale nesta Casa que o nosso Governo Federal não tem projeto. Além desse projeto, vimos a implantação do PRONAF, o trabalho da política externa e tantos outros projetos fundamentais, como o da Polícia Federal, que tem desmascarado tantas pessoas neste País. Isso faz parte de um projeto democrático popular do nosso Presidente Lula.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Sr. Presidente, quero manifestar a nossa alegria pela votação de mais um projeto do Governador Aécio Neves. Na noite de ontem, votamos, em 1º turno, o projeto que garante o Pró-Acesso para as rodovias do Estado de Minas Gerais. Hoje, temos novo projeto que garante financiamentos para que o povo mineiro tenha, acima de tudo, condições de desenvolvimento nas mais variadas regiões do Estado de Minas Gerais.

Sr. Presidente, não voltaria a esta tribuna, pois ontem já encaminhei a votação e fiz declaração de voto, mas fiquei intrigado ao ouvir, agora há pouco, o combativo Deputado Weliton Prado dizer que deu a esta Casa, ao seu partido, uma verdadeira lição de cidadania pela votação dos projetos ou pelo projeto. Isso não faz bem aos nossos ouvidos, muito menos ao parlamento mineiro. Não acho que seja lição de cidadania votar projetos estruturadores nascidos exclusivamente no Palácio, com o aval do Governador, que busca a anuência desta Casa. Quem está dando lição de cidadania é o próprio Governador Aécio Neves, que, com seu trabalho futurista, e acreditando na sua equipe econômica, no seu Governo, principalmente na realização desses projetos em prol do desenvolvimento, lança esses empréstimos para a sustentabilidade econômica, para o desenvolvimento do Estado, busca o aval desta Casa nesses projetos. É necessária uma reflexão profunda: não podemos dizer que a paternidade desses projetos é da Oposição ou da Situação. Damos o aval ao pensamento do Governador Aécio Neves, que quer garantir esse desenvolvimento por meio dos financiamentos pelo BID e pelo BIRD. Agora, mais do que nunca, está na hora de fugirmos dos discursos demagógicos que têm por objetivo garantir a paternidade de determinado projeto. Não estamos votando matérias do Governador Aécio Neves. A Bancada da Oposição está reconhecendo que são projetos importantes, que garantirão o desenvolvimento de Minas. É isso o que quero dizer a V. Exa. Não precisamos receber lição de cidadania de ninguém que está nesta Casa. A maior lição que estamos recebendo é do Governador, que, sem dúvida alguma, está procurando investimentos para o nosso Estado crescer. Minas Gerais já deu exemplo, crescendo muito mais que o País: 42%, contra 22,4%, conforme divulgaram os jornais de ontem. Esse é o desafio do trabalho e da esperança. Com certeza, esta Casa caminhará junto para a execução de grandes projetos para os mineiros. Obrigado.

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, Deputados e Deputadas, já explicitamos, por meio do nosso Líder, Deputado André Quintão, o voto favorável do PT à proposição aprovada, que pretende obter empréstimos para um projeto de iluminação na região Noroeste de Minas. É evidente que não deixaríamos de votar favoravelmente, porque somos conhecedores da importância da iluminação pública para todos os moradores daquela região. Eu, particularmente, também tenho atuação no Noroeste de Minas. Torcemos para que esse projeto se torne realidade. Digo isso, porque, infelizmente, vários projetos do Governo de Minas não se tornam reais, como o Governador gosta que a televisão mostre. A verdade, por exemplo, do projeto Clarear é outra. Muito pouco foi feito. Os Deputados e o povo mineiro sabem que se trata de uma imitação do projeto Luz para Todos, assim como o Saúde em Casa é uma imitação do projeto Saúde da Família, e o projeto Minas sem Fome, imitação do projeto Fome Zero, do Governo Federal. O Governador é bom de plágio. O Prefeito de Belo Horizonte é bom de serviço. Bom de plágio é um bom "slogan" para a campanha de reeleição do Governador Aécio Neves. Às vezes, consegue alguma coisa plagiando os projetos do Governo Federal. Realmente ele é bom nisso, mas para que as coisas funcionem, não.

Aliás, estamos aprovando esse projeto e outros. Vi muitos Deputados elogiando o Governador. Esses Deputados são tão amigos do Governador que deveriam solicitar-lhe pagamento de salário às professoras em vez de ajuda de custo. Porque R\$212,00 de piso salarial para uma professora de 1ª a 4ª séries, não é salário, mas ajuda de custo. O piso salarial, comprovado como pagamento do Governador às professoras para que dêem aulas, é R\$ 212,00. Os Deputados amigos do Governador poderiam pedir-lhe que colocasse a mão na consciência e mandasse a tabela de salário que prometeu para a educação, que até hoje não chegou a esta Assembleia. Desde o início do Governo, o salário dos professores é R\$212,00. Não houve nenhum reajuste. Nisso o Governador poderia plagiar o Lula. Pelo menos, todos os anos, os professores receberiam aumento, como o Governo Lula tem feito com o salário mínimo e o salário dos servidores, que aumentou pouco, mas vem aumentando, até mesmo com plano de carreira. Talvez o Governador pudesse plagiar também o Prefeito Fernando Pimentel, que paga R\$1.103,00, ou a Prefeita de Contagem, Marília Campos, que tem dado atenção muito especial aos funcionários públicos, diferentemente do que fez o Prefeito anterior de Contagem, do PSDB. Aliás, arrochar o salário do funcionário público é o que o PSDB realmente gosta de fazer.

Em relação ao projeto apresentado pelo Governo, teria ainda algumas cobranças a fazer. Em relação à CEMIG, ainda não obtivemos resposta sobre a denúncia que fiz sobre os carros distribuídos ao SERVAS e que, daí, têm ido para associações, sem nenhum critério. Queremos saber da CEMIG quais critérios são utilizados para a distribuição dos carros para associações. Não sabemos quais são, pois não nos foi dada resposta.

Votaremos favoravelmente ao pedido de empréstimo do Governo, pois possibilitará melhorias no Estado, até para vermos se o Governo de fato faz alguma coisa boa para o Estado.

Não poderia deixar de cobrar, nessa onda de pedido de empréstimo, que o Governador se lembre das professoras que estão recebendo R\$212,00 de piso salarial, que não é salário, é uma ajuda de custo para ela dar aulas e pegar ônibus. Que o Governador envie, de fato, uma tabela salarial para ser votada na Assembleia e que os professores não continuem com esse salário tão mingauado, como o restante do funcionalismo. Mas, professor é simbólico, um piso salarial de R\$212,00, menor que o salário mínimo, é uma vergonha para um Estado que diz estar crescendo. Só que isso está ocorrendo graças ao crescimento econômico que o Brasil tem tido em razão da política do Presidente Lula. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.007/2004, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a contratar financiamento externo junto ao BID e a oferecer garantias e dá outras providências. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 a 3, que apresentou. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 a 3, da Comissão de Justiça, e com a Emenda nº 4, que apresentou. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira que opina pela aprovação da Emenda nº 5. Em votação, o projeto, salvo emendas. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, as Emendas nºs 1 a 5. As Deputadas e os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovadas. Fica, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 2.007/2004 com as Emendas nºs 1 a 5. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Declarações de Voto

A Deputada Jô Moraes - Caro Presidente, considero que V. Exa. tem conduzido os trabalhos, nesse último período, com equilíbrio suficiente para compreender e absorver as pressões próprias do processo legislativo, a Oposição e as insatisfações da Situação em relação às nossas exigências para aprovarmos projetos do Executivo. Faço questão de registrar isso, porque parece que a Oposição só tem de dizer amém a

qualquer projeto que venha do Executivo. Queremos, nas Comissões e no Plenário, fazer as exigências necessárias. Por isso, considero que V. Exa. conduziu bem esse processo, reuniu composição, facilitou o cumprimento e a dinâmica, agilizando os trabalhos para que tivéssemos esclarecimentos.

Venho aqui, com tranquilidade, dizer que votamos favoravelmente a esse projeto por compreender que ele tem um significado especial para Minas Gerais. Lendo o projeto, em que pese a justeza do seu conteúdo, percebi que ele tem uma imprecisão perigosa. Qual é a política industrial que o Governador Aécio Neves traz para o Estado? O projeto está corretíssimo: investimento na elevação da produtividade das empresas mineiras.

Quero deixar registrado na declaração de voto que farei o processo de fiscalização da implementação desses serviços, porque não quero ver os recursos de um projeto como esse serem utilizados para as grandes empresas. O médio empresariado industrial de Minas, as cooperativas, o pequeno industrial e algumas iniciativas necessitam desses investimentos. Às vezes não compreendemos o papel de um órgão como o SEBRAE. É necessário que não haja desperdício dos recursos públicos. É necessária uma definição das prioridades do Estado e do impacto do retorno de disponibilidade e absorção de mão-de-obra, como foi feito nos investimentos da Mercedes. Dou meus parabéns ao bloco que atua em Juiz de Fora, ao Deputado Biel Rocha e outros, que batalham para que a empresa se mantenha no Estado a fim de não desativar empregos fundamentais para aquela cidade e região.

O dinheiro destinado à FIAT é uma exacerbação nesse processo. O fundo tem como objetivo o desenvolvimento tecnológico, a elevação da produtividade, o treinamento e a qualificação da mão-de-obra. Mas o que me preocupa? São US\$10.000.000,00 utilizados num projeto que tem muito sentido. Mas o que seria se não fosse a retomada do desenvolvimento econômico de Minas Gerais, que é parte da retomada do desenvolvimento econômico do Brasil, das condições de equilíbrio que se estabeleceram nas finanças do País? Evidentemente, o que foi feito ainda é limitado, porque queremos a redução do superávit primário, o descontingenciamento de uma série de reservas, que não se mantenham os juros altos que impedem o desenvolvimento industrial. E esse desenvolvimento que conquistamos pode não ser sustentável. Mas Minas foi favorecida com esse novo clima.

Estive em empresas produtoras de bens de capital na Cidade Industrial, há um ano e meio, e ali estavam balcões vazios. Ainda bem que, com a retomada do desenvolvimento, pudemos desenvolver a indústria mineira, o que ativou o mercado de trabalho, gerando mais empregos.

Fiscalizaremos os recursos do programa Produtividade para verificar se não serão desviados para os grandes grupos econômicos, sempre privilegiados, em detrimento do pequeno empresário, do pequeno e médio industrial, que realmente necessitam do investimento em tecnologia.

O Deputado Weliton Prado - Sr. Presidente, este é mais um projeto que o Bloco PT-PCdoB empenha-se em votar nesta Casa. Solicitamos inclusive a verificação de votação, em se tratando de um projeto que autoriza o Governo do Estado a fazer um financiamento com o BID no limite de US\$10.000.000,00. Não estamos fazendo oposição por oposição. Fazemos política com grandeza e sinceridade, preocupando-nos com o desenvolvimento e o progresso do Estado. Esse projeto foi aprovado porque teve nosso apoio nesta Casa. Não houve em nenhum momento um processo de obstrução. Pelo contrário, ajudamos a base de Governo a resolver seus conflitos internos. E por falar em conflitos internos, queria saber o que está acontecendo com o Senador tucano Eduardo Azeredo, do PSDB, e com o Governador Aécio Neves. Pelas declarações do Senador Eduardo Azeredo à imprensa, parece-nos que está com ciúmes do Governador Aécio Neves. Será que ele queria ter sido candidato a Governador nas eleições passadas? Será que está ressentido? O que será que está acontecendo? E por falar em empréstimo, na época do Ex-Governador Eduardo Azeredo, ele encheu de dinheiro a Mercedes. Foi muito dinheiro para a Mercedes. Agora, ela fala em fechar as portas e dispensar os funcionários. Como fica a responsabilidade social? E os recursos públicos investidos nessa empresa? O Governo fez várias renúncias fiscais para todas essas empresas. É um projeto importante. As empresas têm de fazer treinamento e qualificação. O grande problema das indústrias de Minas Gerais é a excessiva carga tributária do nosso País e do nosso Estado. Especificamente no Triângulo Mineiro, na época do Governador Eduardo Azeredo, havia 135 empresas de beneficiamento de arroz. Sabem quantas há hoje? Mais de 100 empresas foram para outros Estados ou fecharam suas portas. O Estado de Minas é o que mais tributa os produtos da cesta básica, o arroz, o feijão, os produtos essenciais. Assim acontece em todas as áreas. Vocês podem ver o grande número de empresas que foram fechadas em nosso Estado. O Estado de Minas arrecada mais com taxas do que 22 Estados juntos. Temos de nos preocupar com as pequenas empresas, que são fundamentais para o desenvolvimento do nosso Estado.

Fico feliz com esse projeto. Estive no Plenário, ajudei no processo de negociação e conseguimos aprová-lo, garantindo que o Governo do Estado pudesse fazer esse empréstimo de mais de US\$10.000.000,00. Vamos acompanhar, para que esses recursos sejam bem aplicados. Vamos continuar cobrando as ações em outras áreas. Onde está a tabela para o reajuste dos salários dos servidores? Já estamos chegando no meio do ano. O ano que vem já é ano eleitoral. Será que as tabelas vão chegar aqui no ano eleitoral? Duzentos e doze reais é o piso salarial do professor de 1ª a 4ª séries. Ninguém aguenta isso. Como vamos falar em qualidade, se não há valorização do servidor?

Com muita luta, conseguimos aprovar aqui o plano de carreira. Vamos parar de fazer isso. Estamos no Estado de Minas Gerais. Vamos parar de picuinha. Às vezes, os Deputados vêm aqui e falam do Governo Lula. Vamos parar com isso. Um erro não justifica outro. Se há alguma coisa errada, temos de brigar para mudar. Devemos nos fixar em problemas concretos. Em relação ao piso salarial dos servidores estaduais, o que o Governador vai fazer agora? Em relação à carga tributária, o que ele vai fazer? Somos Deputados Estaduais. Temos responsabilidade no Estado de Minas. A população exige uma resposta concreta e imediata. Não há como embromar mais.

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, estou aqui tentando ordenar meus pensamentos para responder ao Deputado que me antecedeu, mas ele fez um verdadeiro samba do crioulo doido. Ele começa falando de futebol e termina na fórmula do cloreto de sódio. Até o telespectador que está em casa percebe que apenas discursos não resolvem. Ele começa falando da deficiência do Governo Federal, que eleva substancialmente a carga tributária neste País. O povo brasileiro sabe que o problema da carga tributária é do Governo Federal; ele começa a falar que as empresas brasileiras e mineiras estão sobrecarregadas, mas a carga tributária foi aumentada absurdamente neste Governo que representa. Estou de acordo com ele. A carga tributária que o Governo Federal impõe aos empresários é altíssima.

Em relação ao ex-Governador Eduardo Azeredo, esta Casa, no Governo anterior, teve de dar o atestado de bons antecedentes. Foram 13, se não me engano, CPIs, e, em todas elas, a conclusão foi nenhuma, nada consta. Ele é um homem correto, de bem, que sofreu o que nenhum Governador sofreu nesta Casa. Ao final, cada uma das CPIs concluía que não se tratava de nada mais que discurso, de nada mais que, enfim, revanchismo político. Ele tem feito um belíssimo trabalho, e o povo mineiro reconheceu isso, dando a ele uma votação extraordinária, conduzindo-o ao Senado, dizendo: "Governador Eduardo Azeredo, V. Exa. fez um Governo extraordinário em Minas Gerais, e agora queremos que V. Exa. represente e defenda os interesses de Minas no Senado Federal". Qualquer coisa que se fale do ex-Governador Eduardo Azeredo nada mais é que discurso, revanches, enfim, palavras soltas, perdidias, sem nenhuma consistência com a verdade e com os acontecimentos históricos.

Em terceiro lugar, quero dizer que a ação do Governador Aécio Neves, em mais uma dessas visitas ao exterior, garantiu não apenas a permanência da Mercedes-Benz produzindo outro tipo de veículo em Juiz de Fora, mas também o investimento de R\$1.400.000.000,00, se não me engano, da FIAT. Isso significa dizer competência e visão de estadista; é assim que age o Governador Aécio Neves. Percebo que a Oposição reconhece isso e estou até preocupado, porque quem defende o Governador sou eu, e a Oposição se levanta para elogiar as políticas do Governador Aécio Neves, o que é bom e está correto. Quer dizer, temos uma Oposição sincera, que, quando percebe os acertos do Governador, deve aplaudir. Ele ajustou o Estado de Minas Gerais e permite agora colher os frutos: tem condições de buscar financiamento internacional e recuperou a credibilidade nacional e internacional do Estado.

Vejo falar muito na educação. Fiquem tranquilos. O Governador Aécio Neves, com a sua sensibilidade demonstrada aos servidores, reconhece direitos deles que nunca foram reconhecidos. Está no processo não de uma forma exacerbada, descoordenada e descontinuada. A idéia e a proposta do Governador Aécio Neves é realmente fazer o que já fez: o plano de cargos, a lei remuneratória, enviando a tabela. Todas elas estão vindo, e teremos o prazer de votá-las. O servidor público, então, terá em Minas Gerais o que nunca teve na história do serviço público do Estado.

Pensem em um valorzinho aqui, em outro aí, mas necessitamos de uma visão mais ampla, enxergando o conjunto das ações, dos direitos, o 13º salário sendo pago em dia, as verbas retidas disponibilizadas, o pagamento do salário até o quinto dia útil de cada mês e a elaboração do plano de cargos, uma reivindicação antiga dos servidores. Na medida em que a receita cresce, o servidor ganha com isso, e os reajustes chegarão para todos eles.

Pensar em um dado aqui e em outro ali induz ao equívoco e ao erro daqueles que nos vêem. O Governador de Minas Gerais está muito bem, e o povo brasileiro já até deseja que ele vá para Brasília para criar uma novidade, como a gestão competente, o ajuste fiscal e a competência articuladora, gerencial e administrativa de Minas Gerais. Brasília está precisando disso, sem dúvida nenhuma. O povo brasileiro já começa a pensar que o Governador poderia ir para Brasília, mas ele quer servir a Minas Gerais, Estado a que está servindo e se dedicando com empenho. Mas Minas Gerais, num dado momento - e creio que não demora muito -, terá que abrir mão do seu Governador, para servir ao Palácio do Planalto, em Brasília, porque é isso que quer o povo brasileiro.

Minas hoje sabe para onde ir. Minas cresce acima da média na agricultura e na indústria; enfim, Minas cresce acima da média nacional. As exportações mineiras aumentam substancialmente, dando o suporte que o Governo Federal precisa nas suas exportações.

Dessa forma, queremos agradecer à Oposição, que tem sido sincera ao reconhecer a competência do Governador Aécio Neves, a sua lisura, a sua seriedade e a sua política acertada, tanto que vota favoravelmente os seus projetos. Queremos reconhecer também na Oposição essa virtude: quando os projetos são bons - e quase tudo que o Governador nos tem enviado tem sido reconhecido como bom -, são aprovados.

Sr. Presidente, agradeço. Mas, por não termos quórum para continuar os trabalhos, peço que encerre, de plano, esta reunião.

O Deputado André Quintão - Encerramos os três primeiros projetos que dizem respeito a empréstimos: o relativo a US\$100.000.000,00 para o Pró-Acesso; o relativo a US\$10.000.000,00 para a eletrificação rural; e o relativo a 10 milhões para a empresa mineira competitiva. Os três foram resultado de acordo entre a base do Governo, por intermédio do Líder Alberto Pinto Coelho, e o Bloco PT-PCdoB. Entendemos que eles atendem às exigências, do ponto de vista de aplicação, eletrificação, empresa mineira competitiva e ligação asfáltica. Porém, gostaríamos de fazer um apelo ao Governador e à sua base para definirem o cronograma de envio das tabelas remuneratórias.

Já foi dito neste Plenário que o piso salarial de um professor de 1ª à 4ª séries, em Minas, é de R\$212,00. Essa situação não pode perdurar. Há um conjunto de servidores estaduais com salários muito baixos, e a Assembléia, que já aprovou os planos de carreira, pode perfeitamente dar agora mais uma contribuição, desde que o Governo envie as tabelas remuneratórias.

Teremos na pauta mais dois projetos sobre empréstimos. Ao nº 2.004/2004, que trata exatamente da modernização e da consolidação do ajuste fiscal, apresentamos várias emendas e defendemos que esse valor seja aplicado rigorosamente nos projetos estruturadores e que a Assembléia tenha mecanismos de acompanhamento, uma vez que se trata de meio bilhão de reais, mais da metade do que o Estado investiu nos projetos estruturadores no ano de 2004. Portanto, estamos construindo uma emenda, de preferência consensual, para que a Assembléia possa de fato, com esse mecanismo, exercer seu papel de fiscalização.

O Projeto nº 2.178 trata da incorporação de uma cláusula de garantia para o empréstimo, junto ao Banco do Nordeste, para o Programa de Desenvolvimento do Turismo em Minas. Defendemos esse projeto, por entendermos que o turismo hoje é uma das maiores fontes geradoras de renda no mundo e em nosso País. Sabemos que o semi-árido mineiro precisa de um aporte de recursos para ações que levem ao desenvolvimento sustentável. Mas precisamos aprofundar a discussão sobre onde e como esse recurso será aplicado. Temo que as regiões mais empobrecidas do médio e baixo Jequitinhonha não sejam beneficiadas com esse recurso. O rio Jequitinhonha é um vetor de desenvolvimento e, desde que preservado e revitalizado, poderá ser um importante instrumento de desenvolvimento do turismo associado à cultura. Há várias manifestações culturais, além da beleza cênica da região. Queremos também discutir um pouco mais as linhas de financiamento, o cronograma de aplicação e as prioridades do PRODETUR para, na semana que vem, votarmos tanto o Projeto nº 2.178 quanto o Projeto de Lei nº 2.004/2004, que, do ponto de vista de sua melhoria técnica, estão sendo negociados. A discussão política tem o objetivo de sensibilizar o Governo Estadual para apresentar um cronograma de envio das tabelas remuneratórias a esta Casa Legislativa. Acredito que o Deputado Alberto Pinto Coelho, Líder do Governo, concordará que o balanço foi positivo, uma vez que votamos os três projetos de empréstimo, criando as condições para que o Governo do Estado possa, junto ao Senado e ao Governo Federal, tomar todas as providências para a liberação desse importante recurso para o Estado de Minas Gerais. O Deputado Weliton Prado se absteve de fazer sua declaração e de usar o art. 164, para a votação do projeto Empresa Mineira Competitiva. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Questão de Ordem

O Deputado Márcio Kangussu - Sr. Presidente, podemos verificar que não existe quórum para continuarmos os trabalhos, espero que V. Exa. encerre, de plano, esta reunião. Muito obrigado.

Encerramento

O Sr. Presidente (Deputado Luiz Fernando Faria) - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a reunião ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a reunião extraordinária também de hoje, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 5ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 27/4/2005

Às 10h2min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Domingos Sávio, Jayro Lessa, Ermano Batista e José Henrique e a Deputada Elisa Costa, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Domingos Sávio, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Ermano Batista, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta. Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Presidente faz retirar da pauta os Projetos de Lei nºs 2.004, 2.006, 2.007, 2.008/2004 e 2.178/2005, por não cumprirem pressupostos regimentais. Registra-se a presença do Deputado Márcio Kangussu. Na fase de discussão do parecer do relator, Deputado Jayro Lessa, que conclui pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.830/2004, no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 1, é proposta uma emenda da Deputada Elisa Costa. Submetido a votação, é aprovado o parecer do relator ficando prejudicada a proposta de emenda apresentada. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 1.875/2004 com a

Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Ermano Batista); 1.955/2004 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia (relatora: Deputada Elisa Costa); 1.993/2004 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado José Henrique); 2.082/2005 (relator: Deputado Márcio Kangussu) e 2.157/2005 com a Emenda nº 1 (relator: Deputado José Henrique). Neste instante retira-se da reunião o Deputado Márcio Kangussu. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos das Deputadas Elisa Costa, em que solicita diversas informações sobre os regimes especiais concedidos às empresas Polyvin Plásticos e Derivados Ltda., DVG - Indústria e Comércio de Plásticos Ltda., e Unocann Tubos e Conexões Ltda., e Ana Maria Resende em que solicita reunião conjunta desta Comissão e da Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia para debater a defasagem dos valores dos vales-transportes e refeições pagos aos servidores da UNIMONTES e o envio das tabelas salariais referentes ao plano de carreira da educação. É aprovado, na forma do Substitutivo nº 1, do Deputado José Henrique, requerimento da Deputada Elisa Costa, em que pleiteia se solicite à Consultoria desta Casa a formulação e o envio a esta Comissão de planilhas de acompanhamento da execução orçamentária das funções saúde, educação, assistência social, segurança pública e dos projetos estruturadores, com discriminação da unidade orçamentária executora, do grupo de despesa e da fonte de recursos. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião extraordinária, terça-feira, dia 3/5/2005, às 10 horas, e para a ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de maio de 2005.

Domingos Sávio, Presidente - Maria Tereza Lara - José Henrique - Jayro Lessa - Antônio Carlos Andrada.

ATA DA 3ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 28/4/2005

Às 9 horas, comparecem na Sala das Comissões o Deputado Biel Rocha e a Deputada Ana Maria Resende, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Doutor Viana, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento da Deputada Ana Maria Resende, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta. Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 1.411/2004 com a Emenda nº1 (relatora: Deputada Ana Maria Resende); 1.734/2004 (relator: Deputado Biel Rocha); 1.809/2004 (relator: Deputado Paulo Piau); 1.824/2004 (relator: Deputado Biel Rocha); 1.997/2004 (relator: Deputado Marlos Fernandes); e 2.003/2004 (relator: Deputado Doutor Viana). Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 4.369, 4.373, 4.374, 4.376, 4.382, 4.383, 4.384, 4.410, 4.425, 4.457, 4.458, 4.460, 4.462, 4.465, 4.471 e 4.474/2005. Após discussão e votação, são aprovados, em redação final, cada um por sua vez, Projetos de Lei nºs 301/2003 e 562, 1.554, 1.692, 1.700, 1.708, 1.752, 1.764, 1.876 e 1.930/2004. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados André Quintão, em que solicita seja realizada audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 1.297/2003, de sua autoria, que autoriza o Poder Executivo a implantar o Serviço Social nas escolas da rede pública de ensino do Estado; Biel Rocha, em que solicita seja realizada audiência pública no Município de Volta Grande com o objetivo de debater a preservação e proteção da casa e do estúdio do Sr. Humberto Mauro, Diretor pioneiro do Cinema Nacional, localizados naquele município; Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita ao Secretário de Planejamento e Gestão seja enviada a esta Casa proposição contendo a tabela remuneratória dos servidores estaduais da Educação; Paulo Piau, em que solicita seja a Federação das Associações, Pais e Alunos das Escolas Públicas de Minas Gerais convidada a participar da audiência pública que esta Comissão fará realizar no dia 5/5/2005; Doutor Viana, em que solicita seja discutida, em audiência pública, a situação atual da UEMG, com a presença do Reitor daquela Universidade; da Deputada Ana Maria Resende, em que solicita seja realizada audiência pública desta Comissão e das Comissões de Fiscalização Financeira Orçamentária e do Trabalho, Previdência e Ação Social para debater dificuldades enfrentadas pelos funcionários da educação do Estado que se deslocam para o meio rural para exercerem as suas funções. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de maio de 2005.

Doutor Viana, Presidente - Paulo Piau - Biel Rocha.

ATA DA 3ª REUNIÃO Ordinária da CPI da Mina Capão Xavier, em 28/4/2005

Às 10h10min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Lúcia Pacífico e os Deputados Márcio Kangussu, Biel Rocha, Antônio Júlio, Domingos Sávio e Dinis Pinheiro, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Adalclever Lopes, Irani Barbosa, Leonardo Quintão e Rêmoló Aloise. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Márcio Kangussu, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Biel Rocha, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a ouvir os Srs. Joaquim Martins da Silva Filho, Procurador-Chefe da Fundação Estadual do Meio Ambiente - FEAM -; e César Raimundo da Cunha, Procurador do Estado. O Deputado Biel Rocha faz a leitura de ofício encaminhado pelo Sr. Ilmar Bastos Santos, Presidente da FEAM, colocando à disposição dos membros da Comissão, para consulta, os documentos relativos ao processo de licenciamento ambiental da Mina Capão Xavier, da MBR, bem como toda a equipe técnica desse órgão, para os esclarecimentos que se fizerem necessários. A Presidência presta esclarecimentos sobre o funcionamento das CPIs. Em seguida, os depoentes são ouvidos separadamente e respondem a questões formuladas pelos membros da Comissão. Na fase de discussão e votação de proposições da Comissão, são submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados requerimentos dos Deputados Domingos Sávio, solicitando sejam ouvidos nesta Comissão o Sr. Rômulo Tomaz Perilli, assessor da Diretoria Metropolitana da COPASA-MG, e as Sras. Célia Maria Fróes, Diretora de Instrumentalização e Controle do IGAM, e Zuleika Chiachio Torqueti, Diretora de Indústria e Mineração da FEAM; Leonardo Quintão, solicitando se oficie à Advocacia-Geral do Estado para que apresente os documentos recebidos da FEAM, do IGAM e do IEF e que dão conta de que não há descumprimento das normas da Lei nº 10.793 pertinentes à proteção dos mananciais, com relação ao licenciamento da Mina Capão Xavier; e se proceda a acareação entre os Srs. Joaquim Martins da Silva Filho e Fernando Antônio Galvão, diante das divergências entre suas declarações; Adalclever Lopes, solicitando seja convocado o Sr. Pedro Scapolatempore, ex-Superintendente Jurídico da COPASA-MG, para prestar esclarecimentos sobre os termos de convênio firmado entre essa empresa, a MBR e diversos órgãos ambientais, relativo ao empreendimento Capão Xavier; e seja enviado ofício ao Tribunal de Contas de Rondônia para que informe se o Sr. Joaquim Martins da Silva Filho foi condenado administrativamente à devolução de recursos públicos ou se foram consideradas irregulares suas contas ou algum contrato firmado entre a CAERD e terceiros, em sua gestão como Diretor Administrativo e Financeiro; e Irani Barbosa, solicitando seja requisitada do IGAM cópia dos laudos de monitoramento das águas depositadas na cava de Águas Claras e seja realizado por dois laboratórios o exame de toxinas destas águas; e seja enviado ofício à FEAM para que informe a esta Comissão se o licenciamento ambiental da Mina Capão Xavier e Águas Claras permite a formação de lago com profundidade de 200m ou mais. A Presidência informa que o teor desta reunião consta, na íntegra, nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a participação dos Srs. Joaquim Martins da Silva Filho e César Raimundo da Cunha, agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de maio de 2005.

Márcio Kangussu, Presidente - Biel Rocha - Antônio Júlio - Domingos Sávio - Lúcia Pacífico - Dinis Pinheiro.

Às 9h40min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Laudelino Augusto, Doutor Ronaldo, João Leite, Paulo Piau e Carlos Gomes, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, a Deputada Elisa Costa e os Deputados Adalclever Lopes, Antônio Júlio, Carlos Pimenta e Padre João. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Laudelino Augusto, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado João Leite, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater o Programa Minas Ambiente e todos os seus subprogramas. O Presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 1.071/2003, no 1º turno, cuja relatoria avocou a si, em virtude de redistribuição. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Laudelino Augusto (2), em que solicita seja realizada reunião conjunta com a Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial para debater, em audiência pública, os Desafios e Perspectivas da Agricultura Familiar na Região Sul de Minas, como parte do evento "Mineirações" a se realizar em parceria do Mandato Pró-Cidadania com esta Casa, com voto contrário do Deputado João Leite; sejam solicitadas à FEAM informações sobre o resultado da apuração de denúncia encaminhada a esse órgão pelo Centro de Assessoria Sapucaí, a respeito da degradação ambiental causada ao Município de Pouso Alegre pela Empresa MS Metais Indústria e Comércio Ltda.; Laudelino Augusto e Doutor Ronaldo, em que solicitam seja realizada audiência pública para debater e apurar possíveis inconsistências e danos ambientais na obra de execução, pela Companhia Vale do Rio Doce, em área de nascente conhecida como Lagoa das Casas Velhas, na zona rural do Município de Belo Vale; Paulo Piau, em que solicita seja realizada reunião para debater, em audiência pública, o Projeto de Lei nº 1.920/2004, de autoria da Comissão Especial da Silvicultura; Adalclever Lopes e Laudelino Augusto, em que solicitam seja realizada visita à Empresa Verdes Campos Laticínios, situada em Lavras e, posteriormente, audiência pública, nesta Casa, para debater o sub-programa Laticínios; Adalclever Lopes, em que solicita seja enviado ofício aos órgãos e entidades competentes responsáveis pela alocação de recursos destinados ao Programa Minas Ambiente para que forneçam a esta Comissão a prestação de contas pela utilização de recursos que menciona. A seguir, a Presidência suspende os trabalhos ordinários para, em reunião especial, ouvir os Srs.: Wagner Soares Costa, Gerente de Meio Ambiente da FIEMG; Zuleika Torquetti, Diretora de Atividades Industriais e Minerárias da FEAM; Adriane Penna e Rosângela Moreira Gurgel Machado, respectivamente advogada da Procuradoria e assessora da Diretoria da FEAM; Priscila de Carvalho Oliveira, assessora ambiental da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico; Olívia Maria de Souza Ribeiro Vasconcelos, engenheira química da UFMG; e Sérgio Cruz, Auditor Seccional da FEAM. Na condição de autor do requerimento, o Presidente, Deputado Laudelino Augusto, tece as considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos convidados e dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de maio de 2005.

Laudelino Augusto, Presidente - Doutor Ronaldo - João Leite - Sávio Souza Cruz - Ana Maria Resende.

ORDENS DO DIA

Ordem do dia da 6ª reunião ordinária da comissão de Segurança Pública Na 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 10 horas do dia 10/5/2005

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 3.149 e 3.150/2004, 4.012/2005 e 4.160/2005, do Deputado Weliton Prado; 3.673/2004, do Deputado Doutor Viana; 3.917/2004, da Comissão de Participação Popular; 4.422/2005, do Deputado Leonardo Moreira; 4.537/2005, da Comissão de Direitos Humanos; 4.549/2005, do Deputado Alberto Pinto Coelho; e 4.563/2005, da Deputada Ana Maria Resende.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 5ª reunião ordinária da comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial Na 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 10 horas do dia 10/5/2005

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir questões relacionadas à qualidade do café produzido no Município de Cristina e à implementação de ações voltadas para o desenvolvimento de tecnologias a serem aplicadas na cafeicultura, com os convidados que menciona.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 3ª reunião ordinária da comissão de Redação Na 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 10/5/2005

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir e votar pareceres sobre proposições em fase de redação final.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 5ª reunião ordinária da comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social Na 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 10/5/2005

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 2.019/2004 e 2.158/2005, do Deputado André Quintão; 2.032, 2.101 e 2.129/2005, do Deputado Domingos Sávio; 2.033 e 2.084/2005, do Deputado Elmiro Nascimento; 2.044, 2.053, 2.054, 2.056, 2.057 e 2.058/2005, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 2.045/2005, do Deputado Gil Pereira; 2.048/2005, do Deputado Marlos Fernandes; 2.065 e 2.150/2005, do Deputado Gustavo Corrêa; 2.071/2005, do Deputado Alberto Pinto Coelho; 2.078, 2.079 e 2.169/2005, do Deputado Sargento Rodrigues; 2.091/2005, do Deputado Dimas Fabiano; 2.120/2005, do Deputado Antônio Júlio; 2.134 e 2.142/2005, do Deputado Paulo Piau; 2.164/2005, do Deputado Leonardo Moreira; 2.167/2005, do Deputado Márcio Passos; 2.174/2005, do Deputado Sebastião Costa.

Finalidade: debater, em audiência pública, o papel do Estado na Política Nacional de Assistência Social.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 5ª reunião ordinária da CPI da Mina Capão Xavier, a realizar-se às 10 horas do dia 12/5/2005

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: ouvir os seguintes convidados: Sr. Rômulo Tomáz Perili, assessor da Diretoria de Operação da COPASA; e Sra. Célia Maria Frões, Diretora de Instrumentalização e Controle do IGAM.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembléia para as 20 horas do dia 9/5/2005, destinada à comemoração dos 80 anos da empresa Vilma Alimentos.

Palácio da Inconfidência, 6 de maio de 2005.

Mauri Torres, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Doutor Ronaldo, João Leite, Paulo Piau e Sávio Souza Cruz, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 10/5/2005, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se debaterem a situação do lixo hospitalar, os danos causados ao meio ambiente pelo aterro sanitário existente na BR-040 e as dificuldades enfrentadas pela população que vive em áreas próximas a esse local e de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 6 de maio de 2005.

Laudelino Augusto, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 88/2005

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Zé Maia, Adelmo Carneiro Leão, Roberto Ramos e Sávio Souza Cruz, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 10/5/2005, às 14h45min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se discutir e votar o Parecer

para o 1º Turno da Proposta de Emenda à Constituição nº 88/2005, do Governador Aécio Neves e de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 6 de maio de 2005.

Sebastião Helvécio, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Jayro Lessa, Ermano Batista, José Henrique, Márcio Kangussu e Sebastião Helvécio e a Deputada Elisa Costa, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 10/5/2005, às 17 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os Pareceres para o 2º Turno dos Projetos de Lei nºs 2.004, 2.006, 2.007 e 2.008/2004 e 2.178/2005, do Governador do Estado, e discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 6 de maio de 2005.

Domingos Sávio, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Roberto Ramos, Djalma Diniz, Irani Barbosa e Paulo Cesar, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 18/5/2005, às 9h30min, no Plenário da Câmara Municipal de Taiobeiras, com a finalidade de se obterem informações sobre denúncias de violação de direitos humanos envolvendo a construção do açude público de Berizal, vinculado ao Ministério da Integração Nacional, com a presença de convidados, e de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 6 de maio de 2005.

Durval Ângelo, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Roberto Ramos, Djalma Diniz, Irani Barbosa e Paulo Cesar, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 18/5/2005, às 14 horas, na Câmara Municipal de Pirapora, com a finalidade de se obterem esclarecimentos sobre violações de direitos humanos referentes às notícias de intimidação e ameaças que teriam sido praticadas contra trabalhadores rurais sem terra da Fazenda Correntes, localizada em Jequiá, por parte de grupo de pessoas que se identificaram como seguranças, com a presença de convidados, e de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 6 de maio de 2005.

Durval Ângelo, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para Turno Único da Proposta de Ação Legislativa Nº 222/2004

Comissão de Participação Popular

Relatório

A Associação Comunitária de Chonin de Cima, no uso da prerrogativa estabelecida no art. 289 do Regimento Interno, encaminhou a esta Casa a Proposta de Ação Legislativa nº 222/2004, sugerindo projeto de lei que obrigue o Governo do Estado a destinar uma ambulância a todos os distritos onde existam postos de saúde em funcionamento.

Publicada no "Diário do Legislativo" de 29/4/2004, a proposta foi encaminhada a esta Comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A Proposta de Ação Legislativa nº 222/2004, da Associação Comunitária de Chonin de Cima, Distrito do Município de Governador Valadares, tem como objetivo colocar em tramitação nesta Casa projeto de lei que obrigue o Governo do Estado a destinar uma ambulância a todos os distritos onde existam postos de saúde em funcionamento.

A proposta está de acordo com o art. 186 da Carta mineira, que estabelece que a saúde é direito de todos, e a assistência a ela é dever do Estado, assegurada mediante políticas sociais e econômicas que visem à eliminação do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Entretanto, a matéria em exame inclui-se entre as de iniciativa privativa do Governador. Nos termos do inciso XIV do art. 90 da Constituição Estadual, compete privativamente ao Governador do Estado dispor, na forma da lei, sobre a organização e a atividade do Poder Executivo. A

proposta em comento apresenta, portanto, vício de iniciativa.

Além disso, cabe lembrar que, dentro do princípio da descentralização do Sistema Único de Saúde - SUS -, compete ao gestor federal exercer as funções de coordenação e orientação das ações de saúde, lançando as normas gerais para a área, e cabe à direção estadual estabelecer normas em caráter suplementar visando à descentralização para os municípios dos serviços e das ações de saúde. Estes, por sua vez, têm autonomia para, respeitadas as normas superiores, planejar, organizar, controlar e avaliar as ações e os serviços de saúde e para gerir e executar os serviços públicos de saúde.

Nos termos da Norma Operacional da Assistência à Saúde - NOAS/2001 -, do Ministério da Saúde, cabe ao gestor estadual a elaboração do Plano Diretor de Regionalização - PDR -, que tem como objetivo orientar a distribuição regional de serviços de saúde, a partir da definição das macrorregiões de saúde, das microrregiões e dos municípios-pólo, entre outros aspectos. Segundo a norma supracitada, o PDR deve ser elaborado com a participação do conjunto dos municípios, deve ser analisado pelo Conselho Estadual de Saúde e deve conter um Plano Diretor de Investimentos - PDI - para atender às prioridades identificadas e conformar um sistema resolutivo e funcional de saúde. Dessa forma, a aplicação dos escassos recursos do setor saúde em nosso Estado deve seguir a lógica da regionalização da assistência à saúde, dando maior suporte aos municípios-pólo, que funcionarão como referência para os demais municípios que se responsabilizam apenas pela atenção básica.

Dentro dessa lógica, a Secretaria de Estado de Saúde - SES - está desenvolvendo o Sistema Estadual de Transporte Sanitário - SETS -, com o objetivo de apoiar os municípios e as unidades integrantes do SUS na melhoria de suas frotas e na articulação da rede de ambulâncias do Estado. Segundo informações da própria SES, no primeiro módulo serão entregues 260 unidades de suporte básico (ambulâncias) aos municípios e outras unidades de suporte avançado (UTIs móveis) a sete consórcios intermunicipais de saúde.

Acrescente-se que, por meio da Portaria nº 1.864/GM, de 29/9/2003, que institui a Política Nacional de Atenção às Urgências, o Ministério da Saúde estabeleceu parcerias entre os Governos Federal, Estadual e Municipais visando à criação da central de regulação das urgências e ao reequipamento da frota dos municípios ou das microrregiões. Para o atendimento aos municípios participantes da Política em questão, a portaria supracitada estabelece os parâmetros de uma UTI móvel para cada 450 mil habitantes e de uma ambulância de suporte básico para cada 150 mil habitantes. O primeiro módulo do programa é dirigido a municípios que tenham população superior a cem mil habitantes ou que sejam pólos macrorregionais, e Governador Valadares está entre os beneficiados.

Dessa forma, opinamos pelo acatamento da proposta na forma de requerimento, dirigido à Secretaria de Estado de Saúde, com o fim de solicitar a ampliação do SETS por meio da cessão de um maior número de ambulâncias aos municípios mineiros.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pelo acatamento da Proposta de Ação Legislativa nº 222/2004 na forma de requerimento.

Sala das Comissões, 5 de maio de 2005.

Comissão de Participação Popular

COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO SR. PRESIDENTE

COMUNICAÇÃO

- O Sr. Presidente despachou, em 5/5/2005, a seguinte comunicação:

Do Deputado Domingos Sávio, notificando o falecimento do Sr. Luiz Alberto Morsolotto, ocorrido em 30/3/2005, em Pitangui. (- Ciente. Oficie-se.)

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

27ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 3/5/2005

O Deputado Roberto Carvalho* - Sr. Presidente, Deputado Mauri Torres, colegas, público presente nas galerias, imprensa, telespectadores da TV Assembléia, quero tratar de dois assuntos. Esta tribuna deve ser usada para anúncios, críticas e sugestões. Hoje, estou aqui para fazer um elogio quádruplo.

As questões que discutimos nesta Casa, inclusive as leis, necessitam da participação da sociedade civil. Muitas vezes boas proposições são aprovadas, mas, se não têm a participação popular, ficam pelo caminho. Aliás, o que mais temos neste País são leis que ficam no papel.

O ano passado, começamos a debater, na Assembléia, um tema fundamental e crucial não só para os 34% da população mineira que vive na Região Metropolitana de Belo Horizonte, mas também para os que vivem na Região Metropolitana do Vale do Aço. Nosso colega Deputado Fábio Avelar propôs a realização de um seminário que teve excepcional participação da sociedade civil.

Eu e o Deputado Chico Simões já havíamos apresentado uma proposta de emenda alterando e rejuvenescendo a legislação, a fim de que a região metropolitana fosse um instrumento de solução dos gravíssimos problemas. Após o encontro, todas as sugestões foram incorporadas na emenda, que teve como relatora, em redação final, a nossa querida Deputada Cecília Ferramenta. Sidinho do Ferrotaco presidiu a Comissão Especial. Fizemos um trabalho inédito. Esta Casa deu ao País a melhor legislação sobre região metropolitana. Esta foi incorporada à sociedade civil como ente atuante.

De acordo com o Estatuto das Cidades, a sociedade deve participar de tudo o que se refere às cidades. Na região metropolitana não poderia ser diferente. O Governo Federal participou do seminário e continua participando dessa elaboração inédita de legislação metropolitana. E, após a emenda, o Governo do Estado e os Prefeitos também estão participando para que agora, na segunda parte, tenhamos uma legislação complementar inédita no País. Pela primeira vez no País a sociedade civil fará parte do conselho deliberativo da região metropolitana, juntamente com os Governos Federal, Estadual e Municipal, qualificando a participação dos municípios. Sem essa interação e a conjugação de forças desta Casa, da sociedade civil e dos diversos níveis do Governo, não teríamos uma legislação moderna, adequada e a possibilitar uma

solução.

O Deputado Irani Barbosa vive esse problema de região metropolitana há muitos anos. O Deputado Fábio Avelar tem participado de todas as comissões. Esta Casa está promovendo um seminário belíssimo em todas as regiões do Estado, com os melhores especialistas dos Governos Federal, Estadual e Municipal, para debater a questão urbana, inclusive dos planos diretores das cidades e do plano diretor da região metropolitana.

Nessa fase que devemos encerrar no primeiro semestre, daremos substância à assembléia metropolitana, ao conselho deliberativo, à criação de uma agência de desenvolvimento metropolitano, órgão técnico que subsidiará o conselho em todas as áreas, e aos Planos Diretores de Desenvolvimento das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte e do Vale do Aço.

Estive com o ex-Deputado Manuel Costa, Secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano, que está acompanhando o desenrolar dessa legislação, que está sendo elaborada a quatro mãos. O plano diretor será feito simultaneamente com os planos diretores de todas as cidades da região metropolitana. Haverá um fundo de desenvolvimento metropolitano com a participação de todos os entes.

Gostaria de anunciar também outro arranjo fundamental. A solução do fantasma do CARDIOMINAS. Os Governos Municipal, Estadual e Federal, juntamente com a diretoria da Santa Casa, elaboraram uma proposta que atende ao que foi discutido em um grande seminário na Câmara Municipal, qual seja, transformar o CARDIOMINAS em um centro de especialidades, que são o grande gargalo do SUS.

Às vezes, as pessoas ficam mais de um ano à espera de um exame. Lá, será instalado um andar só para o centro de especialidades. O Governo Federal, assim como o Governo do Estado e a Prefeitura de Belo Horizonte, já alocaram verbas para a execução da obra. Esse centro atenderá a população de Belo Horizonte, da região metropolitana e, posso dizer, de todo o Estado.

Essa é a prova de que quando os agentes públicos cumprem sua função, seja a Casa Legislativa - temos debatido esse sistema -, seja o Governo Estadual, seja o Federal, sejam as Prefeituras, as soluções saem do papel e começam a acontecer.

O Deputado Irani Barbosa (em aparte)* - Deputado Roberto Carvalho, em 1989 V. Exa. não estava nesta Casa. Na época, tive o prazer de coordenar os trabalhos da Constituição Estadual que implantaram a Assembléia Metropolitana.

Em seguida, o Deputado Ronaldo Vasconcellos veio com a lei complementar e implantou-se aquilo; à época, contamos com o trabalho de vários técnicos que conheciam toda a legislação parisiense: o modelo do qual retiramos e aperfeiçoamos o conceito de assembléia metropolitana. Depois, afastei-me e fui ser Deputado Federal. Ao voltar a esta Casa, abster-me de mexer, pois é aquela criatura que se coloca no papel com idealismo e com muita seriedade. Depois vimos a Assembléia Metropolitana servir a um fundamento: dar aumento de passagem ao transporte metropolitano de Belo Horizonte. Nada mais do que isso; não exerceu nenhuma outra atividade, nem mesmo se aperfeiçoou e não teve condições de verificar as tarifas, o que é sua obrigação. Nem mesmo as questões ambiental e urbanística foram legisladas e aprovadas pela Assembléia Metropolitana. Essa é uma daquelas varinhas que tiramos desta Casa e passamos a outras pessoas, que só as utilizam para o mal. Muitas coisas precisam ser aperfeiçoadas.

A partir desta semana, debatarei a questão metropolitana, porque participei da sua concepção na Constituição. Acredito que ela não deve ser utilizada politicamente para A ou B; muito menos como forma de se locupletarem A ou B.

Digo a V. Exa. que esse é um ponto que tiramos da Assembléia Legislativa para dá-lo a poderes mais próximos do povo. Mas, na época, não sabíamos que seria utilizado quase que apenas para que algumas pessoas se locupletassem. Participarei ativamente das discussões, porque não quero ver aquilo que coloquei na Constituição Estadual ter suas finalidades deturpadas simplesmente para atender ao ego e a interesses partidários de algumas pessoas inescrupulosas. Obrigado.

O Deputado Roberto Carvalho - Concluirei o pensamento exposto pelo Deputado Irani Barbosa. O Presidente atual da GRAMBEL tem feito coro com suas palavras. A idéia é termos uma Assembléia Metropolitana que resgate os seus sonhos e ideais. Realmente esperamos que ela dê respostas e soluções democráticas aos grandes problemas, com a participação popular, requalificando a participação dos diversos entes. A legislação deve ser reformulada e aperfeiçoada sempre. Aliás, o ser humano está aí para isso. Infelizmente, as suas palavras correspondem ao que aconteceu. Esperamos contribuir para que isso não ocorra mais.

O Deputado Carlos Pimenta (em aparte) - Quero participar do seu pronunciamento para me referir ao prédio do CARDIOMINAS.

Tive oportunidade, juntamente com outros companheiros, de participar de uma reunião em que votamos o projeto de cessão de uso daquele prédio à Santa Casa de Belo Horizonte. O primeiro prazo já se esgotou, e também está vencendo o segundo. Aquele prédio está praticamente há 10 anos à disposição da Santa Casa.

A idéia de se construir ali um centro de especialização, principalmente para atender à grande demanda do SUS, poderá ser levada a efeito, desde que haja consenso. Esta Assembléia não pode incorrer no risco de prorrogar esse prazo, continuando o prédio sem uso, cortando os corações de todas as pessoas que por ali passam.

Gostaria de propor a V. Exa., antes de analisarmos o projeto, ampla audiência com a participação da Santa Casa, do Governo do Estado - que já está prorrogando o prazo por mais quatro anos -, do Governo Federal e da Prefeitura porque, da forma em que o projeto está, com certeza esbarará em resistência, inclusive a minha. Precisamos colocar um ponto final nessa história. Aquilo é uma vergonha administrativa e política. Esta Casa não pode correr o risco de votar um projeto que permita continuar ali aquele esqueleto branco - não é elefante branco. A Comissão de Saúde está aberta para discussões profundas sobre o prédio do CARDIOMINAS.

Parabéns pelo seu trabalho e pelo seu pensamento. Vamos tentar apagar de vez esta página negra da história de Minas Gerais.

O Deputado Roberto Carvalho* - Concordo plenamente com todas as suas palavras. Vamos entrar juntos com esse requerimento na Comissão de Saúde. Podemos trazer os Secretários Estadual e Municipal de Saúde.

Eu, juntamente com a Deputada Jô Moraes, que aqui está, acompanhamos aquela grande crise da Santa Casa, que, felizmente, está sendo superada, exatamente porque o provedor, Sr. Saulo Coelho, chamou o Estado e a Prefeitura de Belo Horizonte para ajudar na sua administração. O Governo Federal também acompanha a administração. A Santa Casa vive hoje um processo de reorganização e de soerguimento.

Na comissão foi colocado que, se a Santa Casa sobrevive com mais de 90% de recursos do SUS, seria legítimo que os órgãos responsáveis pela

aplicação das verbas do SUS acompanhassem sua administração. A Santa Casa vive um outro momento, e será extremamente esclarecedora essa audiência pública na comissão. A proposta é nova e vai ao encontro de suas palavras.

Tenho certeza de que esta Casa ficará vigilante e contribuirá para que o CARDIOMINAS deixe de ser um fantasma e se transforme em solução, motivo pelo qual foi criado. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público que nos acompanha pela TV Assembléia, gostaria de tratar novamente das questões que envolvem a segurança pública de nosso Estado.

Estou de posse de uma matéria publicada no "Minas Gerais" do dia 7/4/2005: "Polícias Militar e Civil reforçam processo Integração". O texto, em seus três primeiros parágrafos, diz o seguinte: "O Comandante da 8ª Região da Polícia Militar de Minas Gerais, Cel.-PM Renato Vieira de Souza, e o Diretor do 1º Departamento de Polícia Civil, ex-METROPOL, Delegado-Geral Francisco Carvalho, promoveram ontem o encontro das Áreas Integradas de Segurança Pública - AISP's - da Capital, com a participação dos seis Comandantes de batalhões da Polícia Militar e dos seis Delegados Seccionais da Polícia Civil de Belo Horizonte. A reunião atendeu à determinação do Secretário de Estado de Defesa Social, Antônio Augusto Anastasia, de aprofundar o processo de integração entre as polícias.

De acordo com o Cel. Renato de Souza, entre outras questões abordadas discutiu-se a importância da agilização na liberação de viaturas durante o processo de flagrantes policiais." O Delegado Gustavo Botelho Neto, coordenador especial do 1º Departamento de Polícia Civil, disse que o encontro reforçou a importância da integração e traçou diretrizes para a organização de operações policiais conjuntas. A orientação do Chefe de Polícia Civil, Delegado Otto Teixeira Filho, é que seja dedicado total empenho no processo de integração para a melhoria da prestação do serviço de segurança pública à população.

Belo Horizonte é o projeto pioneiro do sistema integrado da Secretaria de Defesa Social, das áreas integradas de segurança pública.

Sr. Presidente, temos a matéria do jornal "O Tempo", datada de 1º/5/2005, do articulista Igor Veiga, com a seguinte manchete e teor: "Dez horas para encerrar uma ocorrência policial. A Polícia Militar levou cerca de dez horas para encerrar uma ocorrência na madrugada de ontem. O fato teve início por volta de 1h30min, quando policiais do batalhão da Rondas Táticas Metropolitanas - ROTAM - trocaram tiros com supostos criminosos na favela Suvaco das Cobras, no Bairro Califórnia, região Noroeste de Belo Horizonte. Uma pessoa morreu. Os policiais militares só conseguiram entregar o caso à Polícia Civil às 11h30min, depois de passarem por três delegacias.

O fato ocupou duas viaturas e seis policiais militares. Em entrevista ao jornal 'O Tempo' na última semana, o Secretário de Estado de Defesa Social, Antônio Augusto Anastasia, afirmou que não vai mais admitir que viaturas gastem horas tentando dar andamento a ocorrência porque não consegue registrá-la em nenhuma delegacia. 'Estamos empenhados em que essa vinculação da viatura com a ocorrência termine na primeira delegacia, de modo que a viatura possa voltar para as ruas o mais rápido possível', declarou o Secretário, na ocasião. Ontem, por meio de sua assessoria, Anastasia informou que irá determinar a apuração do fato. 'Se for detectada alguma infração às normas, os responsáveis serão punidos'.

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, retorno a esse tema tão importante da segurança pública no nosso Estado porque passamos quatro anos da legislatura passada tratando do problema da integração. V. Exa. e os demais Deputados da Casa tiveram oportunidade de aprovar o Projeto de Lei nº 13.968, de junho de 2001, de nossa autoria, que tratou da integração e determinou o acesso comum a informações e arquivos criminais das duas polícias. Até então uma polícia sonegava informação, cada uma à outra. Tínhamos a Polícia Militar, ostensiva, 24 horas na rua, mas que não tinha acesso ao banco de dados. Não se podia saber se o cidadão era foragido de alguma penitenciária, cadeia pública, de um CERESP ou se tinha passagem pela polícia. Isso só foi possível porque aprovamos essa lei, que foi sancionada pelo ex-Governador Itamar Franco em junho de 2001.

Verificamos que essa integração não ocorreu por falta de boa-vontade ou orientação do Chefe da Polícia Civil ou falta de determinação do Secretário Antônio Augusto Anastasia, mas pela resistência que as corporações ainda têm de promover efetivamente a integração.

Sr. Presidente, se, em vez de uma viatura da Polícia Militar ficar dez horas tentando viabilizar uma ocorrência em uma delegacia, o recebimento dos presos ou da ocorrência com o material apreendido for realizado, essa viatura estará liberada para atender novamente à população, quando for acionada pelo 190.

Por isso, o tema da integração é de fundamental importância para avançarmos na área da segurança pública.

Parabenizo o Governador Aécio Neves, pois foi o único que teve coragem de mexer nessa ferida. As corporações relutam, ou seja, falam o mesmo idioma, mas possuem dialetos diferentes, com os quais precisamos acabar. A única linguagem que podemos aceitar é a da integração, da harmonia. Integração não significa apenas receber uma ocorrência no chamado flagrante inteligente. Ouve-se o condutor da ocorrência, que é estipulado entre os patrulheiros da guarnição policial militar, libera-se a viatura imediatamente e ela retorna ao patrulhamento para atender à população de imediato, já que as carências e as dificuldades são inúmeras.

Reafirmamos nossos cumprimentos ao Governador, que vem adotando programas, ações, não só no campo da repressão e do controle social, mas também no campo da prevenção social. O Programa Fica Vivo faz isso, pois procura identificar, em áreas de riscos, as crianças e os adolescentes que se encontram em situações que podem ser cooptados pelo tráfico de drogas e pela criminalidade. Esse programa traz um alento: esporte, cultura, música, gincanas e outras ações que o Governo vem desempenhando e ampliando em áreas de risco, como o Morro das Pedras, a Cabana do Pai Tomás, a Pedreira Prado Lopes, etc. Não podemos permitir que situações como essa continuem ocorrendo. O Secretário Anastasia precisa ter pulso firme. O Cel. Sócrates, Comandante-Geral da Polícia Militar, e o Dr. Otto Teixeira Filho, Chefe da Polícia Civil, não podem permitir que ocorram situações como essa nem que o chamado flagrante inteligente possa liberar, de imediato, aos patrulheiros da Polícia Militar, quando da entrega de uma ocorrência policial. A Comissão de Segurança Pública, da qual faço parte, está atenta.

O Governador teve a coragem política de promover a integração, criando a Secretaria de Defesa Social e subordinando as forças policiais a um único Secretário. Não é possível que assistamos passivamente a uma fatalidade dessas, ou seja, a população ficar sem viatura por dez horas, porque ela estava tentando entregar uma ocorrência policial em uma delegacia. Queremos uma ação desse Governo. Consideramos de extrema valia a ação anunciada ontem, em Uberaba, onde o Governador esteve.

Segundo a matéria publicada no "Minas Gerais" de hoje, o Governador, dentro do programa de habitação Lares Gerais, Segurança Pública, anunciou a cessão de terreno de mais de 370.000m² para a construção de casas para policiais militares e civis e Bombeiros lotados no Município de Uberaba. Segundo ele, a previsão é que essa área atenda a 500 famílias no município.

É de minha autoria, e do ex-Deputado Anderson Adauto, a Lei nº 13.608, sancionada pelo Governador Itamar Franco em 30/6/2000, que possibilitou o Governo a fazer a entrega desse terreno. Com essa lei, o Governador avançará na construção de moradias populares para os agentes de segurança pública, ou seja, os policiais civis e militares, os Bombeiros e Agentes Penitenciários, que estão incluídos no programa Lares Gerais, Segurança Pública.

Pela primeira vez na história constatamos uma vontade concreta e efetiva do Governo do Estado em relação à moradia dos servidores públicos, que diariamente correm grande risco de morrer. Fazemos esse registro e lembramos aos nobres colegas parlamentares que cerca de 29 policiais civis e militares, Bombeiros e Agentes Penitenciários morreram em serviço em 2003. No ano de 2004 esse número aumentou para 33. É nesse aspecto, Sr. Presidente, que cumprimentamos o Governador Aécio Neves, tendo em vista que as famílias dos agentes da segurança pública possuem uma casa digna, um local adequado para morar. Dessa forma, as possibilidades de risco do local onde vivem suas esposas e seus filhos são reduzidos drasticamente. Isso nos permite avançar um pouco mais. Portanto, reafirmamos o nosso compromisso com o Governador Aécio Neves, parabenizando-o.

Há outras propostas que tratam do assunto, como o Projeto de Lei nº 1.836/2004. Identificamos terrenos ociosos do Estado nos Municípios de Teófilo Ottoni, Patos de Minas e Itabira. Com a mesma boa-vontade e firmeza, esperamos que o Governador, por meio dessa lei autorizadora, de que tive a felicidade de ser autor, solicite a agilidade da tramitação dessa matéria à sua base. Faça ainda um apelo ao Presidente desta Casa, Deputado Mauri Torres, para que inclua a matéria na pauta. Ela tem o mesmo objetivo da Lei nº 13.608, que possibilitou a entrega do terreno, ótimo para moradia, que fica atrás do 4º Batalhão de Uberaba. Essa decisão foi anunciada ontem pelo Governador. Então, Sr. Presidente, podemos muito bem construir moradias populares para os servidores da segurança pública em terrenos desse tipo, conforme dispõe o projeto, o que será uma grande e efetiva contribuição para o setor. Os agentes necessitam do mínimo de segurança para suas esposas e seus filhos, além de um lar digno, para poderem ir ao trabalho e atender ao cidadão com qualidade, tranquilidade e consciência.

Portanto, Sr. Presidente, encerramos o nosso pronunciamento solicitando a V. Exa. que inclua na pauta de votação o Projeto de Lei nº 1.836/2004, para que o Governador tenha mais uma lei autorizadora que lhe dê condições de avanço no Programa Lares Gerais, concretizando as suas propostas, como a de Uberaba. Cumprimentamos e parabenizamos o Governador Aécio Neves por mais essa etapa vencida em direção à segurança pública de Minas Gerais.

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, Deputado Mauri Torres, nobres colegas Deputados e Deputadas, venho hoje a esta tribuna para bater numa tecla surrada de tanto ser lembrada, especialmente pelo Bloco PT-PCdoB. Ela diz respeito ao descaso com que o Governo do Estado vem tratando os servidores públicos. Antes de entrar nesse assunto especificamente, solicito à Presidência que ponha em pauta também o projeto, do Deputado Sargento Rodrigues, que cria o Fundo Estadual de Segurança Pública. Aliás, o Fundo Nacional de Segurança Pública já existe. Insistem que a segurança pública em Minas Gerais anda às mil maravilhas. Na verdade, ela vai muito mal. É preciso arrumá-la, senão não teremos como avançar numa concepção mais pública de segurança.

Lembro a todos que o Deputado Sargento Rodrigues é autor da lei que cria esse Fundo. Na época, fui relator. Talvez esse seja o projeto mais importante apresentado pelo Deputado Sargento Rodrigues na Comissão de Segurança Pública nestes anos.

Insisto com o Presidente para que entre em pauta não somente o projeto solicitado pelo Deputado Sargento Rodrigues, que, aliás, precisa de entrar, mas também o do Fundo Estadual de Segurança Pública. Durante todo esse tempo, o Deputado Sargento Rodrigues tem reivindicado isso com veemência. Como relator do projeto, ajudo-o para executarmos essa meta de criar o Fundo Estadual de Segurança Pública.

Como os servidores públicos têm sido maltratados pelo Governo do Estado, esse é o assunto que me traz a esta tribuna.

O Deputado Sargento Rodrigues (em aparte) - Serei breve. Parabenizo V. Exa. por lembrar o Projeto de Lei nº 823/2004, de nossa autoria. V. Exa. é relator desse projeto, que tem grande relevância para a área de segurança pública. Na prática, ele vincula as taxas de segurança pública, pagas pelo cidadão durante todo o ano, ao Fundo Estadual de Segurança Pública.

Deputado Rogério Correia, como todos os Deputados, V. Exa. e eu viajamos pelo interior do Estado. Pelo menos, com ele, não teremos Polícia Militar ou Civil nem Governo dependendo de convênios com as Prefeituras. Como o Prefeito, muitas vezes, numa ação politiqueria e mesquinha, não realiza o convênio, a instituição fica sem dinheiro para pôr gasolina no veículo e comprar material para o escritório. Esse projeto vincula as taxas e resolve definitivamente o problema logístico das forças de segurança pública no Estado.

Esse projeto é de grande valia. Numa próxima audiência com o Governador, espero sensibilizá-lo. É preciso que seja pelo menos aplicado na sua totalidade. Se avançarmos em 50%, certamente daremos uma grande contribuição ao Estado.

Deputado Rogério Correia, parabenizo V. Exa. por lembrar nosso projeto, do qual foi relator com muita propriedade. Muito obrigado.

O Deputado Rogério Correia - Deputado Sargento Rodrigues, muito obrigado. Desejo a V. Exa. boa sorte na tentativa de convencer o Governador dessa empreitada. Como estará com o Governador, aproveite para dizer-lhe que os veículos da polícia não podem ficar sem gasolina. É preciso que esses convênios e o Governo do Estado se responsabilizem pelo menos pela gasolina das viaturas das Polícias Militar e Civil. É preciso que o Governador ponha nas delegacias e nos quartéis policiais responsáveis pela segurança pública no Estado. Diga isso a ele. De fato, escutamos dos Prefeitos, dos Vereadores e da população em geral grande reclamação, porque nem sequer gasolina a polícia tem recebido para funcionar.

Sr. Presidente, recebo inúmeras cartas de diversos setores dos servidores públicos solicitando tratamento mais digno do Governo do Estado de Minas Gerais. Depois que o Governo anunciou o déficit zero, aumentou-se a expectativa dos servidores públicos...

Saúdo os estudantes que se encontram aqui e desejo-lhes, em nome de todos os Deputados, boas-vindas e um bom proveito do conhecimento que terão sobre o funcionamento da nossa Assembléia Legislativa.

Sr. Presidente, lembrava aqui que tenho recebido - e creio que vários Deputados também o têm - diversas reclamações e solicitações para que o Governador dê ao funcionalismo público estadual um tratamento mais digno do que vem dando. Essa é uma reclamação que, tenho certeza, todos os gabinetes têm recebido, principalmente depois que o Governador anunciou o chamado déficit zero. Já tive a oportunidade de aqui explicar a minha opinião de que não há nada de déficit zero. Trata-se apenas de uma jogada de "marketing" orçamentário.

Todo Prefeito envia para uma Câmara, e todo Governador faz isso, aquilo que espera arrecadar e aquilo que vai gastar, tendo como resultado zero. Então, todo Prefeito tem déficit zero no orçamento. O Governador conseguiu passar para Minas Gerais uma visão de que ele tem déficit zero no orçamento, como se fosse uma novidade. Até placa sobre isso o Governador inaugurou. Na falta de poder inaugurar outra coisa, inaugura-se uma placa de déficit zero. Todo Prefeito devia inaugurar uma, porque ele faz, no seu orçamento, a estimativa da receita do que gastou, que é exatamente aquilo que estimou. Então, é sempre zero. Nunca vi uma peça publicitária, um "marketing" tão grande, com tanto gasto financeiro para anunciar o nada, o zero de um orçamento. Na peça orçamentária, é deficitário. Isso não significa que, durante o ano, o

Governo conseguiu gastar simplesmente o que previu de arrecadação, mesmo porque Minas Gerais deve muito na área de saúde. Nos dois primeiros anos do Governador, investiram-se R\$1.000.000,00 a menos do que teria de ser investido, segundo a Emenda à Constituição nº 29. Os estudantes de Direito sabem que isso é uma determinação da Constituição Federal. Aqui, em Minas Gerais, o Governador não gasta o que manda a Constituição Federal com a área de saúde. Além disso, quando foi renegociada a dívida pelo então Governador Eduardo Azeredo, ela era de R\$17.000.000.000,00. O próprio Governador, esquecendo-se do anúncio do déficit zero, anunciou este ano que a dívida tinha crescido demais, reclamando, mais uma vez, do Governo Federal, o que lhe é peculiar, e dizendo que a dívida subiu para R\$38.000.000.000,00. Subiu porque esse contrato de pagamento de dívida foi feito, e malfeito, pelo ex-Governador Eduardo Azeredo, junto com o Presidente Fernando Henrique Cardoso, vinculando a dívida ao IGP-DI, e não ao processo inflacionário real do IPCA.

Então, esse caos posto em Minas Gerais leva o Governador a fabricar "marketing" como esse do déficit zero. Isso acabou gerando no funcionalismo público uma expectativa, acrescida da promessa do Governador de enviar para a Assembléia Legislativa as tabelas salariais do funcionalismo público, após a aprovação do plano de carreira. Os servidores públicos não se esquecem desse compromisso.

Recebo várias cartas de professores e funcionários por dia, e, com certeza, outros Deputados devem receber também. Estou aqui com uma delas. Não lerei aqui o nome dos professores e dos funcionários que as mandam para mim, porque agora há um processo de avaliação de desempenho, que me parece não ser para progressão na carreira, mesmo porque não há carreira para se progredir. Não se sabe para que se está fazendo essa avaliação. Os servidores ficam temerosos de alguma retaliação. Eis o motivo pelo qual não lerei os nomes. Se os Deputados quiserem ter acesso a eles, estão aqui os nomes e os MASP's.

A carta que tenho em mão, por exemplo, é de uma professora, que diz: "Como deve ser do seu conhecimento, Deputado, há 12 anos não temos reajuste salarial. Ao longo desse tempo, vimos tentando mostrar que nossa situação financeira se agravava..." É bom ressaltar para os que estão aqui hoje nos visitando e para aqueles que nos assistem pela TV Assembléia que uma professora de 1ª à 4ª série no Estado de Minas Gerais ganha, de piso salarial, R\$212,00. Vejam que o piso é menor que o salário mínimo. O Governador fica falando em déficit zero, mas se esquece de que o déficit social é imenso.

Essa professora segue falando.

Segue a carta: "Quase três anos já se passaram e, até a presente data, nada se fez para que pudesse melhorar nossa qualidade de vida. Ao contrário, a cada dia que passa, sentimos maior dificuldade para sobreviver. Em muito perdemos nosso poder aquisitivo e nos encontramos hoje em uma situação aviltante, pois nenhuma proposta foi levada ao conhecimento desta Assembléia, e assim caímos no esquecimento dos poderes públicos".

Ou seja, fala da tabela e da eleição do Governador. Continua pedindo justiça, reclamando das condições da educação. Essa foi uma das cartas que recebi hoje. Recebi também uma carta de uma funcionária do IPSEMG. "Lotada na Diretoria tal, na cidade de Pedra Azul, com o salário vergonhoso de R\$485,00, sem aumento há mais de dez anos, sou esposa de fulano de tal, reclamo: temos um desconto de R\$57,18 de contribuição do IPSEMG e de R\$16,63 de desconto de assistência médica. Porém, na cidade de Pedra Azul não existe médico credenciado para o atendimento". Tenho aqui também um abaixo-assinado remetido pela Escola Estadual Vítor Gonçalves de Souza, de Itaúna. Vou dizer o nome. Todos os professores assinaram, e não é possível que mandem todos embora. São profissionais da educação que estão pedindo a tabela salarial. Entregaram essa carta ao Deputado Sávio Souza Cruz, a mim e ao Secretário de Reforma Agrária, Neider Moreira. Se os Deputados quiserem ler as cartas dos servidores públicos, nas quais eles contam seus dramas, saberão que são muitos. Fica aqui, mais uma vez, um apelo ao Governador para que nos envie a tabela salarial. Não é possível que essa tabela não seja enviada. Trata-se de um compromisso que o Governador fez conosco. Essa não é uma conquista do PT e do PCdoB. Cada um dos Deputados do PSDB, do PFL, do PTB, do PL, enfim, de todos os partidos, assumiu o compromisso com o Governador de aprovar o plano de carreira, mas as tabelas salariais seriam enviadas posteriormente.

Aproveito o dia de hoje para fazer esse apelo porque existem quatro projetos do Governador, nos quais há pedido de empréstimo. Quanto a maioria deles, votaremos favoravelmente. O nosso Líder vai encaminhar, mas é preciso dizer ao Governador que ele não pode endividar mais o Estado, esquecendo-se de reforçar os serviços públicos de saúde, educação. Também não poderá se esquecer do IPSEMG, da fiscalização, da administração, do planejamento, enfim, de todas as áreas que se encontram em estado de precariedade por falta de prioridades. Esse é o apelo que fazemos, vinculando-o ao pedido de empréstimo do Governador. Ele diz que zerou o déficit; agora está pedindo dinheiro emprestado. Pedimos que não se esqueça dos servidores públicos do Estado de Minas Gerais que estão numa situação muito delicada e que, infelizmente, não recebem uma resposta.

O Deputado André Quintão (em aparte) - Nobre Deputado Rogério Correia, estudantes de Barbacena que acompanham nossos trabalhos, na condição de Líder do Bloco PT-PCdoB parabenizo V. Exa. Neste final de semana, visitei várias cidades do Norte de Minas, do Jequitinhonha, onde a reclamação é unânime. Os servidores querem o cumprimento, a concretização dos planos de carreira, que depende fundamentalmente das tabelas remuneratórias. No conjunto desses empréstimos, estamos discutindo modernização, maior eficiência do serviço público em Minas, eficiência que passa também pela adequada valorização do servidor público. O servidor público deve qualificar-se, sentir-se motivado para desempenhar seu papel perante a população. O Bloco PT-PCdoB está firme nessa luta, assim como os demais partidos, com o objetivo de, ainda neste semestre, analisarmos e votarmos a maioria das tabelas remuneratórias que serão enviadas a esta Casa. Muito obrigado.

O Deputado Rogério Correia - Para terminar, gostaria de ler parte de uma outra carta que diz o seguinte: "Vale lembrar que o aumento do salário mínimo nacional já está assegurado a partir do dia 1º de maio".

Dessa forma, como ficamos? O salário mínimo está sempre sendo reajustado, e o nosso salário nem mesmo é corrigido de acordo com o percentual concedido para o salário mínimo. O salário mínimo, de fato, é pouco. O próprio Presidente da República disse que foi um avanço, mas ainda é pouco.

No entanto, os professores e os funcionários públicos não tiveram sequer o reajuste do salário mínimo. Realmente, o Governador precisa olhar um pouco mais para os servidores públicos e para o serviço público em Minas Gerais. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Edson Rezende - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, turma de direito da UNIPAC, alunos, vindos de nossa querida Barbacena, temos o prazer de recebê-los na nossa terra querida. Bem-vindos a esta Casa.

Sr. Presidente, farei um comentário sobre a Mercedes-Benz. No dia 29/4/2005, a Comissão de Assuntos Municipais realizou uma audiência pública em Juiz de Fora. Na semana passada, constituiu o comitê de acompanhamento das negociações da Mercedes-Benz com os poderes públicos deste País. Questionamos a Mercedes, pois ela havia dito que aquela fábrica não seria fechada, mas também não apresentava nenhum produto, nem dizia qual carro seria fabricado, já que o Classe A encerrará sua produção em meados do segundo semestre, e o Smart não mais será produzido. Essa foi a forma utilizada pela Mercedes para o adiamento de uma resposta.

Dessa forma, a Comissão de Assuntos Municipais vem fazendo um trabalho fundamental de articular as forças políticas, as lideranças e os sindicatos dos metalúrgicos de Juiz de Fora para resolver esse problema nacional. Uma empresa, como a Mercedes-Benz, extremamente rica, uma transnacional de um país muito rico, que obteve do Governo tucano tratamento com subsídios e com investimentos diretos, não poderia

deixar a cidade sem que fizéssemos uma discussão e exigíssemos uma resposta mais substancial sobre seu fechamento. Porque foi investida uma relevante soma de dinheiro público, a Mercedes-Benz não pode dar um simples adeus sem dizer nada.

Queremos dizer que trata-se de um rol que abrange desde mudanças da legislação, passando pela doação de um terreno com a área de 2.800.000m² e pela execução de obras de infra-estrutura em áreas como a de energia elétrica e saneamento e atinge, por fim, amplos financiamentos e isenção tributária. Em contrapartida, a empresa deveria gerar incrementos na economia do Estado e da região, com a geração de 1.500 empregos diretos e 6 mil indiretos, fato que nunca se concretizou.

Historicamente, senhoras e senhores, a implantação da Mercedes-Benz no Estado de Minas Gerais está inserida em um contexto de federalismo fiscal, estabelecido após a Constituição de 1988, o qual trouxe consigo uma competição predatória entre os Estados, que passaram a utilizar uma estratégia de concessão de benefícios fiscais para a atração de empresas.

Essa relação conflituosa na esfera da Federação se acentuou nos anos 90, em virtude da recessão por que passou o País, com baixas taxas de crescimento. Nesse mesmo período houve grande centralização no que diz respeito à definição de políticas públicas e à tributação, com a União exercendo posição de supremacia em detrimento de Estados e municípios.

Paralelamente, observou-se, no bojo das idéias expressadas pelo chamado Plano Diretor de Reforma do Estado, uma modificação no papel a ser desempenhado pelo Estado, que passaria a ser diminuído. Nesse âmbito, ocorreu um processo amplo de privatizações. Vê-se, pois, que, em fins dos anos 90, quando a Mercedes-Benz vem para Minas Gerais, o Governo Estadual se encontra em péssima situação financeira, em virtude do centralismo fiscal e da estabilidade da moeda, e implementando com rigor a cartilha neoliberal.

É esse mesmo governo que, pregando a liberdade do mercado e a restrição do Estado ao papel de fornecedor de poucos serviços públicos, considerados essenciais, como saúde, educação, etc., resolve, em um dado momento, intervir na economia oferecendo a uma grande transnacional imensos subsídios para sua instalação no Estado.

Sem dinheiro para investimento público em áreas essenciais, o Governo Azeredo jogou uns tantos milhões para a Mercedes-Benz, que, por seu turno, como outras empresas, viu-se em situação privilegiada, dando-se ao luxo de escolher onde instalar sua indústria.

Com efeito, houve um verdadeiro leilão entre os Estados, como já ocorrera em outras situações, visando a atrair a Mercedes-Benz. Na reta final, ficaram na disputa os Estados de São Paulo, Santa Catarina e Minas Gerais. E Juiz de Fora foi, enfim, a escolhida.

Para obter essa indústria, o Estado de Minas Gerais e o Município de Juiz de Fora tiveram de fazer inúmeras concessões, as quais se encontram estabelecidas no protocolo e no contrato aludidos. Para atender às necessidades do empreendimento, algumas leis foram aprovadas, a saber: a Lei nº 12.228 e a Lei nº 12.249, além de legislação municipal alterando o zoneamento urbano de Juiz de Fora e isentando a Mercedes-Benz de pagar tributos municipais.

A Lei nº 12.228 criou o FUNDIEST, e a Lei nº 12.249 autorizou a doação de 2.700.000m² para a Mercedes-Benz, isentando-a de pagar o ITCD - valor estimado do terreno entre R\$ 12.000.000,00 e R\$15.000.000,00.

O FUNDIEST é um fundo constituído de recursos do Estado, com a finalidade de fomentar a implantação de indústrias de grande porte em Minas Gerais. Há uma linha para investimento fixo e outra para capital de giro.

O BDMG é o agente financeiro do projeto e pode transigir em caso de penalidades cometidas pela empresa. Vejam bem isso.

A Secretaria de Desenvolvimento é hoje o órgão gestor. O funcionamento do Fundo é na forma da restituição de impostos pagos pela empresa. A Mercedes-Benz recolhe o ICMS em um mês e, no mês seguinte, 70% do valor são devolvidos à empresa na forma de financiamento. Com isso, não houve crescimento na arrecadação, embora tenha aumentado a arrecadação do Município de Juiz de Fora, porque o Valor Adicionado Fiscal - VAF -, usado para cálculo dos repasses do ICMS, considera não a receita, mas a movimentação econômica. Consta que cerca de R\$1.500.000.000,00 foram financiados pelo FUNDIEST à empresa.

A Prefeitura de Juiz de Fora, além de ter de se preocupar com a energia elétrica, com a obra e com o terreno, também procedeu à retificação do curso do rio Paraibuna e ao aparelhamento do aeroporto. Um aeroporto está sendo construído em Juiz de Fora, de acordo com esse conceito de atender a Mercedes-Benz, que está anunciando que poderá se despedir da cidade. Como ficarão os investimentos com o aeroporto da cidade, que atende a um dos pilares desse contrato, referente ao seu aparelhamento? Houve um investimento público de grande envergadura e em grande quantidade. Somente pelo FUNDIEST, foram financiados R\$1.500.000.000,00; pelo PROIM, R\$112.000.000,00; e, pelo BDMG, R\$325.000.000,00. Ainda há outros milhões sendo investidos e um aeroporto que não sabemos se servirá para o que foi construído.

Essa situação é grave. Nós, do poder público, temos de estar questionando e buscando encaminhar um processo para que a empresa volte a produzir os empregos que prometeu, promessa que, até hoje, não cumpriu. Aquela fábrica tem de ser mantida, não como montadora unicamente, como consta do jornal "Estado de Minas", na seguinte fala do Governador Aécio Neves: "Podem ficar tranquilos que a empresa voltará, já que o carro CKD será montado em Juiz de Fora. Portanto, os empregos serão mantidos". Na verdade, o que o sindicato expressa aqui é o retrato do que pode acontecer, pois as peças desse carro vêm da Alemanha. Como diz o Presidente do sindicato, Geraldo Verneck, o carro passará por Juiz de Fora somente para que os seus parafusos sejam apertados. Depois, será exportado para os Estados Unidos. Não haverá geração de empregos, e a fábrica não será o que desejamos, mas simplesmente uma montadora, gerando uns 300 empregos, sem resolver o nosso problema de manutenção da fábrica por, no mínimo, 20 anos, conforme está garantido no contrato assinado entre a empresa, a Prefeitura de Juiz de Fora e o Governo de Minas Gerais. Concedo aparte ao Deputado Biel Rocha, nosso Deputado Estadual de Juiz de Fora.

O Deputado Biel Rocha (em aparte) - Obrigado, Deputado Edson Rezende. Parabenizo-o por esse belo discurso. Reafirmo o que já falei na Comissão de Regionalização e Assuntos Municipais, em que V. Exa., como Vice-Presidente, o Deputado Leonardo Quintão, como Presidente, e o Deputado Sebastião Helvécio têm-se empenhado e acompanhado essa angústia do povo de Juiz de Fora e de Minas Gerais.

No dia 1º de abril, a Mercedes-Benz anunciou, da Alemanha, que cancelará a produção do Classe A e o projeto do Smart, modelo que seria produzido em Juiz de Fora a partir de fevereiro do ano que vem. Com essa notícia, esta Comissão se fez presente em Juiz de Fora, junto ao Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos, para iniciar um processo de discussão sobre a cobrança da empresa Mercedes-Benz do compromisso assumido com Juiz de Fora e com Minas Gerais, pois jamais uma cidade e um Estado ofereceram tanto a uma empresa, para que se instalasse e gerasse 1.500 empregos. Atualmente, 1.160 empregos foram gerados em Juiz de Fora. O anúncio da Daimler-Crysler ao Governo de Minas Gerais sobre o cancelamento do processo de produção denominado CKD já aconteceu em Juiz de Fora em 2001. Paralelamente à produção do Classe A, esse processo CKD foi introduzido para que apenas fossem apertadas algumas porcas, pois já vem montado, necessitando apenas de um ajuste, a fim de ser exportado aos Estados Unidos.

Dessa forma, são gerados, no máximo, 290 empregos.

Na mesma reportagem, o sindicato informa que, na cidade do Cairu, 20 mil veículos são produzidos por ano pelo CKD, gerando 310 empregos. Em Juiz de Fora, a previsão é de 7 mil veículos por ano pelo mesmo processo. Basta fazer um paralelo para ver que não serão gerados sequer 250 empregos. Não é isso que esperamos. Desejamos que a Mercedes cumpra seu compromisso com o Estado e com Juiz de Fora e gere 1.500 empregos. Parabenizo-o e reafirmo o compromisso do Comitê - criado no âmbito da comissão que V. Exa. integra -, que se faz presente, articulando as forças políticas para negociar com o grupo Daimler e cobrar permanentemente o compromisso assumido com Juiz de Fora.

O Deputado Edson Rezende* - Obrigado. O Deputado Sebastião Helvécio coordena o Comitê, que conta, ainda, com a participação de V. Exa. e da própria Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização. Iremos marcar uma visita do Comitê em Juiz de Fora, num encontro que contará com a presença do Executivo e do Legislativo das esferas municipais, estaduais e federais, além da presença do Sindicato dos Metalúrgicos.

Na semana passada, estivemos com um repórter de um jornal de Stuttgart, cuja sede fica em frente a uma das fábricas da Mercedes-Benz. Ele nos questionou por que forças políticas entraram nessa discussão.

Então, explicamos que houve articulação política para a instalação da fábrica e, assim, não havia motivos para não lutarmos pela permanência da produção. Acreditamos que haja repercussão na Alemanha, pois expusemos, com clareza, que o problema da Mercedes em Juiz de Fora não é regional, mas nacional, porque envolve recursos públicos da União, do Estado e do município. Logo, o comitê é fundamental. A partir de sua criação, já tivemos resultados positivos. Acreditamos que conseguiremos fazer com que a fábrica volte a produzir pelos menos os 20 mil carros por ano, gerando 1.500 empregos diretos e 6 mil indiretos. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado André Quintão - Sr. Presidente, Deputados, Deputadas, nesta reunião, o Deputado Rogério Correia expôs a necessidade do envio das tabelas remuneratórias e a importância do fortalecimento do serviço público, especialmente nas áreas de atendimento e promoção da cidadania, como educação, saúde e assistência social. Quero mostrar um exemplo de valorização da educação no País. Na semana passada, a Assembléia realizou uma audiência pública, motivada por requerimento deste Deputado, reunindo as Comissões de Educação e de Participação Popular, para discutir a implantação do Fundo Nacional da Educação Básica em nosso País - FUNDEB.

Hoje, o FUNDEF garante recursos para o ensino fundamental, mas não há nenhum mecanismo de repasse automático de recursos para fortalecer o ensino médio e a educação infantil.

A pedido do Fórum Mineiro de Educação Infantil, a proposta de implantação do FUNDEB está sendo discutida pelo Governo Federal e em breve será encaminhada ao Congresso Nacional. Trata-se de um grande avanço no plano da educação. A educação infantil é um estágio fundamental de preparação para o ingresso no sistema de ensino, assim como é fundamental nos aspectos social e nutricional.

Nós, do PT, base de sustentação do Governo Lula, estamos muito felizes. Por meio do FUNDEB, o Governo Federal dará um salto em termos de recursos nos próximos anos, passando de R\$500.000.000,00 para R\$4.500.000.000,00. Por meio do FUNDEB, proposta do Governo Lula, estamos ampliando em nove vezes o recurso transferido para a educação no País. De 31 milhões de estudantes atendidos, passaremos para 48 milhões. O conjunto de investimentos no FUNDEB atingirá a cifra de R\$50.000.000.000,00, números incontestáveis do compromisso do Governo Federal com a educação. Educação básica, que compreende os ensinos infantil, fundamental e médio e educação universitária. O Governo Lula, por meio do PROUNI, está garantindo, já neste ano, o acesso de 113 mil estudantes de camadas populares pobres à universidade; está discutindo uma reforma universitária e tem atenção especial para com as regiões mais pobres do nosso Estado. É com muita alegria que vemos avançar, no Congresso Nacional, a tramitação do Projeto de Lei nº 4.300, que transforma as Faculdades Federais Integradas de Diamantina em Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e do Vale do Mucuri. Essa era uma grande reivindicação de toda a região e abre a possibilidade de um debate a respeito da implantação de unidades acadêmicas, não só em Diamantina, mas também no médio e no baixo Jequitinhonha e no vale do Mucuri, garantindo à juventude dessas regiões o acesso à universidade e possibilitando novas frentes de desenvolvimento naquela região.

Este é o momento fundamental para debater a política educacional no País. Nós, da Frente Parlamentar dos Direitos da Criança e do Adolescente, queremos um acompanhamento permanente da Assembléia Legislativa, por intermédio das comissões, junto com a sociedade civil organizada, para que, no conjunto das verbas destinadas à educação básica, a educação infantil receba um volume maior de aplicação, devido à particularidade de sua faixa etária, que exige maiores investimentos.

Parabenizo o Governo Lula, que ampliará em nove vezes o investimento na educação básica em nosso País. Acompanharemos o projeto no Congresso e o aperfeiçoaremos, especialmente no que se refere a um tratamento mais adequado à educação infantil.

Obrigado, Sr. Presidente. Os seis minutos foram suficientes para mostrar que o Governo Lula tem compromisso inequívoco com a educação em nosso País.

O Deputado André Quintão - Sr. Presidente, Deputado Rêmoló Aloise, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, nesta semana, a Assembléia Legislativa entrará na fase de votação de importantes projetos, entre eles, os de solicitação de autorização de empréstimos por parte do Governo Estadual. Desta tribuna, apresentarei a todos que nos acompanham a manifestação do Bloco PT-PCdoB com relação a cada projeto, de maneira didática, já que causam impacto na vida financeira do Estado. Caso sejam utilizados corretamente, alguns deles podem trazer avanços para algumas políticas públicas do Estado.

Primeiramente, tratarei do Projeto de Lei nº 2.008/2004, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito até o valor de US\$100.000.000,00 junto ao BID, destinado ao Pró-Acesso, programa de melhoria de acessibilidade de 224 municípios mineiros que ainda não dispõem de ligação asfáltica.

Nesta Casa, quando foi discutido o Plano Plurianual, aprovamos um projeto estruturador - Pró-Acesso -, que teve o apoio de todos os partidos, até mesmo do PT. Todos compreendemos a importância da infra-estrutura rodoviária para a promoção do desenvolvimento econômico no Estado. Sabemos que os municípios, principalmente os menores, sofrem muito com a falta da ligação asfáltica. Muitas vezes as estradas sem pavimentação, completamente intransitáveis no período de chuva, dificultam o escoamento dos produtos, o transporte escolar e até mesmo o direito sagrado de ir e vir dos cidadãos e cidadãs que residem em municípios menores, que são fundamentais num projeto integrado de desenvolvimento econômico e social em Minas Gerais.

A partir da CIDE, uma parcela significativa de recursos foi transferida pelo Governo Federal para os Estados brasileiros. Com isso, aumentou-se a possibilidade de ampliar as ações na infra-estrutura rodoviária. Ao analisarmos a execução orçamentária do Governo Estadual em 2004, percebemos que boa parte dos investimentos é fruto da transferência de verba federal, por meio da CIDE, para o Estado.

É evidente que um projeto de empréstimo que destina, especificamente, recursos para os 224 municípios pode acelerar o processo de ligação asfáltica no conjunto das cidades mineiras. Como já fizemos no Plano Plurianual, aprovaremos, agora, a autorização desse empréstimo de US\$100.000.000,00. Acompanharemos a execução do Programa, conhecendo em detalhes quais municípios terão as ligações realizadas, critérios de escolhas, prioridades, bem como acompanhamento das licitações e das obras para que, de fato, o recurso seja bem aplicado, melhorando a vida do cidadão mineiro que mora no município mais distante. O papel do Governo Federal, por meio da CIDE, a autorização de empréstimo por parte da Assembléia e o orçamento do Governo Estadual, juntos, podem acelerar a ligação asfáltica em 224 municípios mineiros. Portanto, o projeto tem nosso apoio, e já solicitamos que seja votado prioritariamente, porque atende ao interesse do cidadão mineiro.

Já o Projeto nº 2.006/2004 solicita um empréstimo de US\$10.000.000,00 junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento para a eletrificação rural - Pró-Noroeste -, beneficiando 19 municípios do Noroeste mineiro. Estamos sintonizados com esse esforço de eletrificação rural em Minas. No início do Governo, o Presidente Lula lançou o Luz para Todos. Quem mora na roça sabe o valor da eletrificação rural para sua vida cotidiana, para seu conforto e para geração de renda.

Nasci na roça e freqüentei uma pequena propriedade rural no Vale do Aço durante boa parte da minha vida. Acompanhei de perto a evolução da qualidade de vida após a eletrificação rural, principalmente nas imediações de Jaguarauçu e Marliéria, que ofereceu um filho da terra, meu tio e ex-Deputado Geraldo Quintão, que durante vários mandatos exerceu com dignidade sua ação política nesta Assembléia.

O Presidente Lula foi muito iluminado ao colocar como objetivo prioritário de seu Governo a eletrificação de todas as propriedades rurais do Brasil e de Minas. Essa autorização de empréstimo reforça a prioridade federal.

O Projeto de Lei nº 2.007/2004 trata da autorização de US\$10.000.000,00 para ampliar a produtividade da indústria mineira, com ações de apoio gerencial, assessoramento técnico e logística. Trata-se de uma linha contida nos projetos estruturadores do PPAG, portanto, um projeto importante para ser aprovado. Nesse projeto, Pró-Acesso, e no projeto de eletrificação rural, ainda que considerando importantes os objetivos, fizemos questão de apresentar uma emenda, que foi acolhida nas comissões com intervenção do Líder de Governo, Deputado Alberto Pinto Coelho, especialmente na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Essa emenda prevê, após firmado o contrato do Governo Estadual com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, remessa à Assembléia dos termos do contrato para que possamos acompanhar as condições do financiamento e o desembolso das parcelas, dotando-o, no monitoramento e no acompanhamento, de mecanismos de transferência desses recursos para o Estado.

O Projeto de Lei nº 2.178/2005 altera uma lei de 1998, que autorizou o Poder Executivo a realizar operação de crédito com o Banco do Nordeste para aplicar o recurso no PRODETUR Nordeste II. Esse projeto visa alterar cláusulas de garantia do pagamento junto ao Banco do Nordeste. É importante frisar que houve um acordo com o Governo para discutirmos melhor a aplicação do recurso do PRODETUR. O PRODETUR prevê ações de infra-estrutura, saneamento básico, implantação de modelo institucional integrado da gestão do turismo, capacitação de recursos humanos. Esse projeto gera grande expectativa para as regiões que ainda não alcançaram patamar de desenvolvimento capaz de dotar suas populações de melhor qualidade de vida. No semi-árido de Minas Gerais, há importantes pólos que, se incentivados, podem criar oportunidades de geração de emprego e renda por meio do turismo.

Eu e a Deputada Elisa Costa sabemos que o baixo, o médio e o alto Jequitinhonha têm amplas possibilidades de se tornar um importante roteiro turístico, ao associar turismo com cultura, por meio da vocação para o artesanato, da beleza cênica e dos importantes eventos realizados em algumas cidades. A região é um pólo de desenvolvimento em potencial que poderia ser objeto desses recursos.

Dessa forma, queremos saber: qual o plano de investimentos desses recursos? Tememos que os investimentos fiquem centrados em regiões importantes, mas que não têm a abrangência total do semi-árido, cujos municípios têm a Estrada Real como um vetor importante de desenvolvimento do turismo.

Somos grandes defensores do projeto Estrada Real. Votamos o projeto estruturador no PPAG, mas entendemos que esse projeto não pode absorver os recursos direcionados ao turismo no Estado, até porque o conceito de estrada real, se levado a fundo, pode compreender aquele roteiro que passa pelo Norte de Minas e adentra pelo Jequitinhonha até chegar ao litoral, ao Sul da Bahia.

Então, ao debater o PRODETUR, queremos ver as possibilidades de maior aporte de recursos para o vale do Jequitinhonha, para o Mucuri e para o Norte de Minas, que ampliará as possibilidades de geração de emprego e renda, por meio da associação do turismo, da cultura e do respeito ambiental.

O Deputado Ermano Batista incluiu várias emendas no PPAG em atenção ao São Mateus, ao Mucuri e às várias bacias hidrográficas daquela região, porque, se recuperadas, elas podem ser um forte pólo atrativo de pessoas que se instalarão nas imediações para atividades da cultura, do turismo e da pesca.

Sr. Presidente, discutiremos o PRODETUR, porque a Assembléia está votando uma cláusula alterando a garantia desse projeto.

O último projeto de empréstimo - e o mais polêmico -, o Projeto de Lei nº 2.004/2004, prevê um financiamento, autorização de empréstimo de US\$170.000.000,00 junto ao Banco Mundial, com o objetivo de ajudar a consolidar o ajuste estrutural no Estado de Minas Gerais.

Desde o início, entendemos que o projeto foi encaminhado a esta Casa de forma genérica no seu objetivo. Trata-se de um projeto com maior volume de recursos destinados - US\$170.000.000,00 -, que correspondem a aproximadamente meio bilhão de reais, praticamente 60% de tudo que o Estado investiu nos seus 31 projetos estruturadores em 2004. Portanto, trata-se de um relevante endividamento.

A justificativa para se consolidar o ajuste fiscal e estrutural do Estado merece da nossa parte algumas observações importantes. A primeira questão diz respeito ao ajuste, chamado déficit zero. Ao fazer um estudo aprofundado do assunto, sem tirar o mérito de várias iniciativas político-administrativas tomadas pelo Governo do Estado - algumas aprovadas por esta Casa, quando da apreciação do conjunto de projetos da chamada reforma administrativa no ano de 2003 -, percebemos que Minas passou a ter maior volume de recursos, oriundos de algumas fontes importantes. A primeira delas se refere ao ICMS, que cresceu mais de 12% ao longo desses dois anos. E por quê? Cresceu fundamentalmente porque o Brasil retomou a sua rota de crescimento econômico, que, em 2004, foi de 5,2%; o maior crescimento nos últimos dez anos com impacto direto na arrecadação do ICMS do Estado.

As receitas transferidas do Governo Federal para o Governo Estadual também cresceram 5,43%, englobando a Lei Kandir, o Fundo de Participação dos Estados, o FUNDEF e o SUS.

Tivemos crescimento de 55,43% das receitas transferidas, englobando Lei Kandir, Fundo de Participação dos Estados, FUNDEF, Sistema Único de Saúde. Por meio de ação do próprio Estado, houve crescimento de arrecadação no recolhimento da dívida ativa, o que foi importante, mas proporcionalmente pequeno, porque compôs em torno de 2% do volume total de arrecadação no Estado.

Entendemos que, com a economia nacional e com o sucesso da política macroeconômica do Governo Lula, direta ou indiretamente, houve avanços para o Estado. Como mineiros, ficamos felizes com isso, porque nosso Estado, com suas potencialidades, ingressou no processo de crescimento econômico do País.

O ajuste estrutural prevê outras iniciativas, que colocarei, de maneira didática, após conceder aparte à Deputada Elisa Costa.

A Deputada Elisa Costa (em aparte)* - Inicialmente, gostaria de parabenizá-lo por essa brilhante exposição. Admiramos muito o trabalho de nosso Líder, que unificou nossa bancada e o trabalho de oposição do Bloco PT-PCdoB nesta Casa.

Quero referir-me a essas quatro exposições relativas aos projetos que serão aprovados. De fato, o primeiro projeto da ordem de 100 milhões é fundamentalmente importante para o Estado de Minas Gerais. Nós, como grande parte dos Deputados e das Deputadas desta Casa, que temos viajado pelo interior de Minas, sabemos das dificuldades dos nossos municípios para fazer essa interligação ao asfalto, tão importante para o crescimento das nossas cidades e para o escoamento de nossa produção. Da mesma forma, como bem foi dito por V. Exa., a educação é importante. É preciso também fazer chegar o desenvolvimento às nossas comunidades rurais, atendendo a nossa população por meio da eletrificação e da infra-estrutura.

De fato, são bem-vindos projetos como o Pró-Acesso, com recursos do Governo Federal em parceria com o Governo de Minas. É uma iniciativa importante. Até o Presidente Lula tem falado, com preocupação, sobre o cuidado que quer ter com as estradas de Minas Gerais. É um passivo que recebeu uma herança dos últimos anos, que não foi atendida e que agora se faz urgente resolver em todo o Brasil. É necessária a recuperação, a ampliação e a duplicação das estradas, levando asfalto até as comunidades de Minas Gerais. De fato é um projeto importante que queremos acompanhar, mesmo apresentando outros municípios que também querem participar do Pró-Acesso, nessa importante obra de Minas Gerais.

Quero agradecer-lhe o trabalho que fez na Comissão de Fiscalização Financeira, quando apresentou uma emenda, dizendo ao Governo de Minas e aos Deputados da base do Governo que esse projeto precisava ser mais bem-esclarecido à população. De fato, um empréstimo de US\$170.000.000,00, cerca de R\$500.000.000,00, sem transparência, sem determinar em que será aplicado, apenas dizendo tratar-se de um ajuste estrutural para reforço de caixa e para melhorar a gestão, é algo muito vago.

Num debate na Comissão de Fiscalização, disseram que os recursos eram para segurança pública e para as PPPs, mas isso não veio explicitado no projeto, e a emenda apresentada pelo nosso Líder, Deputado André Quintão, não foi aceita pela Comissão nem pela base do Governo.

O debate precisa acontecer neste Plenário, para que possamos deixar transparente, para Minas Gerais, em que serão aplicados esses recursos. Nosso papel é o de acompanhar e fiscalizar, até porque todos sabemos que esses recursos têm de ter o aval do Governo Federal, do Tesouro Nacional, do Presidente Lula, como também devem ser aprovados pelo Senado. Em virtude disso, é preciso que a Assembléia Legislativa cumpra o papel de tornar transparente e esclarecer para onde vão esses recursos que Minas Gerais financia em longo prazo. O financiamento não será pago apenas por este Governo, mas também pelos próximos, com o comprometimento dos recursos de todos os que pagam impostos.

Registro ainda a preocupação dos Deputados André Quintão e Rogério Correia, 2º-Vice-Presidente desta Casa. Ele nos antecedeu e falou sobre as tabelas remuneratórias. Disse que os professores e as professoras recebem um piso de R\$212,00. Esses recursos poderiam também ser aplicados na melhoria da área da saúde em Minas. É o momento de realizarmos esse debate aqui na Assembléia Legislativa.

Parabenizo o Deputado pela brilhante exposição. Queremos ampliar o debate neste Plenário principalmente com o Líder do Governo, Deputado Alberto Pinto Coelho, e com o Deputado Rômulo Aloise. No que se refere aos US\$170.000.000,00, queremos que haja transparência. Muito obrigada.

O Deputado André Quintão - Muito obrigado, Deputada Elisa. Gostaria de apresentar de forma didática as nossas considerações sobre esse projeto. Fez-se uma observação sobre a importância que tem o Governo Federal na consolidação do ajuste fiscal do Estado. Eu diria que, na forma como o projeto chegou, não havia nenhuma vinculação às áreas de aplicação dos recursos. Havia o objetivo genérico de consolidação do ajuste fiscal. Em um outro momento, remetia ao objetivo de garantir a participação da iniciativa privada na oferta de serviços públicos. Também, de maneira genérica, sem vinculação direta ao programa de parceria público-privada, objeto de uma lei aprovada na Casa, abria brecha para uma terceirização ou mesmo privatização com recursos públicos de ações essenciais do Estado.

Originalmente, o projeto previa uma contrapartida financeira por parte do Governo estadual, ainda que não a especificasse. A partir do diálogo e do entendimento com o Líder do Governo, Deputado Alberto Pinto Coelho, foi possível realizar na Comissão de Fiscalização Financeira uma importante audiência pública, onde, com a presença de representantes do Governo Estadual, alguns pontos foram explicitados; outros suscitaram maiores dúvidas e maior necessidade de aperfeiçoamento do projeto.

Tivemos emendas aprovadas e rejeitadas. Algumas emendas aprovadas avançam, em primeiro lugar, para vincular os US\$170.000.000,00 aos projetos estruturadores que compõem o plano plurianual aprovado por esta Assembléia. O Bloco PT-PCdoB tem auxiliado o Governo no debate do plano plurianual. Em 2003 e 2004, promovemos audiências públicas em que várias emendas populares foram aprovadas. Uma delas deu origem ao projeto que dispõe sobre a inclusão social de famílias vulnerabilizadas. Portanto, defendemos uma valorização do plano plurianual que resgata a idéia de fortalecimento do planejamento público.

É lógico que o Bloco PT-PCdoB está cobrando maior eficiência na execução orçamentária desses projetos estruturadores. Matéria recente veiculada pela imprensa mineira mostra que, dos 31 projetos estruturadores, 17 estão com execução orçamentária aquém dos 50%.

Esse fato nos preocupa pois queremos saber se se deve a um contingenciamento excessivo de recursos ou se para garantir o déficit zero. Tem-se o projeto estruturador com 0% de investimento ou isso seria decorrência de eventuais problemas de gestão.

A valorização do Plano Plurianual é fundamental. O fato de a emenda que vincula a quantia de US\$170.000.000,00 aos projetos estruturadores contar com a nossa adesão é um avanço.

Outra questão importante foi abordada pelo Deputado Rogério Correia, ou seja, a preocupação de se retirar a expressão "apoio à participação da iniciativa privada na prestação de serviço público" de maneira genérica. Vivemos o episódio do BNDES, que financiou a privatização, bem como o das renúncias fiscais, em que as empresas transnacionais saíram do País e deixaram os mineiros a ver navios.

Felizmente, contamos com a mobilização da Assembléia, inclusive com a participação ativa dos Deputados Edson Rezende, Biel Rocha, Sebastião Helvécio e outros. Estamos negociando, para que a Mercedes não deixe Minas Gerais numa situação difícil. O Brasil viveu um período em que o dinheiro público do BNDES não financiava a pequena empresa, mas apenas grandes grupos que adquiriam, a preços módicos, o patrimônio público, construído com tanto suor pelo povo brasileiro. Portanto, essa expressão foi retirada na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, o que significa uma garantia maior de melhor aplicação do recurso. Conseguimos aprovar emenda de autoria dos Deputados

da base do Governo, que obriga o Governo Estadual a fazer uma prestação de contas quadrimestral, em audiência pública, da aplicação do empréstimo de US\$170.000.000,00, o que é um avanço, ainda que insuficiente, além da remessa até esta Casa dos contratos um mês após serem celebrados com as instituições de financiamento.

Estamos cumprindo nosso papel. Se o Legislativo estivesse aqui somente para cancelar, de maneira acrítica, e não propositiva, os projetos do Executivo, não haveria razão de funcionamento desse Poder. Muitas vezes, essa posição é incompreendida por alguns setores. A Assembléia Legislativa é a casa do diálogo, do aperfeiçoamento, de expressões, de manifestações divergentes.

O Subsecretário esteve aqui e afirmou que o projeto veio com contrapartida financeira, sendo que a contrapartida prevista é de gestão. O Bloco PT-PCdoB, com a participação de sua assessoria, identificou uma carta-compromisso do Governo do Estado com a instituição que fará o empréstimo, cujos objetivos são: de arranjos institucionais, de equilíbrio fiscal, de administração dos setores públicos e de desenvolvimento sustentável do setor privado, que merecem maior debate e atenção. Mesmo com a previsão das audiências quadrimestrais, podemos ter um acompanhamento mais efetivo da aplicação desse recurso, ou seja, US\$170.000.000,00, que equivalem a R\$500.000.000,00.

Queremos uma avaliação mais pormenorizada de cada projeto estruturador, com metas físicas e não apenas a execução orçamentária. A Oposição e o Governo estão se esforçando para que cheguemos a uma emenda consensual, sem engessar nem prejudicar os interesses de governabilidade do Estado de Minas Gerais, desde que, vinculados aos projetos estruturadores, possam dotar a Assembléia Legislativa de mecanismos de acompanhamento e monitoramento. O Poder Legislativo precisa exercer com dignidade e responsabilidade a sua prerrogativa constitucional de fiscalização dos Poderes, para se fortalecer diante da opinião pública.

Esperamos que, até a próxima semana - quem sabe? -, cheguemos a um consenso sobre uma emenda que avance ainda mais o controle, a fiscalização e o monitoramento na utilização desse recurso, caso seja aprovado pela Assembléia.

Gostaria de dizer ainda que, no debate do Projeto de Lei nº 2.004/2004, que trata do funcionamento do Estado, do seu ajuste estrutural e da melhoria das políticas públicas, também fosse incluída a situação do servidor público. Esta Assembléia e todos os partidos aqui representados tiveram papel fundamental na aprovação da reforma administrativa do Governador ao prever a remessa dos planos de carreira e ao receber, acolher, aperfeiçoar e aprovar os planos de carreira. Foi um trabalho coletivo. Agora, precisamos concretizar a valorização do servidor público por meio do envio e da aprovação das tabelas remuneratórias. Sou servidor público, concursado, da Prefeitura de Belo Horizonte, como Assistente Social. Felizmente, essa Prefeitura já aprovou o plano de carreira, com as tabelas e as gratificações em todas as áreas. O servidor público estadual sabe que, sem carreira e tabela, o plano, no papel, não materializa a melhoria e a progressão salariais.

O Deputado Rogério Correia abordou a questão das correspondências. Recebi, com muita emoção, a correspondência de uma ex-professora da Escola Estadual Ondina Amaral Brandão, no Bairro Pompéia, onde nasci e fui criado. Ela citou a situação de dificuldade e o sofrimento de vários setores do funcionalismo público, no plano salarial. Sou filho de funcionária pública estadual, que trabalhou durante 30 anos na área da saúde, e tem hoje uma aposentadoria absolutamente irrisória, apesar da folha de relevantes serviços prestados ao Estado. Ao percorrer as diversas regiões de Minas, somos procurados por professores e trabalhadores da educação e da saúde, que solicitam o mesmo empenho que os Deputados e as Deputadas da Assembléia tiveram na época da aprovação dos planos de carreira. Nós, do Bloco PT-PCdoB entendemos que, além da boa prestação dos serviços públicos, dos mecanismos modernos de gestão, do aperfeiçoamento da informática e do funcionamento mais dinâmico do Estado, é preciso valorizar o ser humano - aquele que executa as políticas públicas, que atende o cidadão que está no sistema de saúde e na sala de aula, que exerce a mais humilde e talvez a mais importante das funções numa escola.

Então, no momento em que a Assembléia analisa um projeto que visa ao ajuste estrutural e à modernização institucional, por que não restabelecermos esse pacto que fizemos ao aprovar o plano de carreira para que o Governo envie as tabelas remuneratórias? Faço um apelo ao Líder de Governo, Deputado Alberto Pinto Coelho, para que seja feito um cronograma de envio de tais tabelas, um cronograma de debate, um cronograma de cumprimento dos acordos de greve realizados especialmente com a área da educação no ano passado. Que a Assembléia, todos os partidos e parlamentares possam ao mesmo tempo oferecer ao Estado condições de incorporação de novos recursos, por meio de empréstimos, para aplicar nas mais diferenciadas áreas do acesso, da eletrificação e da modernização da gestão.

Além disso, paralelamente, que beneficie o servidor público com condições de promoção, de estímulo e de valorização funcional para continuar, com mais entusiasmo e tranquilidade, realizando relevante serviço no Estado. Em Minas Gerais, há milhares de servidores públicos, que são os maiores fiadores do êxito das políticas públicas em curso no nosso Estado.

O Bloco PT-PCdoB se encontra numa posição de muita responsabilidade para com o Estado. Reconheço que o Deputado Alberto Pinto Coelho, Líder de Governo, tem-se esforçado para que cheguemos a uma agenda comum e sincera de discussão, por meio de políticas públicas com condições de promover o bem-estar social aos seus cidadãos, e que o grande vencedor seja o Estado.

Numa posição de responsabilidade, estamos, a partir de hoje, aprovando, com os demais Deputados e Deputadas, os projetos consensuais, o processo de eletrificação rural e o apoio à empresa mineira competitiva. Juntos, promoveremos esforços técnicos e políticos para discutir uma melhor e mais justa utilização dos recursos do PRODETUR e mais avanços para um monitoramento específico no Programa de U\$170.000.000,00, vinculado aos projetos estruturadores.

Espero que definamos paralelamente o cronograma de envio das tabelas remuneratórias. Dessa maneira, acredito que a Oposição e o Governo estarão irmanados para dotar o Estado das condições necessárias, a fim de que Minas, assim como o Governo Federal, aproveite esse bom momento que vive o Brasil, ou seja, o momento de resgate da credibilidade externa, de estabilidade econômica, de nível de crescimento, aliás, nunca visto e, principalmente, de resgate da esperança do povo brasileiro.

É isso que o povo mineiro espera desta Casa. Certamente, esse é o espírito que preside as ações dos Deputados tanto da base do Governo quanto da Oposição.

Após a promulgação da Constituição de 1988, passou a existir em Minas Gerais um sistema participativo na política estadual de assistência social. A Constituição de 1988, por meio da participação popular, garantiu a assistência social como direito de cidadania e dever do Estado.

Houve a regulamentação dos artigos da assistência social como política pública na Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS -, Lei nº 8.742, de 1993. Essa lei previu o Conselho Estadual de Assistência, o Fundo Estadual de Assistência e as Conferências Estaduais de Assistência, com o mesmo desenho nos planos nacional e municipal.

Na Conferência Estadual de Assistência Social, realizada em Minas Gerais no ano de 2003, foi solicitado a esta Casa que entrasse com um projeto de lei vinculando recursos de multas do Judiciário ao Fundo Estadual de Assistência Social para que tivesse recurso próprio, a fim de definir investimentos em projetos de geração de emprego e renda, de inclusão produtiva, de apoio à criança e ao adolescente, de combate e erradicação do trabalho infantil, tendo em vista que, historicamente - nos vários Governos, e não apenas neste -, a aplicação em assistência social no Estado de Minas Gerais é irrisória, é um recurso insuficiente para atender às demandas do povo mineiro.

A Prefeitura de Belo Horizonte, do nosso companheiro Fernando Pimentel - e, felizmente, já estamos aqui há vários anos, com a chancela da aprovação popular, iniciada por nosso Prefeito Patrus Ananias, hoje Ministro -, muitas vezes aplica mais recursos na sua política de assistência que o Estado na sua.

Aqui tivemos uma batalha inglória, na tentativa de buscar os recursos da Loteria Mineira para destiná-los ao Fundo Estadual da Assistência Social, a fim de haver vinculação de algum recurso estadual a esse Fundo, e, infelizmente, não obtivemos êxito. E esse projeto de minha autoria é mais uma tentativa de colocar recursos na nossa política de assistência social, uma vez que a aplicação estadual é irrisória, diferente do que acontece no Governo Lula, que está aplicando R\$1.500.000.000,00 na política de assistência social do Estado, com seus vários programas: transferência de renda, benefício de prestação continuada Bolsa-Família, sendo que, neste último, Deputado Laudelino Augusto, 757.400 famílias estão sendo atendidas.

Além disso, há recursos aplicados na erradicação do trabalho infantil, no combate à pobreza e na região semi-árida, que nunca viu tantos projetos federais. Infelizmente, algumas vezes a população do Norte, do Mucuri e do Jequitinhonha tem dificuldades em identificar o projeto com o programa Fome Zero, porque, em Minas, o Governo foi muito criativo ao dar novas denominações para os programas. No semi-árido mineiro, temos os programas Leite é Vida, Cidadão Net e outros executados com recursos do Governo Federal. A cada R\$4,00 aplicados pela Secretaria Extraordinária para o Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha, Mucuri e do Norte de Minas, R\$3,00 advêm do Governo Federal, ou seja, o Governo Federal está fazendo sua parte em Minas, mas o Governo Estadual, não.

Na análise do Plano Plurianual, com a participação da sociedade civil - e fazemos justiça ao apoio da Secretaria de Estado de Planejamento, que tem técnicos muito competentes -, fizemos um debate e conseguimos incluir o Projeto nº 31 - Inclusão Social de Famílias Vulnerabilizadas. Ressalto, porém, que, em que pese todo nosso esforço na revisão de 2004, sendo que conseguimos a ampliação em 8% para a área de assistência social, com a aprovação de emenda popular pela Assembléia, os recursos são ainda insuficientes.

Sras. Deputadas e Srs. Deputados, esse debate referente ao recurso para assistência é muito importante, mas, como não há quórum, peço o encerramento da reunião. Muito obrigado.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 26/4/2005, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Gil Pereira

exonerando Luciana Sousa Simoes do cargo de Assistente de Gabinete, padrão AL-23, 4 horas;

nomeando Andrey Michel Vieira Xavier para o cargo de Assistente de Gabinete, padrão AL-23, 4 horas.

Gabinete do Deputado Ivair Nogueira

exonerando João Luiz Teixeira do cargo de Secretário de Gabinete II, padrão AL-20, 8 horas;

exonerando Juliana Antunes Monteiro do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão AL-12, 4 horas;

exonerando Juliana Barreto Braga do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 4 horas;

nomeando José Renato Barbosa Lopes para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 4 horas.

Gabinete da Deputada Maria Tereza Lara

exonerando, a partir de 9/5/2005, Eugênio Sávio Lôbo Ferreira Lima do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 8 horas;

nomeando Ronilda Maria Sabino Lobo para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 8 horas.

Nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, e 5.179, de 23/12/97, c/c as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, e Decisão a Mesa de 17/3/2005, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

tornando sem efeito o ato publicado no Minas Gerais - Diário do Legislativo, edição de 29/4/2005, que nomeou Sandra Aparecida Lomba Pereira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando Dalmo Lamarca Neto para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas, com exercício no Gabinete da Presidência.

No inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, à vista do disposto no art. 40, I, da Constituição Federal, com a nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003, das disposições contidas na Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002, nos arts. 105 e 106 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, e no laudo médico da Coordenação de Saúde e Assistência, datado de 21/2/2005, assinou o seguinte ato:

aposentando por invalidez permanente decorrente de moléstia profissional, a partir de 18/2/2005, com proventos calculados em conformidade com os §§ 3º e 17 do art. 40 da Constituição Federal, com a Lei Federal nº10.887, de 18/6/2004, o servidor Ivan Batista da Silva, ocupante do cargo de Agente de Execução das Atividades da Secretaria, nos termos da Lei nº 15.014, de 15/1/2004.

ERRATAS

ATA DA 28ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, EM 4/5/2005

REQUERIMENTOS

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 6/5/2005, na pág. 37, col. 2, onde se lê:

" Nº 4.368/2005", leia-se:

"Nº 4.369/2005"; e, onde se lê:

"Nº 4.369/2005", leia-se:

"Nº 4.368/2005".

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na publicação dos Atos da Mesa da Assembléia verificada na edição de 6/5/2005, na pág. 39, col. 1, sob o título "Gabinete do Deputado Célio Moreira", onde se lê:

"Adão Caetano Silva", leia-se:

"Adão Caetano da Silva".